95 ANOS
ESTADO DE MINAS
uai
www.em.com.br
BELO HORIZONTE, SÁBADO, 1º DE ABRIL DE 2023
INÊS249
MG: R$ 2,50 ● NÚMERO 29.361 ● FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 23H30

MOURÃO PANDA/AMÉRICA/DIVULGAÇÃO

Independência
16h30

Coelho e Galo na hora do tudo ou nada

América e Atlético começam hoje no Independência a briga pelo título mineiro mirando metas distintas. Enquanto o Coelho de Juninho *(E)* quer voltar a levantar a taça depois de sete anos, o Galo de Hulk *(D)* pretende comemorar o tetra após quatro décadas. Com melhor campanha, o alvinegro leva vantagem de dois empates ou vitória e derrota com mesmo saldo de gols. O jogo de volta será no domingo de Páscoa, no Mineirão. PÁGINA 18

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO/DIVULGAÇÃO

Atleticana do 'paredão' ao camarote

A história do insólito "paredão" instalado pelo América diante da janela da atleticana Myrza Guimarães – vizinha do Independência que costumava assistir de casa aos jogos – sensibilizou o presidente do Galo. Sérgio Coelho convidou a aposentada, que agora tem uma placa tampando sua visão, para assistir à partida de hoje pela final do Mineiro de camarote. Mas ela diz que não vai. Conta que tomou "ódio do estádio", e que quer acompanhar os lances pela TV, com amigos. Mas deve estar no Mineirão no duelo de volta, também de camarote. Nesse caso, a convite de uma cervejaria. PÁGINA 17

AEROPORTO CARLOS PRATES

PISTA FECHADA PARA POUSOS E DECOLAGENS

Interdição alivia vizinhos preocupados com acidentes, mas gera incerteza na comunidade aeroportuária

Cumprindo a data estipulada depois de mais um acidente com queda de aeronave na vizinhança, o Aeroporto Carlos Prates, na Região Noroeste de BH, será fechado hoje para pousos e decolagens. A determinação da Agência Nacional de Aviação Civil foi confirmada pelo governo de Minas, que agia para adiar em seis meses a medida. Mas, se a interdição alivia moradores preocupados com o risco de desastres, entre empresários, mecânicos, estudantes e outros usuários e trabalhadores do terminal o clima é de tristeza e apreensão quanto ao futuro de suas atividades. Alguns já começaram a retirada de materiais, mas, com o prazo curto e ainda sem local alternativo para abrigar aeronaves e maquinário, o temor de invasões e furtos é grande. PÁGINA 12

GLADYSTON RODRIGUES/EM/DA. PRESS

Usuários do terminal já começaram a remoção de material, mas falta de prazo e destino para estruturas preocupa

LOTAÇÃO

JUSTIÇA MANDA 400 PRESOS PARA O REGIME DOMICILIAR

Diante da superlotação em presídios da Grande BH, 400 detentos do semiaberto devem cumprir pena em casa. A decisão é da Vara de Execuções Criminais da capital. PÁGINA 15

PROJETOS POLÊMICOS

UMA SEMANA NADA SANTA NA ASSEMBLEIA DE MINAS

PÁGINA 2

RODOANEL

Obra prevê novo tipo de pedágio

O Rodoanel Metropolitano deve começar a ser construído na Grande BH em 2024 com a previsão de novo modelo de pedágio, sem a parada em cabines de pagamento. A cobrança proporcional (R$ 0,35 por km rodado) será feita com auxílio de monitoramento eletrônico nos 100 quilômetros de pistas que cortarão BH e outras 10 cidades. A primeira fase, com conclusão prevista em até cinco anos, contempla obras das alças norte e oeste, que respondem por 70% do tráfego estimado para o trecho. A promessa é reduzir viagens pela região em até 50 minutos. PÁGINA 5

CONGRESSO

Pacheco barra projeto de Lira

Ato do presidente do Congresso e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), barrou ontem tentativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de aumentar o número de deputados federais nas comissões mistas que analisam medidas provisórias. O senador reiterou a previsão constitucional, que estipula 24 parlamentares nos colegiados, a metade de cada instituição, afirmando que promover mudanças não compete à direção das duas casas legislativas. Negou também que alterações na composição fossem apreciadas em sessão conjunta. PÁGINA 3

Dois elétricos postos à prova

PÁGINA 10

Dia de show no alto da Praça 7

PÁGINA 4

ISSN 1809-9874
9 771809 987076

DIÁRIOS ASSOCIADOS

POLÍTICA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

>>baptistaalmeida.mg@diariosassociados.com.br

Mas como tem de passar por Minas Gerais, vale o registro: para o deputado Rogério Correia (PT-MG), ficou claro que a regra do teto de gastos era ruim por não considerar despesa com área social"

Em busca de mais receitas e a regra do teto de gastos era ruim

Deputados que analisaram a proposta de novo arcabouço fiscal apresentada pelo governo avaliaram positivamente a manutenção de limites para as despesas e a fixação de novas metas para os resultados anuais.

Eles apontam, entretanto, a importância de um maior detalhamento de outras medidas que serão necessárias para que tudo dê certo e a própria divulgação do texto do projeto de lei complementar.

A proposta busca limitar o crescimento das despesas em 70% das receitas, podendo ser menos, caso as metas fiscais não sejam alcançadas. No chamado teto de gastos que vigorou até 2022, as despesas tinham o limite da variação da inflação mesmo que houvesse um crescimento maior da arrecadação.

Agora, a ideia é ainda ter um limite pela inflação, mas com a possibilidade de um crescimento real de 0,6% a 2,5%.

Para o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), em um ano de muitas receitas extraordinárias, as despesas do ano seguinte poderiam crescer sem uma real sustentação em tributos. Outra fragilidade, na opinião do deputado, é a falta de uma discussão sobre a qualidade do gasto.

"Você fixa um teto de despesa primária, acima da inflação, mas você não olha a despesa do ponto de vista qualitativo, por dentro do componente desta despesa. E tem um componente que é muito preocupante que essa despesa é muito rígida".

Mas tem mais do parlamentar do Rio de Janeiro, Pedro Paulo: "Ela é quase toda consumida pelas despesas obrigatórias, que estão legalmente contratadas, difíceis de ser revertidas".

Mas como tudo tem de passar por Minas Gerais, vale o registro: para o deputado Rogério Correia (PT-MG), já ficou claro que a regra do teto de gastos era ruim porque não considerava a despesa com a área social e com a necessidade de o país fazer investimentos.

De acordo com ele, "muitas vezes o Estado precisa atuar para fazer a economia se movimentar e para manter a sobrevivência das pessoas".

Agora é a coluna que detalha: as contas do Governo Federal tiveram rombo de R$ 41 bilhões em fevereiro. De acordo com os dados oficiais Segundo da Secretaria do Tesouro Nacional, receita líquida foi de R$ 102 bilhões, contra R$ 143 bilhões em despesas no mês.

Este é o pior resultado da série histórica iniciada em 1997. Em janeiro, as contas tiveram superavit de R$ 78,3 bilhões. Ou seja, no acumulado do ano o saldo ainda é positivo, na casa dos R$ 38,3 bi. No entanto, a previsão para 2023 é de um deficit total de R$ 107,6 bilhões.

Papa está recuperado

Internado desde quarta-feira, o Papa Francisco aproveitou o bom estado de saúde para batizar uma criança no mesmo hospital em que está. Já recuperado da bronquite pela qual foi levado ao hospital em Roma. Ele visitou, ontem, a ala pediátrica e aproveitou para batizar uma criança recém-nascida. O Vaticano afirmou que Francisco terá alta hoje. Ele passa bem já até comeu pizza com os médicos na noite de quinta-feira. Ainda de acordo com o Vaticano, com a liberação, ele deve presidir a missa do Domingo de Ramos, em 2 de abril, que marca o início das celebrações da Páscoa.

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/D.A PRESS

Reforma urgente

Em seu terceiro mês à frente da Assembleia Legislativa (ALMG), o presidente Tadeu Martins Leite (MDB) (**foto**), tem dedicado a maior parte do seu tempo a articular entendimentos, seja entre instituições ou entre os pares. Ainda assim, busca conciliar a função com o debate de temas de projeção nacional. Ontem a ALMG foi a primeira do Brasil a sediar um encontro do Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados para debater a reforma tributária. É a reforma mais urgente a ser enfrentada no país para combater desigualdades, com a geração de emprego e renda.

Vírus da Influenza

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva seguiu agenda de trabalho, nesta sexta–feira, no Palácio da Alvorada, completando uma semana sem despachar no Palácio do Planalto, depois de ter sido diagnosticado com pneumonia e influenza A. Às 15h, o chefe do Executivo se reuniu com o ministro–chefe da Casa Civil, Rui Costa, que estava em recuperação de uma forte gripe. Depois de adiar a viagem à China por causa do diagnóstico de pneumonia e infecção pelo vírus da Influenza A, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) remarcou a visita para o dia 11 de abril.

As novas datas

O encontro de Lula com Xi Jinping deve acontecer no dia 14, em Pequim. A informação foi confirmada pelo Palácio do Planalto. Inicialmente, o chefe do Executivo viajaria em 25 de março, mas desde a doença tem despachado no Palácio da Alvorada. Tanto a agenda do brasileiro Lula quanto a do presidente Xi Jinping estão repletas de encontros com líderes mundiais. O comandante petista deve visitar Portugal entre os dias 23 e 25 de abril. Já em maio, Lula deve ir ao G7, no Japão.

Operação no Paraná

O Ministério Público do Paraná deflagrou, ontem, uma operação contra possíveis crimes de corrupção, fraude em licitações e falsidade ideológica eleitoral supostamente praticados por candidaturas em campanhas eleitorais de 2014, 2016 e 2018. Entre os alvos da operação está o Marcelo Catani, que já foi secretário estadual e da Prefeitura de Curitiba e que, na última eleição, fez a campanha do ex-juiz da Lava-Jato Sergio Moro ao Senado Federal. A investigação envolve um grande esquema de corrupção com agências de propaganda, informou o site Brasil 247.

PINGAFOGO

TWITTER REPRODUÇÃO

■ Em tempo, ainda sobre o Papa Francisco (**foto**). De acordo com o Vaticano, Francisco passou uma segunda noite tranquila no hospital Agostino Gemelli, em Roma, para onde ele foi levado na manhã de quarta-feira depois de passar mal e sentir dificuldade para respirar.

■ Mais um Em tempo: o presidente da ALMG, Tadeu Martins, aproveitou a oportunidade para externar posicionamento sobre o tema. Em discurso, rogou aos presentes que seja assegurada a devida participação de estados e municípios nos debates promovidos pelo colegiado federal.

■ E Tadeu Martins acrescentou: "o Federalismo tem que ser mantido e reforçado", concluiu, em palco composto, ainda, pelos deputados federais Reginaldo Lopes (PT) e Newton Cardoso Jr. (MDB), diante de uma plateia composta por juristas, políticos, economistas e prefeitos.

■ O Clube Militar do Rio organizou o evento com a finalidade de comemorar o 59º aniversário do movimento de 1964", ignorando a orientação do Ministério da Defesa de não fazer menção à data. "Todos que você vê chegando de terno estão indo pro almoço", disse um funcionário do clube.

■ Trata–se do almoço sobre o golpe de 64 que instaurou a ditadura militar no Brasil. O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou que a instituição vai punir oficiais que comemorarem. Havia militares da ativa presentes. Já que é assim... FIM!

ASSEMBLEIA

Propostas da reforma administrativa e do aumento de 298% no salário do governador devem ser votadas em plenário na terça

Semana Santa com projetos polêmicos

Os deputados estaduais terão uma semana curta de trabalho devido ao feriado de Sexta-feira da Paixão, mas o clima em plenário deve esquentar por causa de dois projetos polêmicos que devem ser votados ainda na terça-feira. Um deles é o que promove uma reforma administrativa no Executivo mineiro. O outro, que gerou críticas de servidores públicos e de parlamentares da oposição, aumenta os salários do governador, do vice, dos secretários e adjuntos em 298%. O governador Romeu Zema (Novo) passará a receber, caso a proposta seja aprovada, R$ 37,5 mil a partir deste mês e R$ 41,8 mil a partir de fevereiro de 2025.

Em reunião plenária na quinta-feira, foram apresentadas duas emendas ao Projeto de Lei 415/2023, que promove o aumento dos salários do primeiro escalão do governo estadual. Uma delas, de autoria do deputado Sargento Rodrigues (PL), prevê que o reajuste salarial também inclua os servidores da segurança pública, que teriam aumento de 35%. Segundo ele, a emenda trata da recomposição da perda inflacionária dos integrantes da força de segurança pública. "Para mantermos os competentes integrantes das forças de segurança pública de Minas Gerais é preciso valorizar, e nesse período de 2015 a 2022, tivemos uma inflação de 59,47%. O que tivemos de recomposição foi 13% em 2020 e 10,06% em 2022", disse.

GUILHERME DARDANHAN/ALMG

Projeto da reforma administrativa, que cria duas novas secretarias em Minas, recebeu 71 emendas

Outro que propôs emenda ao projeto foi o deputado Professor Cleiton (PV). Ele defende a extinção dos "jetons", que são gratificações pagas aos secretários pela participação deles nos conselhos de empresas estatais, como a Cemig e a Copasa. O valor deste pagamento adicional pode chegar a R$ 20 mil. Segundo ele, essa gratificação, adicionada ao salário reajustado, pode levar secretários a receber quantias exorbitantes. "Não se justifica mais, os secretários, vice-governador ou governador acumularem com os salários, valores na ordem de R$ 20 mil, 30 mil a título de jetom para participar de conselhos. Nossa emenda propõe justiça e respeito com dinheiro público", comentou.

REFORMA O Projeto de Lei 358/23, que promove uma reforma administrativa no Executivo mineiro e deve ser votado também na terça-feira, recebeu 71 emendas no plenário da Assembleia, sendo três do governo do estado. Entre as alterações propostas pelo governador está a ampliação de 19 para 20 o número de Superintendências Regionais de Saúde da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

A reorganização administrativa prevê a criação de duas novas pastas: a Secretaria de Estado de Casa Civil e a Secretaria de Estado de Comunicação Social. Além disso, ela retira o Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran/MG) do guarda-chuva da Polícia Civil. A ideia é que a autarquia passe a ser gerida por uma subsecretaria vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Outra mudança é que a Empresa Mineira de Comunicação, responsável pela Rede Minas e Rádio Inconfidência, passará da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Comunicação.

Por causa das emendas apresentadas, o projeto da reforma administrativa volta para a Comissão de Administração, onde deve ser votado na segunda-feira. Já o projeto que aumenta os salários, também devido às emendas, volta à Mesa da Assembleia para receber parecer. As duas propostas devem ser votadas em plenário, em primeiro turno, na terça-feira, e em segundo turno depois do feriado da Semana Santa.

MINEIRÃO

Deputados denunciam ameaça para abrir CPI

A Assembleia Legislativa de Minas acionou ontem as forças de segurança do Estado depois que deputados denunciaram ameaças recebidas nas redes sociais para que eles votem a favor da abertura de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) para investigar o consórcio Minas Arena, que administra o estádio Mineirão. "O objetivo é garantir rigorosa apuração dos fatos e a identificação dos criminosos. A ALMG reafirma a defesa irrestrita do pleno exercício das funções de todos os integrantes do Poder Legislativo e manifesta o mais profundo repúdio a essas ameaças e tentativas de intimidação. Ataques velados e covardes jamais serão tolerados por esta Casa", disse o órgão, em nota.

Em algumas mensagens, constam palavrões e ameaças de morte. Uma das denúncias foi feita pelo deputado estadual Alencar da Silveira Jr. (PDT), que também é presidente do América Futebol Clube. O parlamentar disse que não foi ameaçado, mas seus pares sim. "Essas ameaças prejudicam a democracia e o trabalho dentro da CPI, que eu tenho certeza de que vai ter andamento. Há dois governos a Minas Arena esteve a ponto de ter uma CPI, mas ela não foi feita. Agora chegou a hora de a gente, se não tiver uma CPI, pelo menos ter uma investigação para saber o que está acontecendo ali dentro, para dar uma satisfação ao torcedor em geral e dar uma claridade ao governo estadual", declarou Silveira.

Como mostrado pelo Estado de Minas, foi recorrente no noticiário dos últimos anos suspeitas de irregularidades envolvendo o Mineirão. Em 2011, um relatório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE) apontou indícios de superfaturamento na reconstrução do estádio. Na época, a Minas Arena negou qualquer irregularidade. A acusação não teve prosseguimento.

Na ALMG, a investigação sobre o dinheiro público destinado ao Mineirão sempre foi assunto entre os deputados, mas nunca avançou. Em 2019, os políticos coletaram as assinaturas necessárias para abrir a CPI para apurar a Minas Arena. Em maio daquele ano, houve a instalação da comissão – autorização para a investigação parlamentar. Apesar disso, o comitê de inquérito nem sequer chegou a funcionar na ALMG. Para que isso ocorra, é preciso que haja sessão inaugural, na qual são escolhidos presidente, vice-presidente e relator.

A pressão acontece em meio a um atrito entre a Minas Arena e o empresário Ronaldo Fenômeno, proprietário de 90% da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) que administra o Cruzeiro Esporte Clube. Enquanto o consórcio tem um longo contrato com o governo a seu favor, a equipe celeste, endividada em quase R$ 1 bilhão, pleiteia melhores condições para que o estádio possa voltar a ter jogos de futebol. Atualmente, o principal uso do local é para shows e festivais de música.

O Cruzeiro é o principal clube interessado em resolver o impasse, já que o América tem a Arena Independência e o Clube Atlético Mineiro vai inaugurar a Arena MRV ainda neste ano.

Presidente do Senado diz a Arthur Lira que retomou rito dos colegiados mistos mantendo paridade de parlamentares das duas Casas para votar medidas provisórias do governo Lula

Pacheco rejeita comissões com maioria de deputados

KELLY HEKALLY

Brasília – O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em ato da Mesa Diretora da Casa, que reitera o rito constitucional de comissões mistas, que analisam medidas provisórias, e põe oficialmente por água abaixo a tentativa de aumento do número de deputados federais. A sugestão de Lira correu nas duas últimas semanas com o pedido de alteração na composição dos colegiados, que é de 24 parlamentares e dividido em partes iguais: 12 deputados e 12 senadores. O impasse entre Câmara e Senado começou quando Lira recusou que as comissões mistas analisassem as MPs, como manda a Constituição. Isso porque, durante a pandemia de COVID, as MPs passaram a ser analisadas primeiro pela Câmara, em caráter emergencial. Lira condicional a análise inicial pelas comissões mistas desde que houvesse três deputados para cada senador nos colegiados, o que é rejeitado por Pacheco. As MPs precisam ser votadas com urgência porque incluem o novo Bolsa-Família e o programa habitacional Minha casa, minha vida.

"A observância do referido rito não está na esfera da discricionariedade das Mesas das Casas do Congresso Nacional, antes, trata-se de imperativo constitucional cujo afastamento somente pode se dar em situações excepcionalíssimas, tal como ocorreu com o advento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decorrente da pandemia de COVID-19". Na sequência do documento, assinado ontem, Pacheco cita que a dispensa das comissões se deu até o dia 23.

Pacheco defende a questão de ordem do senador Renan Calheiros (MDB-AL), pedindo que os colegiados fossem retomados com as mesmas razões – o fim da crise sanitária, que foi declarado no ano passado pelo Ministério da Saúde. A defesa da argumentação com relação a Renan Calheiros se resume a explicar que o despacho do senador eleito por Minas Gerais foi realizado seguindo as regras, que culminam com a publicação oficial do entendimento no Diário Oficial do Congresso.

Rodrigo Pacheco acolheu a questão de ordem com a anuência dos líderes do Senado. Ao final do texto, ele complementa que a questão de ordem para que mudanças nas comissões mistas sejam analisadas não é passível de análise em sessão conjunta, solicitação feita por Lira há exatamente uma semana, também em ofício. A queda de braço entre ambos foi iniciada em 7 de fevereiro e teve seu desfecho após a questão de ordem de Renan Calheiros, inimigo político de Lira, que deseja, ainda, prazo de análise de MPs.

O deputado de Alagoas quer que a Câmara tenha 50 dias para analisar MPs e que o Senado tenha 40, após passar no máximo 30 dias nas comissões mistas. Sobre esse aspecto, há acordo para que o tema seja discutido por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). A decisão de Pacheco foi tomada após nova rodada de diálogos com os líderes do Senado. O deputado Arthurl Lira já havia dito que esperava que os senadores tivessem uma sugestão para a Câmara. **(Com agências)**

SERGIO LIMA/AFP

Rodrigo Pacheco decidiu manter cada comissão mista com 12 senadores e 12 deputados

Câmara forma seu maior bloco, com 142 deputados

RAPHAEL FELICE

Brasília – A Câmara formou o seu maior bloco, composto por MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC, que reúne 142 deputados federais. A formação de blocos partidários é uma importante estratégia dentro do Legislativo, pois influencia na ocupação de cargos e comissões dentro do Congresso Nacional. O líder do novo grupo parlamentar é o deputado Fabio Macedo (Podemos-MA), que usou as redes sociais para comentar a escolha. "Como novo líder do maior bloco partidário da Câmara dos Deputados, ao lado dos líderes dos MDB, PSD e Republicanos, estivemos reunidos com o presidente Arthur Lira para tratarmos sobre o funcionamento da Casa e firmarmos o compromisso de unir forças pelo melhor do Brasil."

O presidente da Câmara também foi às redes sociais para comentar a formação do bloco partidário, que o apoiou em sua reeleição à presidência da Casa. "Parabenizo os líderes do Republicanos, PSD, PSC, Podemos e MDB pela formação do bloco para atuação na Câmara dos Deputados. Sempre defendi a unidade para reduzirmos o número de partidos, fortalecendo-os e dando à sociedade confiança no nosso sistema partidário", disse o presidente da Câmara.

Os cinco partidos que formam o bloco já estavam unidos desde 1º de fevereiro para a reeleição de Lira à presidência da Caasa. Na época, outros 15 partidos também estavam na formação. Depois, essas siglas foram deixando o grupo, que agora reúne somente MDB, PSD, Republicanos, Podemos e PSC.

Mesmo com esse o esvaziamento, o novo bloco supera a iniciativa articulada por Arthur Lira de unir PP, seu partido, e o União Brasil, que teria 108 deputados, se confirmada. Inicialmente, essas legendas pretendiam formar uma federação partidária, modelo no qual os partidos têm que se manter unidos por, no mínimo, quatro anos. A união desse bloco, no entanto, esbarra em dispositivo do regimento interno da Casa. Isso porque União Brasil e PP participaram do grupo formado para reeleger Lira para o comando da Câmara e pelas regras de funcionamento do Legislativo não poderiam integrar outro bloco até o próximo ano. Apesar da articulação frustrada, Lira se reuniu na quarta-feira com lideranças dos partidos que formam agora o maior bloco da Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, o maior bloco informal que existe é o chamado Centrão, formado por partidos de centro-direita, que inclui o PP, de Arthur Lira. Esse grupo de parlamentares deu sustentação ao governo Bolsonaro e agora, parte dele, deve integrar a base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda está sendo formado. **(Com agências)**

ELAINE MENKE/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Arthur Lira elogiou a formação do novo bloco partidário na Câmara

ARÁBIA SAUDITA

Bolsonaro diz que devolverá o outro estojo com joias

Brasília – A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro informou, ontem, que vai devolver a terceira caixa de joias dadas a ele pela Arábia Saudita, em 2019. O conjunto estimado em cerca de R$ 500 mil inclui um relógio da marca Rolex, de ouro branco, cravejado de diamantes e um anel. A caixa de madeira, que traz o símbolo do brasão de armas da Arábia Saudita, possui também uma caneta da marca Chopard prateada, com pedras encrustadas, um par de abotoaduras em ouro branco, com um brilhante cravejado no centro e outros diamantes ao redor. Compõe o conjunto ainda um anel em ouro branco com um diamante no centro e outros em forma de "baguete" ao redor, uma "masbaha", um tipo de rosário árabe, feito de ouro branco e com pingentes cravejados em brilhantes.

DIVULGAÇÃO

Estojo com joias para Michelle Bolsonaro foi apreendido em Guarulhos

Como fez com um segundo conjunto de joias, avaliado em cerca de R$ 1 milhão, Jair Bolsonaro reteve os bens, em vez de despachá-los para serem incorporados como do patrimônio do Estado brasileiro. Após a revelação do caso, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a entrega imediata da terceira caixa, da mesma forma como tinha deliberado sobre o segundo pacote. A corte também alertou Bolsonaro sobre o fato de já não ter informado e entregado este terceiro pacote de joias dado pelos sauditas, já que se tratava do mesmo tipo de item.

Outro estojo com joias da Arábia Saudita, avaliado em R$ 16,5 milhões, foi enviado para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas foi apreendido na alfândega do aeroporto de Guarulhos. Por determinação do TCU presentes oferecidos por outros chefes de Estado ao Brasil devem ser incorporados ao patrimônio da Presidência da República.

UCRÂNIA

Documento de evento organizado pelos EUA faz críticas contundentes à Rússia pela invasão. Lula, que defende discutir solução para o conflito no âmbito da ONU, enviou carta ao encontro

Brasil não assina declaração da cúpula sobre a guerra

BERNARDO ESTILLAC

O Brasil não assinou a declaração da edição da Cúpula pela Democracia de 2023. O evento virtual promovido pelo governo dos Estados Unidos ocorreu, pela segunda vez, entre terça e quinta-feira e terminou com a confecção de um documento que, entre outros assuntos, faz críticas contundentes à invasão russa na Ucrânia. No total, 76 países assinaram a declaração. Destes, 16 declararam apoio ao texto com ressalvas em pontos específicos. Armênia, Índia e México estão entre as nações que manifestaram discordância em relação ao parágrafo da declaração que trata de forma mais ostensiva sobre o conflito na Ucrânia.

"Lamentamos as terríveis consequências humanitárias e de direitos humanos da agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra infraestrutura crítica em toda a Ucrânia com consequências devastadoras para os civis, e expressamos nossa grande preocupação com o alto número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, o número de deslocados internos e refugiados que precisam de assistência humanitária e violações e abusos cometidos contra crianças", diz trecho do documento."

"Estamos profundamente preocupados com o impacto adverso da guerra na segurança alimentar global, energia, segurança e proteção nuclear e meio ambiente. Exigimos que a Rússia retire imediatamente, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia dentro de suas fronteiras reconhecidas internacionalmente e pedimos o cessar das hostilidades", consta também na declaração. O documento prossegue pedindo a libertação de pessoas detidas ilegalmente e o regresso de outras deportadas à força. As nações subscritas na declaração ainda apoiam a responsabilização dos crimes mais graves cometidos em território ucraniano a partir da ótica do Direito Internacional.

A decisão pela não adesão à declaração final da cúpula partiu da discordância de Lula em usar o evento para condenar as atitudes da Rússia. Para diplomatas brasileiros, o ambiente ideal para discutir temas relacionados à guerra seriam a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estaria em viagem diplomática à China durante a realização da cúpula e, por isso, não participaria do evento capitaneado pelo presidente americano Joe Biden. O país asiático não foi convidado para o fórum internacional. A visita de Lula ao presidente chinês Xi Jinping também não se concretizou devido a uma broncopneumonia que obrigou o adiamento da missão para 11 de abril. Embora ausente, Lula enviou carta aos organizadores da cúpula na terça-feira.

O presidente brasileiro começa o documento afirmando que a democracia corre perigo e relembrou os ataques às sedes dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro. Ele prossegue afirmando que o Brasil mantém "compromisso inabalável com o Estado Democrático de Direito" e cita a pauta ambiental, a valorização dos indígenas, mulheres, negros, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência como formas de fortalecer os ideais democráticos.

Sobre o cenário internacional, Lula disse que o mundo se aproxima de um conflito polarizado nos moldes da Guerra Fria e que a luta pelos ideais democráticos não pode acarretar no isolamento de países. "Atravessamos um momento de ameaça de uma nova guerra fria e da inevitabilidade de um conflito armado. Todos sabem os custos que a primeira guerra teve em gastos com armas em detrimento de investimentos sociais. A bandeira da defesa da democracia não pode ser utilizada para erguer muros nem criar divisões. Defender a democracia é lutar pela paz. O diálogo político é o melhor caminho para a construção de consensos. O Brasil fará a sua parte. Contribuiremos, nos diferentes foros multilaterais e no diálogo entre países, para o fortalecimento da democracia, sempre norteados pelo direito internacional e pelos direitos humanos", diz Lula, em carta.

EVARISTO SÁ/AFP

Lula diz na carta que o mundo se aproxima de conflito polarizado nos moldes da Guerra Fria

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG
Aviso Edital de Licitação nº 021/2023
Pregão Eletrônico
Será realizado no dia 17/04/2023, às 09h00min, cujo Objeto é promover Registro de Preços, consignado em ata, para futura e eventual Contratação de Empresa do ramo para aquisição de ferramentas, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme condições e demais especificações constantes neste Edital e seus anexos. Edital e anexos no site: www.sabara.mg.gov.br.
Sabará, 31 de março de 2023
Thiago Zandona Vasconcellos
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE ELEIÇÕES SINDICAIS
A Junta Eleitoral do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e nos termos do Estatuto da referida entidade, comunica a todos os associados e a todos os interessados que no dia 27 de março de 2023 foram realizadas eleições neste órgão de classe tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação: **DIRETORIA EXECUTIVA (Diretores Efetivos): Rosane Maria Cordeiro** - *Coordenadora Administrativa*; **Claudio Luiz Jesuíno** - *Coordenador Financeiro*; **Vitor de Souza Portela** - *Coordenador Secretário*; **Fátima Lourdes Infante Vieira** - *Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação*, Formação, Mobilização e Cultura; **Márcia Rosina Scarano Pietra** - *Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação, Formação, Mobilização e Cultura*; **Alysson dos Santos** - *Coordenador da Coordenadoria de Saúde do Trabalhador, Assuntos Profissionais e Jurídicos*; **Gildásio Westin Cosenza** - Coordenador da *Coordenadoria de Saúde do Trabalhador, Assuntos Profissionais e Jurídicos*. **COORDENADORES SUPLENTES: Josafá Tadeu Martins; Marcia Omaia Rodrigues; Francis Eustáquio Teixeira de Carvalho; Leonardo Augusto Barçante Teixeira; Alex Roberto Corrêa**. **CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS: Joel Vitor de Castilho**; **Adevalter Araújo de Moura**; **Vera Alves Gregório**. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE: Mário Sérgio Grasso.** Referidos diretores eleitos foram empossados em 30 de março de 2023, às 20 horas. Belo Horizonte, 31 de março de 2023.
Edicélia Rodrigues Peixinho – Presidenta da Junta Eleitoral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS
Torna público o Processo Licitatorio 049/2023, Pregão Presencial nº 033/2023, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG. No dia 15 de maio de 2023 (quarta-feira) ás 07:30 Hs. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: **(38)3228-2282**.
Coração de Jesus/MG, 30 de março de 2023
Bruna Soares Oliveira – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS
Torna público o Processo Licitatorio 047/2023, Pregão Presencial nº 032/2023, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PRA SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR DESTINADOS A SECRETARIA DE SAUDE DESTE MUNICIPIO.. No dia 12 de maio de 2023 sexta-feira) ás 07:30 Hs. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: **(38)3228-2282.**
Coração de Jesus/MG, 30 de março de 2023
Bruna Soares Oliveira – Pregoeira

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 005/2023. PROCESSO N° 023/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 003/2023. Entre as partes - Município de Vespasiano/MG e IRMÃOS CASTRO LTDA, no item 01, no valor total de R$ 270.000,00 compartilhado entre os credenciados. Vigência de 30/03/2023 a 30/03/2024. FDO: 376.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 006/2023. PROCESSO N° 023/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 003/2023. Entre as partes - Município de Vespasiano/MG e MESSIAS NETO PRÓTESES EIRELI, no item 01, no valor total de R$ 270.000,00 compartilhado entre os credenciados. Vigência de 30/03/2023 a 30/03/2024. FDO: 376.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PL 006/2023 - PE SRP 002/2023. AVISO DE ADJUDICAÇÃO. Diante da inexistência de manifestação de intenção de recurso, adjudico o lote único do certame à empresa TECAR MINAS AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA, no valor de R$ 213.900,00. Marco Alexandre Cruz – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÉSIA/MG.
Aviso de licitação: Concorrência Pública n.º 001/2023. O Município de Carmésia/MG, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 001/2023 – Processo Licitatório nº 0032/2023, tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para construção da nova sede da Escola Estadual José Vieira da Silva e quadra poliesportiva no município de Carmésia-MG, conforme convênio de saída nº 1261000003/2023/SEE, por Intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e demais especificações detalhadas e constantes no Projeto Básico e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital. A entrega dos envelopes se dará até às 09h00min (horário de Minas Gerais) do dia 17 de maio de 2023; A sessão pública de abertura dos envelopes será realizada às 09h00min, do mesmo dia, no Setor de Licitação, localizado na Praça Nossa Senhora do Carmo nº 12, no Prédio do Paço Municipal. Os interessados poderão retirar o Edital gratuitamente no site municipal www.carmesia.mg.gov.br ou diretamente na sede da Prefeitura Municipal ou ainda solicitar via e-mail: www.licitacao@carmesia.mg.gov.br. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (31) 983150190. Carmésia/MG, 30 de maio 2023. Gerson de Lima Carvalho, Presidente da CPL.

PREF. MUNICIPAL DE UBAÍ-MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍ-MG - Torna público para conhecimento de todos os interessados, Abertura de Processo Licitatório nº 039/2023, Pregão Presencial por Registro de Preços nº 007/2023. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESFS DO MUNICÍPIO DE UBAÍ-MG. Data de Abertura: 18/04/2023 às 09:00 hs da manhã**. Edital disponível no site: **www.ubai.mg.gov.br** ou e-mail: **licitaubai@gmail.com.**
João Elcio Fonseca Almeida
(Pregoeiro Substituto)

PREF. MUNICIPAL DE UBAÍ-MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍ-MG - Torna público para conhecimento de todos os interessados, Abertura de Processo Licitatório nº 037/2023, Pregão Presencial por Registro de Preços nº 005/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E RECARGA DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO) E LOCAÇÃO DE CILINDROS PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UBAÍ. Data de Abertura: 17/04/2023 às 09:00 hs da manhã**. Edital disponível no site: **www.ubai.mg.gov.br** ou e-mail: **licitaubai@gmail.com**.
João Elcio Fonseca Almeida
(Pregoeiro Substituto)

INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP
Comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 51/2023, Processo Licitatório n° 64/2023, conforme Leis Federais n° 10.520/2002 e 8.666/1993, sob o regime de menor preço por item. Abertura das propostas: às 9h do dia 17/04/2023, disputa: às 10h do mesmo dia. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-assistenciais, incluindo a instalação, com os devidos laudos de calibração, além do fornecimento de insumos, materiais e acessórios para o funcionamento individual de cada tecnologia. Edital disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br; www.icismep.mg.gov.br, e na sede do Consórcio. Mais informações: (31) 2571.3026. A pregoeira, em 31/03/2023.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG
PL Nº 019/2023 – PP RP Nº 004/2023. AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PÃO FRANCÊS COM MANTEIGA E LEITE, CONFORME CONSTANTES NO ANEXO I DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL. Credenciamento: Das 09h30min às 09h45min do dia 14/04/2023 e o recebimento dos envelopes será às 09h45min, deste mesmo dia. A sessão de lances ocorrerá em ato contínuo deste mesmo dia. O edital encontra-se disponível no site da Prefeitura: www.vespasiano.mg.gov.br. Amaury Oliveira de Souza – Pregoeiro Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO MONITÓRIA
Comarca de Belo Horizonte - Secretaria da 16ª Vara Cível - Edital de **CITAÇÃO** de _SEBASTIAO JANUARIO TEIXEIRA NETO - CPF: 988.439.076-20 , prazo de 20(vinte) dias. A Dra. Adriana Garcia Rabelo, Juíza de Direito da 16ª Vara Cível, na forma da Lei, etc...faz saber que por este Juízo e Secretaria tramita uma AÇÃO JUDICIAL **MONITÓRIA**, ajuizada por LINNET CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA - CNPJ: 38.475.224/0001-22 contra SEBASTIAO JANUARIO TEIXEIRA NETO, **processo eletrônico nº 2624964-74.2014.8.13.0024,** distribuído em 28.08.2014, e por este edital fica **devidamente CITADO o RÉU,** retro mencionado, para nos termos dos Arts. 240 e 242 do CPC, da ação em epígrafe, no qual foi deferido a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou não fazer, **no caso concreto, pagamento de R$ 292.311,67 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e onze reais e sessenta e sete centavos), valor desatualizado**; fixado o prazo de **15 (quinze) dias** para o cumprimento da obrigação descrita na petição inicial e para pagamento de honorários advocatícios, fixados em 5% sobre o valor atribuído à causa, ficando V. Sa. isenta do pagamento das custas processuais na hipótese de cumprimento da obrigação no prazo assinalado (CPC, art. 701, §1º). Poderá também V.Sa. propor embargos naquele prazo, ocasião em que, se reconhecido o crédito da parte Autora e comprovado o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, V. Sa. poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 701, §5º c/c art. 916). Fica V. Sa. ainda ciente de que, não havendo cumprimento da obrigação ou não oferecidos embargos no prazo determinado, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (CPC, art. 701, §2º). Será este publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 10 de março de 2023. a) Carlos Alberto Miranda Costa, Escrivão Judicial, que assina por ordem da MMª. Juíza, Dra. Adriana Garcia Rabelo.

INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP
Comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 47/2023, Processo Licitatório n° 56/2023, conforme Leis Federais n° 10.520/2002 e 8.666/1993, sob o regime de menor preço por item. Abertura das propostas: às 9h do dia 17/04/2023, disputa: às 10h do mesmo dia. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza. Edital disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br; www.icismep.mg.gov.br, e na sede do Consórcio. Mais informações: (31) 2571.3026. A pregoeira, em 31/03/2023.

MERCANTIL DO BRASIL

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
CNPJ Nº 17.184.037/0001-10 - NIRE 31300036162
COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2023.

1 - DATA, HORA E LOCAL: reunião realizada aos 07 dias do mês de março de 2023, às 10 horas, de forma híbrida, sendo presencialmente, na sede do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), em Belo Horizonte/MG, na Rua Rio de Janeiro, nº 654, 6º andar, sala 04, e digitalmente, através da plataforma *Webex*, conforme instruções de acesso disponibilizadas aos Conselheiros de Administração.2 - CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS: os Conselheiros de Administração do Banco foram devidamente convocados, por meio eletrônico, pelo Sr. Marco Antônio Andrade de Araújo, presidente do Conselho de Administração, conforme previsto pelo art. 20 do Estatuto Social do Banco. Participação dos Conselheiros: Marco Antônio Andrade de Araújo, Mauricio de Faria Araújo, José Ribeiro Vianna Neto, Luiz Henrique Andrade de Araújo, André Luiz Figueiredo Brasil, Gustavo Henrique Diniz de Araújo, Daniel Henrique Alves da Silva, Leonardo Ferreira Antunes e Clarissa Nogueira de Araújo. 3 - COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sr. Marco Antônio Andrade de Araújo. Secretário: Sr. José Ribeiro Vianna Neto. 4 - ORDEM DO DIA: constam da ordem do dia as seguintes matérias: (i) aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive notas explicativas, relatório da administração, após o parecer favorável do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e da auditoria independente, bem como do Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros; (ii) relatório do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) proposta da Diretoria para o pagamento de juros sobre capital próprio; e (iv) autorização para que a administração do Banco pratique os atos necessários para implementação das deliberações tomadas. 5 - ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se esta ata em forma de sumário que, após lida e aprovada, vai por todos os conselheiros de administração presentes assinada. Belo Horizonte/MG, 07 de março de 2023. Mesa: Presidente: Marco Antônio Andrade de Araújo. Secretário: José Ribeiro Vianna Neto. *Presença e voto por meio digital*: Clarissa Nogueira de Araújo e Leonardo Ferreira Antunes. *Presença e voto no local*: Marco Antônio Andrade de Araújo, Mauricio de Faria Araújo, José Ribeiro Vianna Neto, Luiz Henrique Andrade de Araújo, Gustavo Henrique Diniz de Araújo, André Luiz Figueiredo Brasil e Daniel Henrique Alves da Silva. CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO. BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. Uelquesneurian Ribeiro de Almeida (Diretor Executivo) e Carolina Marinho do Vale Duarte (Diretora Executiva). JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (JUCEMG) - TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL - Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A., de NIRE 3130003616-2 e protocolado sob o número 23/132.831-1 em 10/03/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o 10154531, em 13/03/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.. Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR/MG.
Processo Licitatório 30/2023, Pregão Presencial 05/2023. O Município de Resplendor torna público a abertura de licitação cujo objeto é Registro de Preços para contratação de empresa especializada para recarga e troca de cartuchos e toners para atendimento de todas as Secretarias do Município de Resplendor, conforme condições e descrições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do presente Edital. Entrega dos envelopes até o dia 25/04/2023 até às 09h00min. Abertura dos envelopes 25/04/2023 a partir das 09h00min. O Edital poderá ser adquirido no Site www.resplendor.mg.gov.br e as informações poderão ser obtidas a partir desta data, de 08h00 às 16h00, na sede da Prefeitura à Praça Pedro Nolasco, 20, Centro, Resplendor/MG , pelo telefone (33) 3263-2003 e e-mail licitacaopmresplendor@gmail.com. Resplendor/MG, 31/03/2023 – Deuzimar Nepomuceno de Oliveira – Pregoeira.

Processo Licitatório nº 29/2023 – Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 16/2023. O Município de Resplendor torna público a licitação por meio eletrônico cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Pães, Bolos e Lanches, com fornecimento diário e/ou esporádicos, em atendimento ao gabinete e secretarias municipais da Prefeitura de Resplendor para o período de 12 (doze) meses. Exclusiva para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI. A sessão pública será às 14:00hs do dia 20/04/2023 pela plataforma de licitações – https://ammlicita.org.br/. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: https://ammlicita.org.br/ e www.resplendor.mg.gov.br. Informações complementares, poderão ser obtidas no site: www.resplendor.mg.gov.br, pelo e-mail: licitacaopmresplendor@gmail.com ou à Praça Pedro Nolasco, 20 – Centro – Resplendor/MG. Deuzimar Nepomuceno de Oliveira – Pregoeira. 31/03/2023.

MRV

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2023

A Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 11:00 horas, do dia 15 de fevereiro de 2023, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Na conformidade da **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade: **Itens de Discussão I - Renúncia Diretor Executivo de Produção –** O Conselho recebeu a renúncia do **Sr. Silvio Luiz Gava** do cargo de **Diretor Executivo de Produção** da Companhia, nos termos da carta de renúncia apresentada **à Companhia** nesta data, 15 de fevereiro de 2023. A referida renúncia produzirá efeitos em 28 de fevereiro de 2023. **Itens de Aprovação I - Eleição do cargo de Diretor Executivo de Produção –** O Conselho aprovou, por unanimidade, nos termos dos parágrafos 2º, dos artigos 28 e 29 do Estatuto Social, a eleição de **Eduardo Fischer Teixeira De Souza**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nºM-6.672.370, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.415.476-24, com endereço comercial na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para o cargo de **Diretor Executivo de Produção**, cumulativamente ao cargo de **Diretor Presidente**, até o término do mandato atual da Diretoria. A posse e demais efeitos da presente eleição ocorrerá em 28 de fevereiro de 2023; e **II -** Autorizar a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação da deliberação acima, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023. Presidente da Mesa: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Secretária da Mesa: **Fernanda de Mattos Paixão**. Membros do Conselho de Administração Presentes: **Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda N. Menin T. de Souza Maia; Betania Tanure de Barros; Antonio Kandir; Sílvio Romero de Lemos Meira; Paulo Sergio Kakinoff e Leonardo Guimarães Corrêa.** *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa . Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 10093027 em 24/02/2023 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 231015097 - 24/02/2023. Autenticação: BD15A6A4DCD8379A-77683EF3DBA4C81D32782C9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/101.509-7 e o código de segurança p5Gt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/02/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ESTRADAS

Com previsão de início das obras em 2024, via que atravessará 10 cidades da RMBH contará, ao longo de 100 quilômetros, com câmeras para reconhecimento dos veículos

Pedágio do Rodoanel vai ser cobrado por monitoramento

SÍLVIA PIRES

O Rodoanel Metropolitano, que começa a ser construído em 2024, terá um novo modelo de cobrança de pedágio, chamado 'free flow'. Os motoristas vão notar as diferenças já no trajeto, pois o sistema não utiliza praças de pedágio. A cobrança, estimada em torno de R$ 0,35 por km rodado, será feita por meio de equipamentos de monitoramento instalados nas vias. Ao longo dos 100 quilômetros de malha rodoviária, que atravessam Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, serão instalados portais com sensores e câmeras de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para identificar a placa dos automóveis.

O pagamento, proporcional à quilometragem percorrida no trecho, poderá ser realizado por meio de tags instaladas nos veículos. O secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, adianta que serão concedidos descontos aos motoristas. "Temos alguns incentivos, como desconto para uso de tag, para usuários frequentes e também àqueles que percorrem longas distâncias nesse trecho", divulgou o secretário em coletiva de imprensa, realizada ontem, que oficializou a assinatura do contrato de concessão do Rodoanel.

A obra promete desafogar o trânsito da RMBH, reduzindo o tempo de viagem no trecho em até 50 minutos. Na primeira fase, com previsão de conclusão em até cinco anos, serão entregues as obras das alças norte e oeste, que respondem por 70% do tráfego que se espera no Rodoanel. "É um projeto que vai fazer com que o estado mude, muito, e para melhor. Como empresário, eu sei que passar pela região metropolitana sempre foi um pesadelo. Isso vai melhorar muito a vida da população", disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

Além das melhorias no trânsito, o projeto ainda prevê uma redução no número de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, por meio do desvio do fluxo de veículos pesados para o Rodoanel. "O objetivo principal é melhorar nossa mobilidade urbana e salvar vidas. Vamos tirar mais 5 mil caminhões que circulam por dia na via. A estimativa é que isso resulte em uma redução de mil acidentes por ano", calcula o secretário de infraestrutura e mobilidade.

CONTRATO O governo de Minas Gerais oficializou, ontem a construção do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com a assinatura do contrato de concessão ao grupo italiano INC S.P.A. A expectativa é que as obras comecem no início de 2024 e se estendam até 2028. A empresa será responsável pela manutenção e operação do anel rodoviário durante 30 anos. Com 100 quilômetros de malha rodoviária, o Rodoanel vai passar por Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, entre elas Contagem e Betim, que criticaram vigorosamente o traçado do projeto.

Dos R$ 5 bilhões investidos no projeto, R$ 3,07 bilhões serão aportados pelo estado, montante obtido por acordo firmado com a mineradora Vale pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Os R$ 2 bilhões restantes serão de responsabilidade do grupo italiano.

POLÊMICAS O projeto é motivo de um imbróglio entre o governo estadual e as prefeituras de Contagem e Betim. A administração das cidades aponta que a obra apresenta riscos à Bacia Hidrográfica de Vargem das Flores e risco ao abastecimento hídrico na Grande BH. Os municípios também criticam o traçado da estrada, que prevê obras em regiões densamente povoadas, incluindo comunidades tradicionais como o Quilombo dos Arturos. Sem traçado alternativo, a palavra de ordem de ambas cidades é barrar a licitação do empreendimento.

Questionado sobre esses impasses, o secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, demonstrou tranquilidade e destacou a complexidade do projeto. "O desafio agora é tirar do papel. Um projeto dessa magnitude, que envolve tantos atores, é fundamental uma ampla escuta e diálogo", disse. Para dar início às obras, o projeto ainda precisa passar pelo licenciamento ambiental, cuja previsão é ser concluído, no máximo, até o segundo semestre de 2024. Até lá, o secretário de infraestrutura e mobilidade admite a possibilidade de mudança do traçado, alvo de impasses com as prefeituras de Contagem e Betim.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA - MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000391/2022 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 000021/2022: O Município de Extrema, através da Comissão Especial de Licitação, torna público a resposta à impugnação ao edital 205/2022 apresentada pela empresa Brbio Fabricacao De Equipamentos Ltda, bem como resposta aos pedidos de esclarecimentos enviados pelas empresas Recicle Serviços De Limpeza Ltda. e Sigma Infraestrutura E Serviços Ltda. Fica designado o dia 04 de maio de 2023 às 09:00 horas, na Secretaria Municipal De Turismo, situada à Rodovia Fernão Dias, KM 942 - Bairro dos Tenentes - Extrema MG, (Referência: Acesso ao Posto Pururuca), a nova data da sessão de abertura e julgamento dos envelopes "Proposta Comercial" E "Documentação De Habilitação" do Processo Licitatório nº 000391/2022 na modalidade Concorrência Pública nº 000021/2022, objetivando a concessão administrativa no modelo de parceria público-privada (PPP), para seleção de empresa especializada para instalação e operação de usina termoquímica de geração elétrica a partir de resíduos sólidos urbanos (RSU), por processo de gaseificação em leito fluidizado no âmbito do município de Extrema - MG. Extrema, 31 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS

O **MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS/MG**, por intermédio do presidente da CPL, torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços N° 011/2022 referente ao Pregão Eletrônico para SRP nº 008/2022 Processo Licitatório 020/2022 realizado pelo Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha - CIMBAJE, cujo objeto e o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUCUÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA VISANDO A INSTALAÇÃO D ELUMINARIAS, EM CADA UM DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS AO CIMBAJE COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.** Conforme especificações descritas no processo licitatório correspondente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS

Torna público o Processo Licitatorio 050/2023, Pregão Presencial nº 034/2023, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES COM FORNECIMENTOS DE MATERIAL PARA FUTURA E EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG. No dia 17 de maio de 2023 (quarta-feira) ás 07:30 Hs. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: **(38)3228-2282.**

Coração de Jesus/MG, 30 de março de 2023

Bruna Soares Oliveira – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS

O Município de Coração de Jesus/MG, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público a TOMADA DE PREÇO N° 02/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM PMF EM DIVERSAS RUAS NA SEDE DESTE MUNICÍPIO. Data: 09/05/2023 às 07h30min. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: **(38) 3228-2282**.

José Carlos Mota
Sec. Mun. de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS

A Pref. Munic. de Coração de Jesus/MG torna público o Processo Licitatorio 045/2023, Pregão Presencial nº 031/2023, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA OU JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, ATENDENDO AS NECESSIDADES DOS CAMPEONATOS DESTE MUNICIPIO. No dia 10 de maio de 2023 Quarta-feira) ás 07:30 Hs. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: **(38)3228-2282.**

Coração de Jesus/MG, 29 de março de 2023

Bruna Soares Oliveira – Pregoeira

MRV

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023

A Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 10:00 horas, do dia 28 de março de 2023, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do artigo 24, incisos "I" do Estatuto Social: **(i) Ratificar a realização** das operações de securitização ("Securitização"), por meio de duas emissões pela True Securitizadora S.A., companhia securitizadora com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, 48, 2º andar, conjuntos 21 e 22, Vila Nova Conceição, CEP 04.506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), sendo elas: **(1)** a 153ª emissão, em duas séries, de CRI, conforme os termos e condições estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 153ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., lastreados em direitos creditórios imobiliários diversificados* ("Termo de Securitização da 153ª Emissão"), celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 29 da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022 e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Agente Fiduciário"), com as seguintes características ("153ª Emissão"): a) Quantidade de CRI: serão emitidos 212.100 (duzentos e doze mil e cem) CRI da 153ª Emissão, sendo 61.300 (sessenta e um mil e trezentos) CRI da primeira série ("CRI da Primeira Série") e 150.800 (cento e cinquenta mil e oitocentos) CRI da segunda série ("CRI da Segunda Série"), totalizando o valor de R$ 61.300.000,00 (sessenta e um milhões e trezentos mil reais) de CRI da Primeira Série e R$ 150.800.000,00 (cento e cinquenta milhões e oitocentos mil reais) de CRI da Segunda Série, a serem distribuídos no âmbito da Oferta da 153ª Emissão (conforme definido abaixo), em regime de melhores esforços de colocação, conforme disposto no Termo de Securitização da 153ª Emissão; b) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão dos CRI da 153ª Emissão, conforme definida no Termo de Securitização da 153ª Emissão ("Data de Emissão"); c)Garantias: não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, em favor dos Titulares de CRI; d) Subordinação: quando da vigência da Cascata de Pagamentos Extraordinária (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão), o pagamento de amortização dos CRI da Segunda Série será subordinado ao pagamento de amortização dos CRI da Primeira Série, nos termos estabelecidos no Termo de Securitização da 153ª Emissão; e) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário dos CRI da Primeira Série não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice. O Valor Nominal Unitário dos CRI da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, conforme disposto no Termo de Securitização da 153ª Emissão; f)Remuneração: os CRI da Primeira Série farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa **0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração dos CRI da Primeira Série"), calculada conforme previsto no Termo de Securitização da 153ª Emissão. Os CRI da Segunda Série farão jus à remuneração equivalente a **10,06% (dez inteiros e seis centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada conforme previsto no Termo de Securitização da 153ª Emissão ("Remuneração dos CRI da Segunda Série" e, quando referido em conjunto com a Remuneração dos CRI da Primeira Série, "Remuneração"). O pagamento da Remuneração será devido mensalmente, em cada uma das Datas de Pagamento relacionadas na tabela constante do Termo de Securitização da 153ª Emissão, até a Data de Vencimento da respectiva série; g)Amortização: os CRI da Primeira Série e os CRI da Segunda Série serão amortizados conforme estipulado nos respectivos Cronogramas de Pagamentos (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão) e calculado na forma prevista no Termo de Securitização da 153ª Emissão; h) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos vigente à época e os demais termos estipulados no Termo de Securitização da 153ª Emissão, nas seguintes hipóteses: (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório ou em decorrência de pagamento de Multa Indenizatória; (ii) mensalmente, no montante equivalente aos Recursos Excedentes (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão), sempre que haja Recursos Excedentes na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão); (iii) mensalmente, no montante equivalente ao saldo disponível no Fundo de Reserva que exceder R$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões); e (iv) sempre que houver a antecipação acima de 30 (trinta) dias corridos ou pré-pagamento dos Instrumentos de Confissão de Dívida e, consequentemente, dos Direitos Creditórios Imobiliários por parte dos Clientes, no montante correspondente à totalidade dos recursos oriundos das antecipações e/ou pré-pagamentos. Os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido abaixo), em decorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI, na Data de Pagamento subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos vigente, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento. Exclusivamente quando da vigência da Cascata de Pagamento Ordinária (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão), qualquer Amortização Extraordinária dos CRI deverá ocorrer de forma a reenquadrar a proporção entre o saldo devedor da série de CRI à Proporção Inicial (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão) do saldo devedor das séries de CRI; i)Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; j)Datas de Vencimento dos CRI: conforme definidas no Termo de Securitização da 153ª Emissão, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; k) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI: (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados na Conta do Patrimônio Separado da Securitizadora, incluindo os recursos do Fundo de Reserva (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão), Fundo de Despesas (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão) e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na emissão, e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão); e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido no Termo de Securitização da 153ª Emissão) e mediante o recebimento dos recursos decorrentes de referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários. O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário e alcançará, indistintamente, todos os CRI, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos titulares de CRI no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; l) Índice de Cobertura: A partir da data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI pelos investidores de cada uma das respectivas séries ("Data da Primeira Integralização") e até o adimplemento integral dos CRI, a Companhia assegurará que o saldo devedor total dos Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis perfaça, no mínimo, o montante equivalente a 107,50% (cento e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) do saldo devedor atualizado dos CRI, somando Remuneração e principal, descontado desse saldo o valor do Fundo de Reserva. Para fins de verificação do Índice de Cobertura, considera-se "Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis" os Direitos Creditórios Imobiliários que (i) estejam adimplidos pelos respectivos Clientes; ou (ii) possuam inadimplência inferior a 180 (cento e oitenta) dias; m) Obrigação de Aporte ao Fundo de Reserva: Sem prejuízo da recomposição do Fundo de Reserva ao valor correspondente a, no mínimo, 3 (três) parcelas imediatamente vincendas da Remuneração dos CRI ("Valor de Recomposição de Fundo de Reserva") com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido), caso o Fundo de Reserva, a qualquer tempo, corresponda a montante igual ou inferior a 1 (uma) parcela imediatamente vincenda acrescida de eventuais parcelas em aberto dos CRI ("Valor Mínimo do Fundo de Reserva"), a Companhia se compromete a recompor o Fundo de Reserva ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Cessionária neste sentido, sob pena de incidência de encargos moratórios. A obrigação de recomposição pela Companhia é limitada ao montante global agregado de R$ 76.800.000,00 (setenta e seis milhões e oitocentos mil reais), seja em único ou em diversos eventos de recomposição ao longo da vigência dos CRI ("Montante Global de Aporte"). Adicionalmente à obrigação prevista acima, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo relacionados ("Eventos de Aporte Adicional"), a Companhia se compromete a aportar recursos adicionais no Fundo de Reserva, nos respectivos montantes a seguir estabelecidos e observadas as condições estabelecidas no Contrato de Cessão: (i) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente a "A" por uma das seguintes agências classificadora de risco: Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ("Standard & Poor's"), Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Fitch Ratings") ou Moody's América Latina Ltda. ("Moody's" e, quando em conjunto com Standard & Poor's e Fitch Ratings doravante denominadas "Agências de *Rating*"); (ii) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente a "A-" por uma das Agências de *Rating*; (iii) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente ou inferior a "BBB+" por uma das Agências de *Rating*; (iv) não observância dos seguintes limites e índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Companhia ou nas Demonstrações Financeiras consolidas e auditadas da Companhia, conforme o caso, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas informações consolidadas de 31 de março de 2023, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores ("Índices Financeiros"): (1) a razão entre a Dívida Líquida e Imóveis a Pagar, não poderá ser maior que 0,65 (sessenta e cinco centésimos) do Patrimônio Líquido da Companhia; e (2) a razão entre os Recebíveis da Companhia somados à Receita a Apropriar e os Estoques, e a Dívida Líquida somada aos Imóveis a Pagar e ao Custo a Apropriar não poderá ser maior que 1,6 (um inteiro e sessenta centésimos) e menor do que zero. Para os fins deste item, considera-se: (a) "Dívida Líquida" como o endividamento de curto e longo prazo total (empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes), excluídos os financiamentos à construção e financiamentos da Resia, denominados de "*Construction Loan e Permanent Loan*", bem como os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI-FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras; (b) "Patrimônio Líquido" como o patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da MRV, excluídos os valores da conta ("reservas de reavaliação", se houver); (c) "Imóveis a Pagar" como o somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentados nas "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos", no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta; (d) "Recebíveis" como a soma dos valores a receber dos clientes de curto e longo prazo da MRV, refletidos nas Demonstrações Financeiras consolidadas da MRV; (e) "Receita a Apropriar" como o saldo apresentado nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras consolidadas da MRV, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos, não refletidos no balanço patrimonial da Companhia em função das práticas contábeis adotadas no Brasil; (f) "Estoque" como o valor apresentado na conta "estoques" do balanço patrimonial da MRV; (g) "Custo a Apropriar" os custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos; e (h) "Demonstrações Financeiras da MRV" significa as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, anuais e/ou trimestrais, conforme o caso, da MRV; (v) não manutenção de qualquer dos Índices Financeiros por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 4 (quatro) trimestres consecutivos; e (vi) declaração de vencimento antecipado em qualquer uma das seguintes operações da Companhia (código B3 do ativo):

Código IF B3	CÓDIGO ISIN	Emissão/Série	Emissora	Tipo
21D0001232	BRAPCSCRI9D8	1/379	True	CRI
22B0006022	BRIMWLCRIAQ9	442/4	Virgo	CRI
22L1198359	BRAPCSCRIG63	108/1	True	CRI
22L1198360	BRAPCSCRIG71	108/2	True	CRI
22E1095384	BRAPCSCRICS8	32/1	True	CRI
22E1095521	BRAPCSCRICT6	32/2	True	CRI

Em caso de verificação de ocorrência de um dos Eventos de Aporte Adicional, a Companhia deverá aportar na Conta do Patrimônio Separado, em moeda corrente nacional, os montantes indicados na tabela abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Securitizadora neste sentido, observado o disposto no Contrato de Cessão:

#	Evento de Aporte Adicional	Valor total de Aporte pela MRV quando do Evento
1)	Evento previsto no item (iv)	R$ 12.800.000,00
2)	Evento previsto no item (i) **ou** evento previsto no item (v)	R$ 32.000.000,00
3)	Evento previsto no item (ii) **ou** evento previsto no item (vi)	R$ 57.600.000,00
4)	Evento previsto no item (iii)	R$ 76.800.000,00

Em caso de atraso superior a 3 (três) Dias Úteis do aporte devido nos termos do previsto acima, incidirão encargos moratórios sobre o valor devido e, após tal prazo, se permanecer o inadimplemento, a Companhia deverá realizar o aporte no valor do saldo do Montante Global de Aporte. Fica esclarecido que os aportes realizados pela Companhia em decorrência de um ou mais Eventos de Aporte Adicional ao longo de toda vigência dos CRI (i) estão cumulativamente limitados ao Montante Global de Aporte; (ii) serão descontados eventuais montantes já aportados dos Eventos de Aporte Adicional ocorridos anteriormente. Adicionalmente às obrigações acima estabelecidas, caso a Companhia deixe de manter contratada, durante a vigência dos CRI, pelo menos uma das Agências de *Rating* para avaliação do seu crédito corporativo, a Companhia deverá aportar na Conta do Patrimônio Separado o saldo ainda não aportado do Montante Global de Aporte, nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão. n) Lastro dos CRI: os CRI da 153ª Emissão estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados pelas Cédulas de Crédito Imobiliário fracionárias e integrais, conforme o caso ("CCI"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas Crédito Imobiliário Fracionárias e Integrais, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 19, inciso II, da Lei nº 10.931/04 ("Escritura de Emissão de CCI" e "Instituição Custodiante", respectivamente), para representar os direitos creditórios imobiliários decorrentes de (i) empreendimentos residenciais; (ii) com classificação de risco mínima de "(F)" atribuída pela Companhia de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco especificada no Contrato de Cessão; (iii) que não estejam em atraso em qualquer parcela, considerando como data base 6 de março de 2023 ("Data Base da Cessão"); (iv) que tenham saldo devedor na Data Base da Cessão de, no mínimo, R$ 2.000,00 (dois mil reais); (v) que não tenham nenhuma pendência jurídica; (vi) que tenham, no mínimo, 3 (três) parcelas a vencer, na Data Base da Cessão; e (vii) caso tenham sido objeto de renegociação anteriormente à Data Base da Cessão, que tenham, no mínimo, 10 (dez) parcelas adimplidas após a renegociação; devidos pelos clientes descritos e relacionados no Contrato de Cessão (conforme definido abaixo) ("Clientes"), de forma irrevogável e irretratável, relativamente ao preço de aquisição e para aquisição dos imóveis identificados no Contrato de Cessão ("Imóveis"), na forma e prazo estabelecidos nos respectivos instrumentos e atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice previsto nos respectivos instrumentos de confissão de dívida relacionados no Contrato de Cessão, todos decorrentes de instrumentos de confissão de dívida ("Instrumentos de Confissão de Dívida"), na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos Instrumentos de Confissão de Dívida, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades e garantias previstos nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelo devedor, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos Imóveis ("Direitos Creditórios Imobiliários"). **(2)** a 154ª emissão, em duas séries, de CRI, conforme os termos e condições estabelecidos no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 154ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A.*" ("Termo de Securitização da 154ª Emissão") *lastreados em direitos creditórios imobiliários diversificados*", celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, com as seguintes características ("154ª Emissão"): a) Quantidade de CRI: serão emitidos 200.200 (duzentos mil e duzentos) CRI da 154ª Emissão, sendo 57.800 (cinquenta e sete mil e oitocentos) CRI da primeira série ("CRI da Primeira Série") e 142.400 (cento e quarenta e dois mil e quatrocentos) CRI da segunda série ("CRI da Segunda Série"), totalizando o valor de R$ 57.800.000,00 (cinquenta e sete milhões e oitocentos mil reais) de CRI da Primeira Série e R$ 142.400.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais) de CRI da Segunda Série, a serem distribuídos no âmbito da Oferta da 154ª Emissão (conforme definido abaixo), em regime de melhores esforços de colocação, conforme disposto no Termo de Securitização da 154ª Emissão; b) Valor Nominal Unitário dos CRI: os CRI terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão dos CRI da 154ª Emissão, conforme definida no Termo de Securitização da 154ª Emissão ("Data de Emissão"); c) Garantias: não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, em favor dos Titulares de CRI; d) Subordinação: quando da vigência da Cascata de Pagamentos Extraordinária (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão), o pagamento de amortização dos CRI da Segunda Série será subordinado ao pagamento de amortização dos CRI da Primeira Série, nos termos estabelecidos no Termo de Securitização da 154ª Emissão; e) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário dos CRI da Primeira Série não será atualizado monetariamente ou corrigido por qualquer índice. O Valor Nominal Unitário dos CRI da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação do IPCA, conforme disposto no Termo de Securitização da 154ª Emissão; f) Remuneração: os CRI da Primeira Série farão jus à remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de sobretaxa **0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração dos CRI da Primeira Série"), calculada conforme previsto no Termo de Securitização da 154ª Emissão. Os CRI da Segunda Série farão jus à remuneração equivalente a **10,06% (dez inteiros e seis centésimos por cento)** ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada conforme previsto no Termo de Securitização da 154ª Emissão ("Remuneração dos CRI da Segunda Série" e, quando referido em conjunto com a Remuneração dos CRI da Primeira Série, "Remuneração"). O pagamento da Remuneração será devido mensalmente, em cada uma das Datas de Pagamento relacionadas na tabela constante do Termo de Securitização da 154ª Emissão, até a Data de Vencimento da respectiva série; g) Amortização: os CRI da Primeira Série e os CRI da Segunda Série serão amortizados conforme estipulado nos respectivos Cronogramas de Pagamentos (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão) e calculado na forma prevista no Termo de Securitização da 154ª Emissão; h) Amortização Extraordinária dos CRI: a Securitizadora deverá promover a amortização extraordinária dos CRI, observada a Cascata de Pagamentos vigente à época e os demais termos estipulados no Termo de Securitização da 154ª Emissão, nas seguintes hipóteses: (i) na ocorrência dos Eventos de Reembolso Compulsório ou em decorrência de pagamento de Multa Indenizatória; (ii) mensalmente, no montante equivalente aos Recursos Excedentes (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão), sempre que haja Recursos Excedentes na Conta do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão); (iii) mensalmente, no montante equivalente ao saldo disponível no Fundo de Reserva que exceder R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões); e (iv) sempre que houver a antecipação acima de 30 (trinta) dias corridos ou pré-pagamento dos Instrumentos de Confissão de Dívida e, consequentemente, dos Direitos Creditórios Imobiliários por parte dos Clientes, no montante correspondente à totalidade dos recursos oriundos das antecipações e/ou pré-pagamentos. Os recursos recebidos pela Securitizadora, no respectivo mês de arrecadação dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido abaixo), em decorrência desses eventos, serão utilizados pela Securitizadora para a amortização extraordinária parcial dos CRI, na Data de Pagamento subsequente prevista no Cronograma de Pagamentos vigente, proporcionalmente ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário na data do evento. Exclusivamente quando da vigência da Cascata de Pagamento Ordinária (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão), qualquer Amortização Extraordinária dos CRI deverá ocorrer de forma a reenquadrar a proporção entre o saldo devedor da série de CRI à Proporção Inicial (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão) do saldo devedor das séries de CRI; i) Repactuação Programada: os CRI não serão objeto de repactuação programada; j) Datas de Vencimento dos CRI: conforme definidas no Termo de Securitização da 154ª Emissão, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; k) Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: a Securitizadora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade dos CRI: (i) no mês em que o somatório dos recursos apurados na Conta do Patrimônio Separado da Securitizadora, incluindo os recursos do Fundo de Reserva (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão), Fundo de Despesas (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão) e os Recursos Excedentes, sejam suficientes para quitar o saldo devedor do CRI e eventuais custos em aberto ou provisionados na emissão, e/ou (ii) nos Eventos de Reembolso Compulsório totais (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão); e/ou (iii) caso seja exercida a Opção de Compra dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme definido no Termo de Securitização da 154ª Emissão) e mediante o recebimento dos recursos decorrentes de referida compra dos Direitos Creditórios Imobiliários. O Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI será efetuado pela Securitizadora, unilateralmente, sob a ciência do Agente Fiduciário e alcançará, indistintamente, todos os CRI, sendo os recursos recebidos pela Securitizadora em decorrência do resgate antecipado repassados aos titulares de CRI no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data do seu efetivo recebimento pela Securitizadora; l) Índice de Cobertura: A partir da data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI pelos investidores de cada uma das respectivas séries ("Data da Primeira Integralização") e até o adimplemento integral dos CRI, a Companhia assegurará que o saldo devedor total dos Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis perfaça, no mínimo, o montante equivalente a 107,50% (cento e sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) do saldo devedor atualizado dos CRI, somando Remuneração e principal, descontado desse saldo o valor do Fundo de Reserva. Para fins de verificação do Índice de Cobertura, considera-se "Direitos Creditórios Imobiliários Elegíveis" os Direitos Creditórios Imobiliários que (i) estejam adimplidos pelos respectivos Clientes; ou (ii) possuam inadimplência inferior a 180 (cento e oitenta) dias; m) Obrigação de Aporte ao Fundo de Reserva: Sem prejuízo da recomposição do Fundo de Reserva ao valor correspondente a, no mínimo, 3 (três) parcelas imediatamente vincendas da Remuneração dos CRI ("Valor de Recomposição de Fundo de Reserva") com o fluxo regular dos Direitos Creditórios Imobiliários (conforme abaixo definido), caso o Fundo de Reserva, a qualquer tempo, corresponda a montante igual ou inferior a 1 (uma) parcela imediatamente vincenda acrescida de eventuais parcelas em aberto dos CRI ("Valor Mínimo do Fundo de Reserva"), a Companhia se compromete a recompor o Fundo de Reserva ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Cessionária neste sentido, sob pena de incidência de encargos moratórios. A obrigação de recomposição pela Companhia é limitada ao montante global agregado de R$ 75.800.000,00 (setenta e cinco milhões e oitocentos mil reais), seja em único ou em diversos eventos de recomposição ao longo da vigência dos CRI ("Montante Global de Aporte"). Adicionalmente à obrigação prevista acima, caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo relacionados ("Eventos de Aporte Adicional"), a Companhia se compromete a aportar recursos adicionais no Fundo de Reserva, nos respectivos montantes a seguir estabelecidos e observadas as condições estabelecidas no Contrato de Cessão: (i) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente a "A" por uma das seguintes agências classificadora de risco: Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. ("Standard & Poor's"), Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Fitch Ratings") ou Moody's América Latina Ltda. ("Moody's" e, quando em conjunto com Standard & Poor's e Fitch Ratings doravante denominadas "Agências de *Rating*"); (ii) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente a "A-" por uma das Agências de *Rating*; (iii) rebaixamento de classificação de risco corporativo da Companhia, em escala nacional, para classificação de risco equivalente ou inferior a "BBB+" por uma das Agências de *Rating*; (iv) não observância dos seguintes limites e índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Companhia ou nas Demonstrações Financeiras consolidas e auditadas da Companhia, conforme o caso, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas informações consolidadas de 31 de março de 2023, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores ("Índices Financeiros"): (1) a razão entre a Dívida Líquida e Imóveis a Pagar, não poderá ser maior que 0,65 (sessenta e cinco centésimos) do Patrimônio Líquido da Companhia; e (2) a razão entre os Recebíveis da Companhia somados à Receita a Apropriar e os Estoques, e a Dívida Líquida somada aos Imóveis a Pagar e ao Custo a Apropriar não poderá ser maior que 1,6 (um inteiro e sessenta centésimos) e menor do que zero. Para os fins deste item, considera-se: (a) "Dívida Líquida" como o endividamento de curto e longo prazo total (empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes), excluídos os financiamentos à construção e financiamentos da Resia, denominados de "*Construction Loan e Permanent Loan*", bem como os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI-FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras; (b) "Patrimônio Líquido" como o patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da MRV, excluídos os valores da conta ("reservas de reavaliação", se houver); (c) "Imóveis a Pagar" como o somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentados nas "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos", no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta; (d) "Recebíveis" como a soma dos valores a receber dos clientes de curto e longo prazo da MRV, refletidos nas Demonstrações Financeiras consolidadas da MRV; (e) "Receita a Apropriar" como o saldo apresentado nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras consolidadas da MRV, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos, não refletidos no balanço patrimonial da Companhia em função das práticas contábeis adotadas no Brasil; (f) "Estoque" como o valor apresentado na conta "estoques" do balanço patrimonial da MRV; (g) "Custo a Apropriar" os custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos; e (h) "Demonstrações Financeiras da MRV" significa as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, anuais e/ou trimestrais, conforme o caso, da MRV; (v) não manutenção de qualquer dos Índices Financeiros por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 4 (quatro) trimestres consecutivos; e (vi) declaração de vencimento antecipado em qualquer uma das seguintes operações da Companhia (código B3 do ativo):

Código IF B3	CÓDIGO ISIN	Emissão/Série	Emissora	Tipo
21D0001232	BRAPCSCRI9D8	1/379	True	CRI
22B0006022	BRIMWLCRIAQ9	442/4	Virgo	CRI
22L1198359	BRAPCSCRIG63	108/1	True	CRI
22L1198360	BRAPCSCRIG71	108/2	True	CRI
22E1095384	BRAPCSCRICS8	32/1	True	CRI
22E1095521	BRAPCSCRICT6	32/2	True	CRI

Em caso de verificação de ocorrência de um dos Eventos de Aporte Adicional, a Companhia deverá aportar na Conta do Patrimônio Separado, em moeda corrente nacional, os montantes indicados na tabela abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação da Securitizadora neste sentido, observado o disposto no Contrato de Cessão:

#	Evento de Aporte Adicional	Valor total de Aporte pela MRV quando do Evento
1)	Evento previsto no item (iv)	R$ 12.600.000,00
2)	Evento previsto no item (i) **ou** evento previsto no item (v)	R$ 31.600.000,00
3)	Evento previsto no item (ii) **ou** evento previsto no item (vi)	R$ 56.900.000,00
4)	Evento previsto no item (iii)	R$ 75.800.000,00

Em caso de atraso superior a 3 (três) Dias Úteis do aporte devido nos termos do previsto acima, incidirão encargos moratórios sobre o valor devido e, após tal prazo, se permanecer o inadimplemento, a Companhia deverá realizar o aporte no valor do saldo do Montante Global de Aporte. Fica esclarecido que os aportes realizados pela Companhia em decorrência de um ou mais Eventos de Aporte Adicional ao longo de toda vigência dos CRI (i) estão cumulativamente limitados ao Montante Global de Aporte; (ii) serão descontados eventuais montantes já aportados dos Eventos de Aporte Adicional ocorridos anteriormente. Adicionalmente às obrigações acima estabelecidas, caso a Companhia deixe de manter contratada, durante a vigência dos CRI, pelo menos uma das Agências de *Rating* para avaliação do seu crédito corporativo, a Companhia deverá aportar na Conta do Patrimônio Separado o saldo ainda não aportado do Montante Global de Aporte, nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão. n) Lastro dos CRI: os CRI da 154ª Emissão estarão lastreados em direitos creditórios imobiliários, representados pelas Cédulas de Crédito Imobiliário fracionárias e integrais, conforme o caso ("CCI"), as quais serão emitidas pela Securitizadora, sob a forma escritural, por meio da celebração do "*Instrumento Particular de Emissão de Cédulas Crédito Imobiliário Fracionárias e Integrais, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*", celebrado entre a Securitizadora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de instituição custodiante e registradora, nomeado nos termos do artigo 18 § 4º e 19, inciso II, da Lei nº 10.931/04 ("Escritura de Emissão de CCI" e "Instituição Custodiante", respectivamente), para representar os direitos creditórios imobiliários decorrentes de (i) empreendimentos residenciais; (ii) com classificação de risco mínima de "(F)" atribuída pela Companhia de acordo com a metodologia de atribuição de classificação de risco especificada no Contrato de Cessão; (iii) que não estejam em atraso em qualquer parcela, considerando como data base 6 de março de 2023 ("Data Base da Cessão"); (iv) que tenham saldo devedor na Data Base da Cessão de, no mínimo, R$ 2.000,00 (dois mil reais); (v) que não tenham nenhuma pendência jurídica; (vi) que tenham, no mínimo, 3 (três) parcelas a vencer, na Data Base da Cessão; e (vii) caso tenham sido objeto de renegociação anteriormente à Data Base da Cessão, que tenham, no mínimo, 10 (dez) parcelas adimplidas após a renegociação; devidos pelos clientes descritos e relacionados no Contrato de Cessão (conforme definido abaixo) ("Clientes"), de forma irrevogável e irretratável, relativamente ao preço de aquisição e para aquisição dos imóveis identificados no Contrato de Cessão ("Imóveis"), na forma e prazo estabelecidos nos respectivos instrumentos e atualizado monetariamente pela variação acumulada do índice previsto nos respectivos instrumentos de confissão de dívida relacionados no Contrato de Cessão, todos decorrentes de instrumentos de confissão de dívida ("Instrumentos de Confissão de Dívida"), na periodicidade ali estabelecida, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pelos respectivos Clientes por força dos Instrumentos de Confissão de Dívida, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades e garantias previstos nos Instrumentos de Confissão de Dívida, observado que a cessão não abrange juros de obras e eventuais reembolsos de despesas devidos pelo devedor, como por exemplo, de tributos e custos de cartórios aplicáveis quando da transferência dos Imóveis ("Direitos Creditórios Imobiliários"). **(ii) Aprovar** a celebração do (a) *"Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 153ª Emissão, da True Securitizadora S.A."* ("Contrato de Distribuição 153") a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e a Mirae Asset Wealth Management (Brazil) CCTVM Ltda. ("Mirae"), na qualidade de coordenadora líder da oferta pública de distribuição primária dos CRI da 153ª Emissão ("Oferta da 153ª Emissão"); e (b) *"Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 154ª Emissão, da True Securitizadora S.A."*, a ser celebrado entre a Securitizadora, a Companhia e a Mirae, na qualidade de coordenadora líder da oferta pública de distribuição primária dos CRI da 154ª Emissão ("Oferta da 154ª Emissão" e, conjunto com a Oferta da 153ª Emissão, as "Ofertas"); **(iii) Ratificar** a celebração do "*Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", entre Companhia, as sociedades listadas no **Anexo I** deste documento, vinculado aos CRI 153ª Emissão ("**SPEs 153**", em conjunto com a Companhia, "**Cedentes 153**") e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão 153**"), por meio do qual as Cedentes 153, na qualidade de legítimas titulares dos Direitos Creditórios Imobiliários, cederão em definitivo, sem coobrigação, a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários de suas respectivas titularidades no valor nominal total indicado no Anexo I a esta ata;**(iv) Ratificar** a celebração do "*Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios Imobiliários e Outras Avenças*", entre Companhia, as sociedades listadas no **Anexo II** deste documento, vinculado aos CRI 154ª Emissão ("**SPEs 154**" em conjunto com a Companhia "**Cedentes 154**") e a Securitizadora ("**Contrato de Cessão 154**", em conjunto com o Contrato de Cessão 153, os "**Contratos de Cessão**"), por meio do qual as Cedentes 154, na qualidade de legítimas titulares dos Direitos Creditórios Imobiliários, cederão em definitivo, sem coobrigação, a totalidade dos Direitos Creditórios Imobiliários de suas respectivas titularidades no valor nominal total indicado no Anexo II a esta ata; **(v) Aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Recebíveis Imobiliários*" a ser celebrado entre Maximus Servicer Assessoria e Consultoria em Crédito Imobiliário Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.894.972/0001-23 ("*Backup Servicer*"), a Securitizadora e as Cedentes, vinculado aos CRI 153ª Emissão;**(vi) Aprovar** a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Servicing e Backup Servicing de Carteira de Recebíveis Imobiliários*" a ser celebrado entre o *Backup Servicer*, a Securitizadora e as Cedentes 154, vinculado aos CRI 154ª Emissão; **(vii) Aprovar e ratificar**, conforme o caso, a celebração, pelos seus representantes legais, de todos os documentos relacionados à Securitização e à cessão dos Direitos Creditórios Imobiliários das SPEs 153 e das SPEs 154, na qualidade de representantes destas, conforme cláusula de representação prevista em seus respectivos documentos societários decorrente da condição de sócia da Companhia nas SPEs153 e nas SPEs 154, bem como, na condição de sócia controladora direta ou indireta das SPEs153 e das SPEs 154, aprovar **(a)** as cessões dos Direitos Creditórios Imobiliários de titularidade das SPEs 153 e das SPEs 154, devidamente identificados nos Contratos de Cessão mencionados nos itens (iii) e (iv) acima, e **(b)** a celebração dos Contratos de *Servicer* mencionados nos itens (v) e (vi) acima; **(viii) Autorizar** a Diretoria da Companhia e os administradores ou diretores das SPEs, direta ou indiretamente por meio de procuradores, inclusive na qualidade de representantes das SPEs, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens (i) a (vii) acima, inclusive a assinar quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação da Securitização ora aprovada, podendo, inclusive, mas não se limitando: **(a)** definir e aprovar o teor dos documentos relacionados à Securitização; **(b)** praticar os atos necessários à assinatura dos Termos de Securitização, dos Contratos de Distribuição, dos Contratos de *Servicer*, dos Contratos de Cessão e de quaisquer outros documentos necessários à realização da Securitização e quaisquer aditamentos; **(c)** praticar os atos necessários à contratação das instituições necessárias para a realização da Securitização, incluindo, mas não se limitando a, contratação da Securitizadora, dos assessores legais, do escriturador, do banco liquidante, do Agente Fiduciário, do coordenador líder das Ofertas, da Instituição Custodiante, do auditor independente, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, fixar-lhes honorários; **(d)** realizar a publicação e o arquivamento dos documentos de natureza societária perante a junta comercial competente; e **(e)** tomar as providências necessárias junto a quaisquer órgãos ou autarquias, nos termos da legislação em vigor, bem como tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Securitização, conforme ora aprovada; **bem como ratificar** todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 28 de março de 2023. Presidente: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Secretária: **Fernanda de Mattos Paixão**. Membros do Conselho de Administração Presentes: **Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda N. Menin T. de Souza Maia; Betania Tanure de Barros; Antonio Kandir; Sílvio Romero de Lemos Meira; Paulo Sergio Kakinoff; e Leonardo Guimarães Corrêa**. *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão S**ecretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 10228451 em 30/03/2023 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 231688121 - 29/03/2023. Autenticação: 22B9ABBE6A85D2E7CEDD6749E1B0114B8419C8A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 23/168.812-1 e o código de segurança GzSM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/03/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

ESTADO DE MINAS
FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

DIRETOR-PRESIDENTE: ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
DIRETOR-EXECUTIVO: GERALDO TEIXEIRA DA COSTA NETO
VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS CORPORATIVOS: JOSEMAR GIMENEZ DE RESENDE
DIRETOR DE PUBLICIDADE: MÁRIO NEVES
DIRETOR JURÍDICO: JOAQUIM DE FREITAS
DIRETOR DE REDAÇÃO: CARLOS MARCELO CARVALHO
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: SÔNIA MÁRCIA SOUZA SILVA CAMPOS
EDITORA-EXECUTIVA: RENATA NEVES

EDITORIAL

Recursos para a educação

A Universidade de Brasília (UnB) reajustou de R$ 400 para R$ 700 as bolsas dos estudantes de graduação em iniciação científica e à docência, residência pedagógica e de extensão. A reitora Márcia Abrahão anunciou ainda que o Programa de Assistência Estudantil também será ampliado. A UnB conta com um orçamento de R$ 1,9 bilhão para este ano, insuficiente para suprir todas as necessidades da instituição. A reitora, no entanto, reafirmou que continuará dando prioridade aos estudantes, e continuará, assim como os outros reitores, lutando por mais recursos. Em fevereiro, estudantes e professores da Universidade Federal de Minas Gerais comemoraram o reajuste das bolsas.

Havia 10 anos que as bolsas estudantis não tinham reajuste. Uma situação lastimável, levando-se em conta a oscilação inflacionária ocorrida no período, que corroeu o poder de os discentes suprirem suas necessidades. Nos últimos seis anos, tanto as universidades quanto os institutos federais de educação enfrentaram vários reveses orçamentários, por meio de cortes e reduções das verbas destinadas ao ensino superior.

> No Brasil, as universidades se ressentem de investimentos vultosos para deslanchar pesquisas e projetos

Em fevereiro último, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciaram aumento de 40% nas bolsas, congeladas desde 2013. A decisão do governo foi comemorada pelos estudantes e reitores. Entretanto, as universidades esperam um aporte de R$ 1,75 bilhão para complementar seus orçamentos e, assim, dar continuidade às atividades de estudos, pesquisas e projetos, paralisadas ante a precariedade imposta pelos sucessivos cortes ao longo dos últimos anos.

O desenvolvimento de um país passa, rigorosamente, pelo avanço da educação. Ainda que seja um jargão, por demais repetido no campo político, não deixa de ser verdade. No Brasil, as universidades se ressentem de investimentos vultosos para deslanchar pesquisas e projetos. Ante as condições adversas, as instituições perdem profissionais de excelência e também estudantes com elevado potencial para outros países. No ano passado, entre 2 mil e 3 mil pesquisadores estavam no exterior, sem previsão de retorno, segundo levantamento do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. Lacunas importantes que o país tem dificuldade para preenchê-las com a mesma velocidade com que foram abertas.

Hoje, há sinais de que mudanças poderão ocorrer em todas as etapas da educação, desde o ensino básico ao nível superior. Tais indicativos ressuscitam as expectativas por tempos melhores. Se hoje é possível elevar as bolsas dos estudantes, semelhante anseio têm os professores desde o ensino básico ao superior. Nenhum avanço ocorre sem a participação dos docentes, pelos quais passam os mais destacados profissionais em todas as áreas. Valorar os educadores significa priorizar, efetivamente, a educação.

FRASE

> Sinceramente, acho que vou dar um tempo até a situação acalmar ou terei que encerrar tudo, deixando como um sonho adormecido

■ **Ana Moura**, aluna de escola de aviação no Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte. O terminal encerrou as atividades ontem

KLEBER

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET

twitter @em_com | facebook www.facebook.com/estadodeminas | e-mail opiniao.em@uai.com.br | site www.em.com.br/opiniao

POR CARTA

AS CARTAS DEVEM CONTER NOME, ENDEREÇO COMPLETO, NÚMERO DO TELEFONE E CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE, PODENDO SER PUBLICADAS NA ÍNTEGRA OU PARCIALMENTE.
AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 291 - 2º ANDAR - FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG - CEP 30112020 - FAX: (31) 3263-5070

APOIADORES

O retorno de Bolsonaro ao Brasil

Jeovah Ferreira
Taquari – DF

"A expectativa do ex-presidente Jair Bolsonaro de que ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, após três meses nos EUA, a região do aeroporto estivesse tomada de gente, um verdadeiro 'formigueiro humano', não aconteceu. Isso mostra que os seus seguidores, que aprontaram o diabo a quatro no dia 8 de janeiro de 2023, não gostaram nada de terem sido abandonados por ele. Alguns gatos pingados gritaram 'o capitão voltou', gritos tímidos. Aqueles que estão lá na Papuda devem ter dito poucas e boas sobre esse retorno. Tudo passa. Antes, multidões. Hoje, gatos pingados, que não enxergaram ingratidões."

VIOLÊNCIA

Alerta de segurança nas escolas

Rafael Moia Filho
Bauru – SP

"As escolas no estado de São Paulo estão em alerta diante do crescente número de ameaças de brigas, mortes e possibilidade real de tragédias como as que aconteceram recentemente na E.E. Thomázia Montoro. Nos dias que se seguiram, sete novas denúncias chegaram ao conhecimento da Secretaria de Educação e ao comando da Secretaria de Segurança do Estado. A criminalidade nas ruas é imensa, as organizações criminosas estão um patamar acima do nosso sistema policial e Judiciário. Possuem recursos, armas, treinamento e tudo que nossos policiais não têm acesso. Agora, essa situação entra dentro das escolas e nossos políticos fingem não ver. É preciso reestruturação dos sistemas, antes de seja impossível retomar a liberdade de ensino."

● TRÊS REGIÕES DE MINAS PODEM SER AFETADAS POR CICLONE-BOMBA

"Espero que essa previsão esteja exagerada e venha somente uma pequena chuva. Deus guarde as pessoas em estado de vulnerabilidade."
■ **@renatomendesurso**

"Deus nos proteja!"
■ **@vanessassolar**

"Misericórdia, no Rio foi um dilúvio!"
■ **@renato_rodrigues_oficial**

"Tá bom, chega de chuva."
■ **@alessandrolanucesilva**

● CONHEÇA 11 LIDERANÇAS TRANS BRASILEIRAS PARA SE INSPIRAR

"A Duda me inspira a ser uma profissional competente e a ter orgulho da minha família. Que bom conhecer mais pessoas trans para me inspirar."
■ **@taiscalm**

"Duda possui um conhecimento tremendo! Possui o dom de ensinar universitários. Só aí, poderiam parar os elogios. Mas, ela ainda se supera em defesa dos cidadãos, em diversas vertentes no parlamento! Sem dúvida é inspiração, pois teve uma visibilidade hiperpositiva após anos de ideologia fascista inserida em nossa sociedade! Obrigado por ser diferente, Duda Salabert."
■ **@thiaguinhoeventosbh**

Bolsonaro descarta eleição de Michelle para cargo executivo

"Ele não deixou nem o vice-presidente assumir a presidência em suas viagens, imagina se suportaria ver a esposa ocupar o lugar que ele tanto gosta."
■ **@byjeannevilela**

"Nosso presidente é uma joia rara: reluz como ouro e brilha como um diamante. Desde que a Receita Federal permaneça distante!"
■ **@joseluizgamaliel**

"Sério! Vamos acreditar que a vaidade não mexeu com sua autoestima. Uma coisa tu tem razão, não tem competência nenhuma para presidir, a não ser as joias. Vergonhoso você ter conhecido pessoas especiais através dela, só demonstra o quanto sua política era inútil."
■ **@jus.teixeira**

● LADRÃO ARROMBA LIVRARIA NA SAVASSI E LEVA O LIVRO 'TUDO PODE SER ROUBADO'

"Levou o livro que vai ter utilidade para ele."
■ **Leandro Rodrigues**

"O recado foi claríssimo."
■ **Claydson Vieira**

"Ele deve está pensando: antes tudo do que nada."
■ **Eneida Santos**

"Oh, a ironia."
■ **Paulo Victor Gonçalves**

"Se contar, ninguém acredita!"
■ **Fernando Tiago Simões**

● BOLSONARO DESCARTA ELEIÇÃO DE MICHELLE PARA CARGO EXECUTIVO

"Não tem vivência? Ou perdeu a credibilidade das igrejas?"
■ **Antonio A Santos**

Autismo: aspectos e importância da conscientização da sociedade brasileira

Luís Renato Braga Arêas Pinheiro

Defensor público, titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa com Deficiência e coordenador geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado de Minas Gerais

Neste domingo, dia 2 de abril, será celebrado em todo o mundo o Dia de Conscientização do Autismo. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007, sendo incluída no calendário nacional por meio da Lei 13.652/2018.

No Brasil, são cerca de 2 milhões de pessoas com autismo, segundo o IBGE (2022). Ou seja, trata-se de uma parte significativa da população, que exige entendimento e tratamento adequado por parte da sociedade. E como podemos fazer isso?

O cérebro da pessoa com autismo em diversas ocasiões funciona de forma diferente das demais pessoas. É possível identificar, em alguns casos, prejuízos na comunicação e interação social; padrões de comportamentos rígidos, repetitivos e estereotipados; podendo apresentar ainda interesses restritos a determinadas atividades. Porém, como a própria sigla TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) sinaliza, o autismo está dentro de um espectro amplo podendo determinadas características estarem presentes em uma pessoa e ausentes em outra, sem prejuízo de ambas estarem dentro do diagnóstico de TEA. A pessoa com autismo é única dentro do espectro, apresentado manifestações que lhe são próprias, impossibilitando rótulos.

É importante que nos primeiros sinais dos sintomas a família procure um especialista para poder identificar o autismo e começar o tratamento multidisciplinar. Temos, como exemplo, de terapias multidisciplinares a psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, fisioterapia, educação física, equoterapia, arteterapia, musicoterapia, dentre outras.

O diagnóstico é clínico, obtido por meio da análise do comportamento, além de entrevistas com a família, professores, terapeutas etc., que acompanham a pessoa a ser diagnosticada.

Apesar de o autismo ser uma condição neurológica, é possível (por meio das terapias e intervenções familiares) o desenvolvimento da pessoa no intuito de buscar autonomia e interação social. Porém, não basta apenas o amparo clínico e familiar. Desta forma, é necessário que toda a sociedade compreenda as necessidades das pessoas com autismo e suas famílias, viabilizando um desenvolvimento integral.

Às pessoas com autismo são assegurados todos os direitos pertencentes a qualquer pessoa, sem qualquer distinção. Trata-se do princípio constitucional da igualdade. Porém, é necessário que tenhamos algumas ações específicas para proporcionar o acesso a estes direitos. Por exemplo: a necessidade de inclusão escolar com a oferta de profissional de apoio escolar especializado viabiliza o exercício do direito ao ensino, uma vez que, em muitos casos, é condição indispensável ao desenvolvimento escolar das pessoas com autismo. Portanto, a oferta deste profissional viabiliza o exercício ao mesmo direito ao ensino, assegurado a todas pessoas pela Constituição Federal.

> É necessário que toda a sociedade compreenda as necessidades das pessoas com autismo e suas famílias, viabilizando um desenvolvimento integral

Como principais ações (direitos) temos a acessibilidade, inclusão escolar, inclusão no mercado de trabalho, inclusão à saúde, inclusão no acesso à cultura, esporte, lazer, etc. Todos estes direitos estão descritos principalmente na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), sendo ainda abordados em outras leis.

Por fim, gostaria de compartilhar um texto que fiz para meu filho Rafael, na ocasião do seu aniversário de 6 anos, que dedico a todas as pessoas com autismo e suas famílias:

"O que dizer desse dia 14/02 (Valentine's Day).

Data em que se comemora no mundo inteiro o AMOR.

Neste dia nasce o AMOR em pessoa na minha família.

Vem ao mundo nosso menino Rafael.

Hoje completamos 6 anos de sua chegada neste plano terrestre.

Com o Rafael aprendo diariamente os conceitos mais sublimes do puro AMOR.

Aprendo a enfrentar as tormentas não pelo autoritarismo da imposição, mas pela resignação da tolerância.

Aprendo que a neurodiversidade advinda do autismo não se trata de doença a ser tratada, ao contrário, essas crianças vieram ao mundo para curar este planeta da doença do egoísmo, da padronização, da competição e do desamor.

Aprendo diariamente a perceber as pessoas não apenas pelos meus olhos e minhas experiências, mas enxergá-las pelos olhos do coração.

Aprendo que não existe certo ou errado, adequado ou inadequado... tudo depende de uma série de fatores e do ângulo em que se analisa o evento... algo somente existe de fato pela ótica de quem observa.

Aprendo que cada vez mais devo julgar menos e DEFENDER mais...

Aprendo que a cada dia tenho que me reformar e estar pronto para colher os ensinamentos que meu filho oferece através de suas ações e percepções.

Aprendo a agradecer e reconhecer que sou um privilegiado nesta vida ao ter o Rafael ao meu lado, como amigo, companheiro e parceiro para toda uma existência.

Aprendo que muito ainda tenho que aprender e que a mola propulsora de minhas ações deve ser o desafio de mostrar ao mundo que é possível vivermos em harmonia e que as diferenças se somam para um BEM comum, tal como cada parte do corpo humano (diferentes nas suas funções e anatomias), que em conjunto fazem funcionar o veículo de nosso espírito.

Por isso, filho, te agradeço hoje por ser meu PROFESSOR.

Receba todo meu amor e gratidão.

Beijos do seu pai Renato.

Nova Lima, 14/2/19."

Como fica o comércio exterior em 2023?

Leonardo Baltieri

Fundador e co-CEO da Vixtra

O baixo crescimento para 2023 na economia brasileira já é um evento esperado por diversos economistas. De acordo com as projeções do último boletim Focus, o país deve crescer apenas 0,8%, versus crescimento de 2,9% registrado em 2022, segundo dados mais recentes divulgados pelo IBGE. Frente aos desafios que o país tem pela frente, como a alta da Selic, é comum o questionamento sobre o que esperar do comércio internacional brasileiro.

Em uma análise a partir da última crise (2012 a 2016), em que houve uma queda significativa do Produto Interno Bruto brasileiro, é possível constatar também uma diminuição das exportações e importações brasileiras. Fato é que existe uma forte correlação entre o crescimento do PIB e das transações comerciais internacionais no Brasil, indicando que uma retração geralmente é acompanhada por uma redução nas importações e exportações, e o mesmo acontece em sentido inverso, ou seja, quando o Produto Interno Bruto registra crescimento, o comércio internacional brasileiro também aumenta.

> O Brasil tem aumentado a relação entre as exportações e importações em relação ao PIB

Assim, a se confirmar a projeção do Boletim Focus e economistas, pode-se esperar também um baixo crescimento do comércio internacional brasileiro. No entanto, a despeito das previsões pessimistas, alguns fatores podem fazer com que essa relação não seja tão válida para este ano, o que, em último caso, pode resultar em boas surpresas quanto ao crescimento do PIB e volume do comércio internacional.

Um primeiro fator é a melhora no cenário internacional, ajudada pela reabertura econômica da China, que pode ajudar a aumentar as exportações. Para efeito de comparação, só em 2022, a relação comercial entre ambos os países atingiu US$ 150 bilhões. Além disso, um cenário econômico mais favorável pode ajudar a diminuir o valor do dólar, contribuindo também para o aumento das importações, sobretudo pelas PMEs. Com um caixa menos robusto em comparação às grandes empresas, esse grupo de importadoras são mais impactadas pelas oscilações da moeda americana.

Além disso, apesar de ainda ser um país relativamente fechado para a economia internacional, o Brasil tem aumentado a relação entre as exportações e importações em relação ao PIB. Em 2013, o valor das exportações em relação ao PIB era de aproximadamente 9%, enquanto o valor das importações era de 10%. Em 2022, esses valores registraram um aumento significativo, saltando para 20% nas exportações e 16% nas importações.

Por isso, mesmo considerando os desafios econômicos internos, pode-se esperar uma abertura maior da economia brasileira ao comércio internacional. Ademais, mesmo com a projeção de baixo crescimento econômico, ainda podemos ter desenvolvimento, mesmo que pequeno, no comércio internacional brasileiro.

A transformação sustentável e o caminho para um Brasil mais consciente

Eduardo Weisberg

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias e do Setor de Sorvetes (Abis) e vice-presidente do Conselho Gestor do Instituto Giro

Novos decretos, nas esferas municipais, estaduais e federal, vêm movimentando o setor de logística reversa e reciclagem. Há 20 anos, já trabalhávamos e prevíamos um futuro próximo com maior responsabilidade socioambiental. De lá para cá as exigências só aumentaram e o interesse na discussão, com ações efetivas, também. O planeta dá sinal de que o momento de mudança é o agora, por isso precisamos de união. Empresas, entidades gestoras, associações, parceiros e toda a cadeia produtiva estão envolvidas na mesma jornada: a construção de um país melhor e mais sustentável.

Hoje vejo que os avanços serão mais céleres pois há uma maior conscientização das pessoas quanto à necessidade de tratarmos os nossos resíduos, principalmente nas gerações mais jovens e nas empresas conscientes, inovadoras e antenadas com as necessidades do presente e do futuro.

Temos uma geração que quer o novo, fazer diferente, melhor. Precisamos aproveitar o interesse e adesão ao leque de propostas para essas ações importantes de melhoria ambiental e reciclagem. É aqui que o nosso compromisso e esforços contínuos se tornam elementos-chave para mantermos o trabalho em constante evolução.

Contudo, um dos maiores desafios é expandir a missão e levar o conhecimento para pessoas em todo o território nacional. Precisamos fazer com que elas participem das discussões com informações confiáveis, transparentes e seguras para parte do público que ainda desconhece as iniciativas relativas à sustentabilidade.

Para tal, fornecer informação aos que estão distantes das tecnologias e inovações no setor. E aqui não basta apenas levar informação. A nossa responsabilidade também é de educar a sociedade. E é no dia a dia que o público se aproxima do setor de logística reversa. Como? Atualmente, o setor conta com mais de 11 mil empresas no Brasil e 92% delas são micro e pequenas. Portanto, precisamos conscientizar a todas da necessidade de aderirem à logística reversa de embalagens.

Junto a entidades gestoras, observamos um sistema prático, seguro, de menor custo e capaz de atender as necessidades, com o objetivo de estarmos todos em conformidade com os requisitos legais municipais, estaduais e federais. Além da Lei Federal, a maioria das unidades federativas já estão trabalhando nas suas próprias leis, em termos de compromissos e conscientes do papel delas que é fundamental para o sucesso e o crescimento dos percentuais de reciclagem no país.

Os associados das entidades, por meio dos Certificados de Crédito de Reciclagem, têm a oportunidade de comprovar que estão cumprindo as exigências legais e reciclando, pelo menos, 22% da massa de suas embalagens colocadas no mercado. Mas muitas empresas ainda não estão informadas sobre a logística reversa e os respectivos certificados. Essa conscientização também passa pelas nossas mãos. Não apenas para um país melhor para nós, mas também, e principalmente, para as futuras gerações.

Pensemos nas nossas famílias, amigos, vizinhos e em como nosso bairro, cidade e estado podem se unir em benefício coletivo. Acreditamos que com o nosso esforço e de outras entidades de classe mostraremos um horizonte mais claro, com esperança e perspectivas de crescimento. Para isso, temos o dever de cobrar e acompanhar as mudanças, para garantir que elas ocorram.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

SEDE

Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários, Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL

(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP CEP: 01403-000 ● Fone: (11) 3372-0022 ● e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadossp@uaigiga.com.br

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua Fonseca Teles, 114 a 120 – bloco 2 - 1º andar - São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ CEP: 20940-200 Tel : (21) 2263-1945 ● Fax: (21) 2263-2045 e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação
(31) 3263 - 5330
Editorias:
Gerais
(31) 3263 - 5244
Política
(31) 3263 - 5293

Economia e Agropecuário
(31) 3263 - 5103
Esportes
(31) 3263 - 5313
Internacional
(31) 3263 - 5301
Opinião
(31) 3263 - 5373

Cultura - TV - Pensar e Divirta-se
(31) 3263 - 5126
Fotografia
(31) 3263 - 5214
Turismo
(31) 3263 - 5333

Vrum
(31) 3263 - 5078
Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades
(31) 3263 - 5048
Feminino & Masculino
(31) 3263 - 5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

(31) 99402 - 0234
fale.conosco@em.com.br
Central de atendimento
(31) 3263 - 5800
De segunda a sexta - feira, das 7h às 16h
Sábados, domingos e feriados, das 7h às 13h

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

WhatsApp:
(31) 99310-3419

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R$) 2ª a sábado	Domingos
MG, SP, RJ (capital)	2,50	3,50
RJ (interior), ES e DF	3,50	4,50
Outros estados	5,00	6,50

D.A PRESS MULTIMÍDIA

ATENDIMENTO PARA PESQUISA E VENDA DE CONTEÚDO:
Por e-mail e telefone: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800 647 73 77.
Fax: (61) 3241.1595.

E-mail: dapress@dabr.com.br
Site: www.dapress.com.br

SANTANENSE MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 36.927.922/0001-96

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCIO ENCERRADO EM 31/12/2021

Senhores Acionistas,
AS administração da Santanense Mineração S.A cumprindo disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Notas	2021	2020 Não auditado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8	629
Contas a receber	5	7.681	68
Impostos a recuperar CP		19	-
Adiantamentos	6	599	-
Total do ativo circulante		**8.307**	**697**
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	86	-
Imobilizado	8	29	29
Intangível	9	37	37
Total do ativo não circulante		**152**	**66**
Total do ativo		**8.459**	**763**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020 Não auditado
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	200	-
Fornecedores	11	722	100
Obrigações tributárias	12	2.200	5
Outras obrigações		-	79
Total do passivo circulante		3.122	184
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	10	399	-
Partes relacionadas LP	13	8	1.000
Dividendos a pagar	7	497	
Total do passivo não circulante		**904**	**1.000**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		1.067	67
Reserva legal		213	-
Lucros acumulados		3.153	(488)
Total do patrimônio líquido		**4.433**	**(421)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.459**	**763**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2021	2020 Não auditado
Receita operacional líquida	14	13.216	-
Custos Produtos Vendidos	15	(6.202)	-
Lucro bruto		**7.014**	**-**
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas	16	(536)	(542)
Outros resultados operacionais		8	50
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**6.486**	**(492)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2	5
Despesas financeiras		(8)	(1)
		(6)	**4**
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		**6.480**	**(488)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(2.129)	-
Lucro líquido do exercício		**4.351**	**(488)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2021	2020 Não auditado
Resultado do exercício		**4.351**	**(488)**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		**4.351**	**(488)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Resultado do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019 (Não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado líquido do exercício	-	-		(488)	(488)
Integralização de capital	67	-	-	-	67
Lucros (Prejuízos) acumulados	-		(488)	488	
Saldo em 31/12/2020 (Não auditado)	**67**	**-**	**(488)**	**-**	**(421)**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.351	4.351
Reserva legal	-	213	-	(213)	-
Integralização de capital	1.000	-	-	-	1.000
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	-	3.641	(3.641)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(497)	(497)
Saldo em 31/12/2021	**1.067**	**213**	**3.153**	**-**	**4.433**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020 Não auditado
Das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	4.351	(488)
Decréscimo (acréscimo) os ativos:		
Contas a receber	(7.613)	(68)
Impostos a recuperar	(19)	-
Adiantamento	(599)	-
(Decréscimo) acréscimo nos passivos:		
Fornecedores	622	100
Obrigações tributárias	2.195	5
Outras obrigações	(79)	79
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(1.142)**	**(372)**
Imobilizado	-	(29)
Intangível	-	(37)
Partes relacionadas	(86)	1.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(86)**	**934**
Empréstimos e financiamentos PLP	599	-
Partes relacionadas PLP	(992)	-
Integralização de capital social	1.000	67
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**607**	**67**
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**(621)**	**629**
No início do exercício	629	-
No fim do exercício	8	629
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**(621)**	**629**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santanense Mineração S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de março de 2020, com sede em Itatiaiuçu, Minas Gerais, Brasil, sendo controlada atualmente pela M.S.A Mineração Serra Azul Ltda, empresa pertencente ao Grupo AVG, que adquiriu 100% do controle da companhia, da Vale S.A., após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2021.

Após a conclusão de condições precedentes, o Grupo AVG assumiu as operações em abril de 2021, reiniciando as operações da Companhia.

A Companhia tem como objetivo a exploração, comércio, importação, exportação e industrialização de minérios e outros produtos sejam eles próprios ou de terceiros, além da exploração e aproveitamento de jazidas próprias ou de terceiros.

As transações de vendas da Companhia são realizadas, exclusivamente, com a Empresa de Mineração Esperança S.A., que pertencente ao mesmo grupo econômico. As referidas operações são realizadas considerando as tratativas entre as partes a realização do referido contas a receber ocorrem conforme a necessidade de caixa da Companhia.

2. EFEITOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Com a permanência da crise sanitária que se estendeu por todo o exercício de 2021, a Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações, bem como desenvolvendo planos de contingências para manter a continuidade de suas atividades operacionais em uma situação de normalidade, de forma que seus colaboradores e demais partes relacionadas, mediante treinamento, tenham consciência das medidas preventivas da COVID19, bem como a importância da vacinação como medida principal de proteção.

O segmento de mineração, como diversos outros segmentos econômicos, se beneficiou financeiramente durante a pandemia, devido a elevação do preço do minério de ferro no mercado internacional, chegando no pico, a uma alta superior a 100% em 2021 em relação ao início da pandemia no final de 2019.

A Administração da Companhia possui a consciência de que esse ciclo de alta será pontual, e não se descuida em manter rígidos controles sobre os custos de suas operações, de forma a maximizar a rentabilidade durante este ciclo de altas e manter rentabilidade em níveis satisfatórios às expectativas dos acionistas, no caso de quedas futuras de preços de minérios no mercado internacional.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 20 de outubro de 2022.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.3.

3.2. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real ("BRL" ou "R$").

3.3. RESUMO DA PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Santanense Mineração S.A. está descrito a seguir:

3.3.1. Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se aos valores disponível em caixa, bancos e aplicações financeiras, registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos de aplicação.

3.3.2. Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de minério, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Não reconhecemos provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa, tampouco reconhecemos provisão para redução de preço de vendas uma vez que 100% da produção é absorvida pela Companhia do grupo AVG Empresa de Mineração Esperança S.A.

3.3.3. Impostos a Recuperar: Registrado todos os impostos e contribuições a recuperar previstos em legislação, em como os pagamentos indevidos ou a maior passível de compensação

3.3.4. Adiantamentos: Valores repassados a terceiros por conta de bens a serem produzidos ou comercializados ou serviços a serem prestados são classificados como adiantamentos a fornecedores.

3.3.5. Partes Relacionadas: Tanto no ativo como no passivo as operações de mútuo são registradas pelos valores repassados originais, sem cobrança de IOF. Integram também a rubrica os adiantamentos para futuro aumento de capital.

3.3.6. Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados. São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Todos os itens são depreciados com base no método linear considerando os anos de vida útil.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	30
Instalações	12
Máquinas e aparelhos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.3.7. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa 09 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Descrição	Vida útil (anos)
Licença de uso de software	5

3.3.8. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável.

No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Considerando o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2021. A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

3.3.9. Fornecedores: Valores decorrentes de aquisições a prazo ou parceladas, pagamento posterior ao encerramento do exercício. São registrados pelo custo amortizado.

3.3.10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.3.11. Capital Social: A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

3.3.12. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social.

Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

3.3.13. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo ("at a point in time") ou ao longo do tempo ("over time"), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir:

1) identificação do contrato;
2) identificação das obrigações de desempenho;
3) determinação do preço da transação;
4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

3.3.14. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legal ou presumida, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

3.3.15. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

3.3.16. Instrumentos Financeiros: Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e operações com partes relacionadas, assim como empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, considerando a perda de crédito esperada. A metodologia inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito, bem como qualquer aumento no risco de perda do valor recuperável de seus ativos desde o reconhecimento inicial.

b) Baixa de instrumentos financeiros

A Companhia baixa um instrumento financeiro apenas quando os contratos vinculados aos fluxos de caixa do instrumento expiram, ou quando a Companhia transfere o instrumento financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TITULOS E CALORES MOBILIARIOS

A composição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2021	2020
Depósitos bancários	8	51
Aplicações financeiras	-	578
	8	**629**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos, aplicações financeiras em investimentos de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Empresa de Mineração Esperança	7.681	-
Outros	-	68
	7.681	**68**

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis de venda de produto, sendo essas vendas concentradas na Companhia do grupo Empresa de Mineração Esperança S.A.

A Companhia aplica para as vendas entre empresas do Grupo Econômico ("Intercompany") a política de preços baseadas nos custos incorridos, impostos e uma margem de lucro determinada pela sua Diretoria Executiva.

6. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	599	-
	599	**-**

7. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

Partes relacionadas - Ativo	2021	2020
Empresa de Mineração Esperança	86	-
	86	**-**

Partes relacionadas - Passivo	2021	2020
Empresa GP Brasil	8	-
Vale S.A	-	1.000
	8	**1.000**

Os saldos acima mencionados a ativo e passivo, são operações de mútuo entre as partes. Em 2020 a Companhia fazia parte do grupo Vale S.A, o que justifica o saldo inicial para com a ela.

Como apresentado no contexto operacional da Companhia, as receitas são concentradas em operações dentro do Grupo Econômico, sendo seu saldo total representado por vendas a Empresa de Mineração Esperança S.A, mantendo a seguinte composição:

Descrição	Ativo 2021	Ativo 2020	Receita 2021	Receita 2020
Empresa de Mineração Esperança S.A				
- Venda de minério de ferro (nota 14)	-	-	15.221	-
- Contas a receber (nota 5)	7.681	-	-	-

8. IMOBILIZADO

Descrição	2021	2020
Terrenos	5.177	5.177
Edifícios	5.059	5.059
Instalações	1.427	1.427
Máquinas e aparelhos	2.795	2.795
Móveis e utensílios	31	31
Computadores e periféricos	56	56
Imobilizações em andamento	29	29
Depreciação de edifícios	(2.624)	(2.464)
Depreciação de instalações	(1.106)	(1.010)
Depreciação de máquinas e aparelhos	(1.198)	(1.042)
Depreciação de móveis e utensílios	(29)	(28)
Depreciação de computadores e periféricos	(56)	(56)
Impairment de terrenos	(5.177)	(5.177)
Impairment de edifícios	(2.771)	(2.771)
Impairment de instalações	(514)	(514)
Impairment de máquinas e aparelhos	(1.910)	(1.910)
Impairment de móveis e utensílios	(4)	(4)
Impairment de computadores e periféricos	-	-
Depreciação de impairment de edifícios	337	176
Depreciação de impairment de instalações	193	97
Depreciação de impairment de máquinas e aparelhos	312	157
Depreciação de impairment de móveis e utensílios	2	1
Depreciação de impairment de computadores e periféricos	-	-
Total imobilizado	**29**	**29**

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Considerando o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2021.

A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

8.1. IMOBILIZADO

Custo	2020	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2021
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

9. INTANGÍVEL

Descrição	2021	2020
Licença de uso de software	311	311
Direitos minerários	24.648	24.648
Custo de exploração	10.015	10.015
Investimento em desenvolvimento	2.951	2.951
Custo de remoção estéril	10	10
Amortização do custo de exploração	(6)	(6)
Amortização de licença de uso de software	(311)	(311)
Amortização investimento em desenvolvimento	(1.289)	(1.289)
Amortização de direitos minerários	(13.641)	(13.641)
Amortização custo de exploração	(5.536)	(5.536)
Impairment direitos minerários	(11.007)	(11.007)
Impairment custo de exploração	(4.479)	(4.479)
Impairment investimento em desenvolvimento	(1.662)	(1.662)
Impairment custo de remoção estéril	(5)	(5)
Custo de fechamento de mina	1.696	1.696
Amortização custo de fechamento de mina	(1.075)	(1.075)
Impairment custo de fechamento de mina	(583)	(583)
Total intangível	**37**	**37**

Como mencionado na nota anterior, em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Considerando o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2021.

A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

9.1. INTANGÍVEL

Custo	2020	Adições	Baixas	Transferências	Impairment	2021
Licença uso software	311	-	-	-	-	311
Direito minerário	24.648	-	-	-	-	[illegible]
Custo de exploração	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Investimento desenvolvimento	2.951	-	-	-	-	2.951
Custo fechamento de mina	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Custo remoção estéril	10	-	-	-	-	10
Total do custo do intangível	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Amortização acumulada						
Amortização do custo	(5)	-	-	-	-	(5)
Amortização Licença software	(311)	-	-	-	-	(311)
Amortização investimento desenvolvimento	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Amortização direito minerário	(13.641)	-	-	-	-	(13.641)
Amortização custo fechamento de Mina	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Amortização custo de exploração	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Total da amortização acumulada	[illegible]	-	-	-	-	[illegible]
Perda por impairment						
Impairment direito minerário	(11.007)	-	-	-	-	(11.007)
Impairment custo exploração	(4.479)	-	-	-	-	(4.479)
Impairment investimento desenvolvimento	(1.662)	-	-	-	-	(1.662)
Impairment custo fechamento de mina	(583)	-	-	-	-	(583)
Impairment custo remoção	(5)	-	-	-	-	(5)
Total do impairment	(17.736)	-	-	-	-	(17.736)
Total do intangível líquido	**37**	-	-	-	-	**37**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxas %	Vencimento	2021	2020
Sicoob Divicred 300641	0,80%	20/12/2024	399	-
Sicoob Divicred 299825	0,80%	10/12/2024	200	-
			599	**-**
Circulante			200	-
Não circulante			399	-

Cronograma de pagamentos

	2022	2023	2024
Sicoob Divicred 300641	133	133	133
Sicoob Divicred 299825	67	67	66
Total	**200**	**200**	**199**

As claúsulas de covenants pertinentes aos contratos acima estão concentradas em vencimentos antecipados por atraso de pagamentos, alterações no Quadro societário e combinações de negócios.

Os bens dados em garantias são os próprios que são objetos do financiamento, ou seja, trata-se de alienação fiduciária, sendo esses bens três pick ups L100 da marca Mitsubishi.

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Consórcio TSL	289	100
Fertran Transportes	201	-
Lenarge Transportes	146	-
Outros	86	-
	722	**100**

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
IRPJ a recolher	1.278	-
CFEM	483	-
CSLL a recolher	411	-
TFRM	12	-
INSS serviços prestados	11	-
Pis/COFINS/CSLL serviços prestados	5	-
IRRF serviços prestados	-	-
Pis a recolher	-	1
COFINS a recolher	-	4
ISSQN retido na fonte	-	-
	2.200	**5**

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.067, representado por 100.067 (cem milhões, sessenta e sete mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cujos valores unitários são de R$0,01 (um centavo) totalizando 100.000.000 (cem milhões) de ações, R$1 (um real) totalizando 67.000 (sessenta e sete mil) ações, totalmente integralizado em moeda corrente do país, onde a MSA - Mineração Serra Azul Ltda. é detentora de 100% da participação acionária na Companhia.

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída a Reserva Legal no limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R$213 (duzentos e treze mil reais) do limite estabelecido por lei.

c) Reserva legal

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 12% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado por meio do estatuto da companhia e em conformidade com a legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

14. RECEITA LIQUIDA

	2021	2020
Venda de minério de ferro	15.221	-
Receita bruta	15.221	-
(-) Deduções e abatimentos		
CFEM	(483)	-
TRFM	(115)	-
PIS	(251)	-
COFINS	(1.157)	-
(-) Tributos incidentes sobre serviços	**(2.006)**	
Receita operacional líquida	**13.215**	**-**

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de Minério de ferro: Run of Mine (ROM).

A receita da Companhia é concentrada em operações dentro do próprio Grupo Econômico ("intercompany"), onde a formação do preço de venda é composto pelos custos de exploração, impostos e uma margem de lucro de determinada pela diretoria.

15. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	2021	2020
Fretes rodoviários	(3.416)	-
Serviço de movimentação de minério	(2.029)	-
Locações	(441)	-
Outros custos	(316)	-
	(6.202)	**-**

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de segurança	(316)	(224)
Locações	(77)	(105)
Suprimentos de informática	(44)	-
Outras despesas administrativas	(99)	(213)
	(536)	**(542)**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.480	(488)
Adições	-	-
Exclusões	-	-
Compensação de prejuízos fiscais	(147)	-
Base de Cálculo IRPJ / CSLL	**6.333**	**(488)**
Despesa de imposto de renda	950	-
Despesa de imposto de renda adicional	609	-
Despesa de contribuição social	570	-
Alíquota aproximada de imposto de renda e contribuição social	**34%**	**0%**

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro real, com alíquotas para o imposto de renda de 15%, 10% (adicional de IRPJ) e 9% para contribuição social.

Em 2020 a Companhia encontrava-se com suas operações paralisadas, diante da ausência de expectativa de operacionalização de suas atividades, a Companhia optou por não efetivar o reconhecimento contábil do imposto de renda diferido sob prejuízo fiscal do exercício e base negativa de CSLL. O saldo fiscal do imposto de renda diferido está representado abaixo:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	(488)
	-	**(488)**

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de não contratar seguros para quaisquer riscos. As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

19. EVENTOS SUBSQUENTE

Em 18/03/2022 a Santanense Mineração S.A e a Companhia Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.(Usiminas), pactuaram aditamento do contrato 4600170654 renovando a outorga de exploração mineral da Mina Leste por parte da Usiminas, em contrapartida o pagamento de Royalties a Santanense Mineração S.A. Em 2022 essa exploração teve um crescimento exponencial o que vem impactando de forma significativa as receitas da Companhia.

Diretores Estatutários

Rodrigo A. Valadares Gontijo – Diretor

Bernardo A. Valadares Gontijo – Diretor

Responsável técnico

Ricardo Vilas Boas
Contador – CRC/MG 067.065/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores
Santanense Mineração S.A
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santanense Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos outros resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santanense Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Santanense Mineração S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Operações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 que trata do contexto operacional da Companhia, mencionando que suas receitas são substancialmente provenientes de operações com a Empresa de Mineração Esperança S.A, pertencente ao mesmo grupo econômico, de acordo com as condições acordadas entre as partes. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos. Ainda que tenhamos executados procedimentos sobre os saldos contábeis da Companhia em 1º de janeiro de 2021 para suportar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não emitimos opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2022

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador CRC MG - 079.276/O-7

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

bakertilly

Empresa de Mineração Esperança S.A.

PÁGINA 1 DE 2

CNPJ: 33.300.971/0001-06

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCIO ENCERRADO EM 31/12/2021

Senhores Acionistas,

A administração da Empresa de Mineração Esperança S.A cumprindo disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTA	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.048	110
Títulos e valores mobiliários	5	67.051	11.697
Contas a receber	6	11.207	30
Impostos a recuperar CP	7	7.575	4.603
Estoques	8	12.663	8.199
Adiantamentos	9	18.656	-
Total do ativo circulante		**131.200**	**24.638**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	4	6.140	-
Depósitos judiciais	17	1.444	1.369
Impostos a recuperar LP	7	11.304	13.717
Partes relacionadas Ativo LP	10	39.232	-
Imobilizado	11	13.993	2.675
Intangível		1.900	1.910
Total do ativo não circulante		**74.013**	**19.671**
Total do ativo		**205.213**	**44.309**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2021	2020
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	5.416	-
Fornecedores	13	31.734	22.982
Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.320	1.332
Obrigações tributárias	15	9.719	-
Arrendamentos PC		-	339
Total do passivo circulante		48.189	24.653
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	13	8.167	-
Partes relacionadas LP	10	88	-
Provisão para desmobilização de ativos	16	14.000	14.000
Provisões para riscos	17	6.797	6.397
Total do passivo não circulante		**29.052**	**20.397**
Patrimônio líquido	18		
Capital social	18.a	368.454	360.429
Reserva legal	18.b	8.451	-
Ajuste de tradução	18.c	95.110	143.447
Prejuízos acumulados		**(344.043)**	**(504.617)**
Total do patrimônio líquido		**127.972**	**(741)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**205.213**	**44.309**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reserva legal	Ajustes acumulados de conversão	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2019	**360.429**	**-**	**143.447**	**(463.381)**	**40.496**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(41.237)	(41.237
Saldo em 31/12/2020	**360.429**	**-**	**143.447**	**(504.617)**	**(741)**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	169.026	169.026
Integralização de capital	8.025	-	-	-	8.025
Reserva legal	-	8.451	-	(8.451)	-
Ajuste de conversão	-	-	(48.338)	-	(48.338)
Saldo em 31/12/2021	**368.454**	**8.451**	**95.109**	**(344.042)**	**127.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	NOTA	2021	2020
Receita Operacional Líquida	19	**249.351**	**29**
Custo dos produtos vendidos	20	(93.135)	-
Lucro Operacional Bruto		**156.216**	**29**
(Despesas) Receitas Operacionais			
Administrativas	21	(8.699)	(5.735)
Comerciais	22	(4.474)	(69)
Tributárias		(14)	(207)
Outros resultados operacionais	23	42.810	(36.149)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**185.839**	**(42.131)**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		1.597	938
Despesas financeiras		(2.219)	(44)
		(622)	**894**
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		**185.217**	**(41.237)**
Imposto de renda e contribuição social	24	(16.191)	-
Lucro Líquido do exercício		**169.026**	**(41.237)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Resultado do exercício	**169.026**	**(41.237)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**169.026**	**(41.237)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	169.026	(41.237)
Ajustes por:		
Depreciação/amortização	10	10
Reversão de gastos com imobilização em andamento	-	264
Reversão de perda no estoque e imobilizado	13.648	-
Reversão de provisão de impairment de estoque e imobilizado	(95.268)	-
Juros incorridos	367	-
Baixa líquida imobilizado	33.713	-
Reversão de provisão para demobilização de ativos	-	(5.718)
Atualização de provisão para desmobilização de ativos	-	136
Provisão para contingências	400	1.597
Decréscimo (acréscimo) os ativos:		
Contas a receber	(11.177)	(28)
Estoques	(559)	1.842
Impostos a recuperar	(4.464)	(425)
Adiantamentos a fornecedores	(18.656)	-
Outros créditos	-	2
Depósitos judiciais	(75)	388
(Decréscimo) acréscimo nos passivos:		
Fornecedores	8.751	5.563
Obrigações sociais e trabalhistas	(12)	15.957
Obrigações tributárias	9.719	-
Pagamento de juros sob empréstimos	(367)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**105.056**	**(21.649)**
Imobilizado	(11.749)	(2.011)
Partes relacionadas	(39.232)	619
Títulos e valores mobiliários	(61.494)	(11.697)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(112.475)**	**(13.089)**
Contas a pagar aquisição de imóveis	14.750	
Arrendamentos	(339)	(234)
Partes relacionadas	88	
Integralização de capital social	8.025	-
Pagamento de empréstimos	(1.167)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**21.357**	**(234)**
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**13.938**	**(34.972)**
No início do exercício	110	35.082
No fim do exercício	14.048	110
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**13.938**	**(34.972)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Mineração Esperança S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil, sendo controlada atualmente pela M.S.A Mineração Serra Azul Ltda, empresa pertencente ao Grupo AVG, que adquiriu 100% do controle da Companhia, da Vale S.A., após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de janeiro de 2021.

Após a conclusão de condições precedentes, o Grupo AVG assumiu as operações em abril de 2021, reiniciando as operações da Companhia.

A Companhia tem como objetivo explorar, industrializar e comercializar minérios em geral, podendo para tanto explorar jazidas próprias e/ou de terceiros, comprar, vender, industrializar, importar e/ou exportar minérios em geral.

No exercício de 2021, além de explorar minérios em sua própria jazida localizada em Brumadinho, a Companhia adquiriu minérios de terceiros, basicamente de outras duas minerações pertencentes ao mesmo grupo econômico, sendo elas Santanense Mineração S/A e AVG Empreendimentos Minerários S.A..

Após beneficiados, estes minérios são comercializados para siderúrgicas e minerações no mercado interno e externo, onde, em 2021 foram comercializados R$202.997 com o mercado externo.

2. EFEITOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Com a permanência da crise sanitária que se estendeu por todo o exercício de 2021, a Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações, bem como desenvolvendo planos de contingências para manter a continuidade de suas atividades operacionais em uma situação de normalidade, de forma que seus colaboradores e demais partes relacionadas, mediante treinamento, tenham consciência das medidas preventivas da COVID19, bem como a importância da vacinação como medida principal de proteção.

O segmento de mineração, como diversos outros segmentos econômicos, se beneficiou financeiramente durante a pandemia, devido a elevação do preço do minério de ferro no mercado internacional, chegando no pico, a uma alta superior a 100% em 2021 em relação ao início da pandemia no final de 2019.

A Administração da Companhia possui a consciência de que esse ciclo de alta será pontual, e não se descuida em manter rígidos controles sobre os custos de suas operações, de forma a maximizar a rentabilidade durante este ciclo de altas e manter rentabilidade em níveis satisfatórios às expectativas dos acionistas, no caso de quedas futuras de preços de minérios no mercado internacional.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 2 de dezembro de 2022.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.3.

3.2. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A Companhia adotava até 31 de julho de 2019, o dólar americano como sua moeda funcional. Em 1º de agosto 2019 a Companhia passou a adotar o real como moeda funcional, moeda essa de maior influência no ambiente econômico no qual a Companhia opera. Os efeitos decorrentes da alteração da moeda funcional foram tratados prospectivamente, ou seja, os ativos e passivos foram convertidos para nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio de 1º de agosto de 2019, e gerou um ajuste no patrimônio líquido denominado ajuste de conversão no valor de R$143.447.

3.3. RESUMO DA PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Empresa de Mineração Esperança S.A. está descrito a seguir:

3.3.1. Caixa e equivalentes de caixa:: Referem-se aos valores disponível em caixa, bancos e aplicações financeiras, registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos de aplicação, e que não apresentam riscos significativos de mudança de valor.

3.3.2. Contas receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de minério, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.3.3. Impostos a recuperar: Impostos e contribuições a recuperar previstos em legislação, bem como os pagamentos a maior passíveis de compensação.

3.3.4. Adiantamentos: Valores repassados a terceiros por conta de bens a serem produzidos ou comercializados ou serviços a serem prestados.

3.3.5. Partes relacionadas: Todas as transações são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes. Integram também a rubrica os adiantamentos para futuro aumento de capital.

3.3.6. Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados. São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Todos os itens são depreciados com base no método linear considerando os anos de vida útil.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	30
Instalações	12
Máquinas e aparelhos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.3.7. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa 12 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Descrição	Vida útil (anos)
Licença de uso de software	5

3.3.8. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável.

No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Tendo em vista o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2021. A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

3.3.9. Fornecedores: Valores decorrentes de aquisições a prazo ou parceladas, pagamento posterior ao encerramento do exercício. São registrados pelo custo amortizado.

3.3.10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.3.11. Capital Social: A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

3.3.12. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social, após a absorção de prejuízos acumulados, se houver.

No exercício de 2021, a Companhia não constituiu provisão para dividendos em função do resultado do exercício ter sido utilizado em sua totalidade após a constituição da reserva legal, para o abatimento dos prejuízos acumulados.

3.3.13. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo ("at a point in time") ou ao longo do tempo ("over time"), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir:

1) identificação do contrato;
2) identificação das obrigações de desempenho;
3) determinação do preço da transação;
4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

3.3.14. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legal ou presumida, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

3.3.15 Provisão para desmobilização de ativos: custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerário vinculados. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas em 2020 pela antiga administração para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foram 3,54% a.a. em 2020.

Em 2021 a nova administração da Companhia, optou por não efetuar nenhum ajuste da provisão, até que o novo plano de aproveitamento da mina esteja concluído, com a mensuração de novos prazos de vida útil da mina e custos de fechamento.

3.3.16. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.3.17. Instrumentos Financeiros: Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e operações com partes relacionadas, assim como empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria	Ativo financeiro	Mensuração
Custo amortizado	• Caixa e equivalentes de caixa • Contas a receber de clientes • Adiantamentos a fornecedores • Créditos a receber de partes relacionadas.	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
Valor justo por meio do resultado	• Títulos e valores mobiliários (aplicações em fundo de investimento exclusivo)	Mensurado pelo valor justo utilizando o método de valorização da cota na data do fechamento de cada período para reconhecimento de receitas ou despesas financeiras.

Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, considerando a perda de crédito esperada. A metodologia inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito, bem como qualquer aumento no risco de perda do valor recuperável de seus ativos desde o reconhecimento inicial.

b) Baixa de instrumentos financeiros

A Companhia baixa um instrumento financeiro apenas quando os contratos vinculados aos fluxos de caixa do instrumento expiram, ou quando a Companhia transfere o instrumento financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2021	2020
Fundo fixo	5	-
Depósitos bancários	4.099	110
Aplicações financeiras	9.944	-
	14.048	**110**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos, aplicações financeiras em investimentos de curto prazo, não expostas a risco significativo de mudanças de valor.

5. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Banco BTG	68.757	
Banco Itaú	3.610	
Banco Safra	819	
Banco Sicoob Divicred	5	
Banco Votorantim S.A	-	11.697
	73.191	**11.697**
Circulante	67.051	-
Não circulante	6.140	-

Em busca de alcançar renda por meio de Fundos de Investimento, a Companhia e as instituições financeiras acima demonstradas estabeleceram contrato para aplicação de parte do capital da entidade em diversos fundos de investimentos, ações de outras companhias e renda fixa.

Em função de sua Política de Investimentos e da estratégia perseguida pelo fundo, os ativos financeiros estão sujeitos às oscilações dos mercados em que são negociados. Em especial pelos mercados de taxas de juros e índices de preços, que, por suas características, apresentam-se sujeitos a riscos que são originados por fatores que compreendem, mas não se limitam a: (i) fatores externos; (ii) fatores macroeconômicos; e (iii) fatores de conjuntura política.

Estes riscos afetam seus preços e produzem flutuações no valor das cotas do fundo, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas. Os ativos financeiros do fundo têm seus valores atualizados diariamente (marcação a mercado) e tais ativos são contabilizados pelo preço de negociação no mercado ou pela melhor estimativa de valor que se obteria nessa negociação, motivo pelo qual o valor da cota do fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive num mesmo dia. As políticas de resgates variam de D+1 a D+1800.

Parte mais significativa desses investimentos encontra-se aplicados em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras segregados da seguinte forma:

Administrador	Fundo de Investimentos	Rentabilidade
	Btg Pactual Dig Tes Selic Simples Fi Rf	0,0129%
	Brave III High Grade Fc Fim Cp	0,0412%
Banco BTG	Portofino Qualificado Fic Fim Cp	
	Avg Fim Cp Ie	0,0440%
	Manager Jss Sustainable	1,0395%
	Safra Fahrenheit Fundo De Investimento Em Cotas De Fi	0,0314%
Banco Safra	Safra Kepler Advanced Fundo de Investimento	0,0751%
	Saf S&P Reais Pb Fimm	0,3215%
	Saf Ações Livre Fic Fia	0,0192%
	Saf Equity Portfolio Pb Ficfia	0,0470%
	Itaú Diferenciado Iq Renda Fixa Crédito Privado	0,0169%
Banco Itaú	Itaú Renda Fixa Crédito Privado Diferenciado Iq	0,0169%

Em 31 de dezembro de 2021, entre os fundos aqui apresentados, a Companhia possui títulos e valores mobiliários de longo prazo no valor de R$6.140 segregados em aplicações em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

6. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Gerdau Açominas S/A	4.831	-
Porto Sudeste Exp. E Com	3.643	-
AVG Siderurgia Ltda	1.049	-
IFG Industria de Ferro Gusa	1.003	-
Gelf Siderurgia Sa	409	-
Guerreiro Compras e Vendas	218	-
Mineração Ibirité	38	-
Açomais	16	-
Outras contas a receber	-	30
	11.207	**30**

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis de venda de Minérios beneficiados a terceiros, bem como siderúrgicas pertencentes ao mesmo grupo econômico, no caso de AVG Siderurgia Ltda e IFG Industria de Ferro Gusa.

A Companhia aplica para as vendas entre empresas do Grupo Econômico ("Intercompany") a política de preços baseadas nos preços de mercado.

No exercício de 2021 foram comercializados com a AVG Siderurgia Ltda. montante R$27.109 e com a IFG Indústria de Ferro Gusa Ltda. R$3.416, do produto hematitinha.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
COFINS a recuperar	13.132	9.021
PIS a recuperar	2.977	2.088
TFRM a recuperar	1.273	1.273
ICMS a recuperar	527	2.934
CFEM a recuperar	137	137
IRPJ exercício anterior	749	1.437
CSLL exercício anterior	55	313
Imposto de renda retido	29	924
Contribuição social retida	-	193
	18.879	**18.320**
Circulante	7.575	4.603
Não circulante	11.304	13.717
	18.879	**18.320**

A companhia é autora em processos administrativos frente a Receita Federal do Brasil, onde pleiteia o ressarcimento de valores pagos cujos quais não possui prazo para deferimento, o que justifica o registro desses créditos como ativo não circulante.

8. ESTOQUES

	2021	2020
Material auxiliar	4.381	3.050
Estoque de produtos semiacabados (a)	2.453	24.594
Pellet feed	2.663	713
Pasinter feed	2.384	2.440
Hematitinha	434	-
(-) Provisão p/ perda em estoque	-	(22.887)
Outros	348	289
	12.663	**8.199**

(a) No exercício de 2021, foi efetivada a baixa de Run of Mining ("ROM") marginal que não possui aproveitamento econômico, bem como do efeito da variação da moeda funcional deste material e sua respectiva provisão para perda de estoque, devido a consumo desse material na pilha de rejeitos.

9. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	23.980	5.334
VMF Adiantamento fornecedores	2.556	2.556
Provisão para perdas adiantamentos	(7.890)	(7.890)
Transitória de adiantamento de férias	9	-
Transitória de adiantamento de 13º salário	1	-
	18.656	**-**

Os valores de adiantamentos são representados por adiantamentos de fornecedores, líquidos de provisão para perdas nesses adiantamentos, conforme entendimentos da administração.

10. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

Ativo	2021	2020
Mútuo AVG Empreendimentos Minerários	20.617	-
Mútuo Mineração Serra Azul Ltda.	18.615	-
	39.232	**-**
Passivo	**2021**	**2020**
Mútuo Santanense Empresa de Mineração	88	-
	88	**-**

Os saldos acima mencionados a ativo e passivo, são operações de mútuo entre as partes.

A Companhia possui operações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico, sendo seu saldo total representado por vendas as empresas IFG Indústria de Ferro Gusa Ltda. e AVG Siderurgia Ltda., mantendo a seguinte composição:

Descrição	Ativo 2021	Ativo 2020	Receita 2021	Receita 2020	Fornecedores 2021	Fornecedores 2020	Custo 2021	Custo 2020
AVG Siderurgia Ltda								
- Venda de minério de ferro (nota 19)	-	-	26.053	-	-	-	-	-
- Contas a receber (nota 6)	1.049	-	-	-	-	-	-	-
IFG Indústria de Ferro Gusa								
- Venda de minério de ferro (nota 19)	-	-	3.598	-	-	-	-	-
- Contas a receber (nota 6)	1.003	-	-	-	-	-	-	-
AVG Empreendimento Minerários S. A								
- Compra de matéria prima (nota 13)	-	-	-	-	614	-	-	-
- Apropriação de custo	-	-	-	-	-	-	2.043	-
Santanense Mineração S. A								
- Compra de matéria prima (nota 13)	-	-	-	-	7.794	-	-	-
- Apropriação de custo	-	-	-	-	-	-	5.664	-

11. IMOBILIZADO

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Tendo em vista o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2021.

A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

11.1. IMOBILIZADO

	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**99**	**44**	**1.649**	**-**	**883**	**2.675**
Adições	-	-	-	65	11.684	11.749
Baixas	(208)	(44)	(288)	-	-	(540)
Baixa depreciação	109	-	-	-	-	109
Depreciação	(1.925)	(1.148)	(3.748)	-	-	(6.821)
Depreciação Impaiment	1.925	1.148	3.748	-	-	6.821
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**1.361**	**65**	**12.567**	**13.993**

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxas %	Vencimento	2021	2020
Banco Itaú - 3114621	3,4%a.a+100%CDI	05/07/2024	12.833	-
Banco Itaú - 3142621	3,4%a.a+100%CDI	25/04/2022	750	-
			13.583	**-**
Circulante			5.416	-
Não circulante			8.167	-

Cronograma de pagamentos - O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2022	2023	2024
Banco Itaú - 3114621	4.666	4.667	3.500
Banco Itaú - 3142621	750	-	-
Total	**5.416**	**4.667**	**3.500**

Movimentação de empréstimos	**2021**
Saldo de empréstimos em 31/12/2020	**-**
(+) Captações	14.750
(+) Juros incorridos	302
(-) Pagamento principal	(1.167)
(-) Pagamento juros	(302)
Saldo de empréstimos em 31/12/2021	**13.583**

Os empréstimos possuem como garantias aval dos sócios

13. FORNECEDORES

	2021	2020
Santanense Mineração S.A.	7.794	-
Lindner Techno Systems Eireli	7.425	-
Ind. Mec. Irmãos Cargozinho Ltda.	3.440	-
Secretaria do Estado da Fazenda	2.010	-
Consorcio TSL Terrabel	1.423	-
AVG Empreendimentos Minerários	614	15.615
SEMEP Construções e Logística	-	3.236
Outros fornecedores	9.028	4.131
	31.734	**22.982**

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2021	2020
Férias	533	360
Participação nos resultados	339	799
INSS recolher	160	59
Prov. INSS s/ férias	146	-
FGTS recolher	59	19
Prov. FGTS s/ férias	43	-
IRRF folha pagamento	40	33
Contribuição sindical	-	-
Salários	-	61
Prov. 13 º salário	-	1
	1.320	**1.332**

15. OBRIGAÇOES TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
IRPJ recolher	7.387	-
CSLL recolher	1.942	-
CFEM	250	-
INSS serviços prestados	80	-
COFINS recolher	22	-
TFRM	21	-
IRRF serviços prestados	17	-
	9.719	**-**

16. OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

	2021	2020
Saldo inicial	14.000	19.582
Reversão de provisão	-	(5.718)
Atualizações	-	136
Saldo no final do exercício	**14.000**	**14.000**

A variação da provisão ocorrida em 2020 é decorrente da alteração de certas premissas do cálculo da provisão por parte da antiga administração, principalmente a estimativa de quando os gastos serão incorridos pela Companhia.

A metodologia de cálculo consiste no passivo de longo prazo descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflita a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício. O passivo é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Em 2021 a nova administração da Companhia, optou por não efetuar nenhum ajuste da provisão, até que o novo plano de aproveitamento da mina esteja concluído, com a mensuração de novos prazos de vida útil da mina e custos de fechamento.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de consultores legais.

	Provisões 2021	Provisões 2020	Depósitos judiciais 2021	Depósitos judiciais 2020
Processos cíveis	7	7	-	-
Processos ambientais	192	192	-	-
Processos trabalhistas	6.598	6.198	1.441	1.369
	6.797	**6.397**	**1.441**	**1.369**

18. PATRIMONIO LÍQUIDO

Descrição	% Participação	2021	2020
MSA - Mineração Serra Azul Ltda.	100%	368.454	360.429

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$368.454 (trezentos e sessenta e oito milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil trezentos e dois reais e trinta e cinco centavos), representado por 7.451.786.493 (sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e um milhões setecentos e oitenta e seis mil quatrocentos e noventa e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cujos valores unitários são de R$0,05 (cinco centavos). Em 01 de abril de 2021, a antiga controladora Vale S/A realizou a capitalização de R$8.025 correspondente a 802.500.000 novas ações utilizando saldo de adiantamento de capital realizado em 22 de março de 2021.

b) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída a Reserva Legal no percentual de 5% do lucro líquido, respeitando o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R$8.451 (oito milhões quatrocentos e cinquenta e um mil reais) do limite estabelecido por Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajuste Acumulado de Conversão

No exercício de 2021, o saldo da conta de ajuste acumulado de conversão foi reduzido em R$48.284 proveniente de baixa de itens do ativo, assim o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2021 foi de R$95.110.

d) Lucros ou Prejuízos Acumulados

No exercício de 2021, o resultado do exercício após a constituição da reserva legal foi utilizado para abater o prejuízo acumulado, que resultou com um saldo remanescente de R$344.043 mil em 31 de dezembro de 2021.

19. RECEITA LIQUIDA

	2021	2020
Venda de concentrado	16.300	-
Venda de Sinter Feed	202.997	-
Venda de Hematitinha	44.741	-
Venda de energia elétrica	12	34
Receita bruta	264.050	34
(-) Deduções e abatimentos		
ICMS	(9.286)	-
PIS	(853)	(1)
COFINS	(3.934)	(4)
CEFEM	(363)	-
TFRM	(263)	-
(-) Tributos incidentes sobre serviços	(14.699)	(5)
Receita operacional líquida	**249.351**	**29**

A Companhia atua no mercado de mineração proveu suas receitas mediante a comercialização de Minério de ferro, concentrado, hematitinha, sínter feed, bem como sobras de energia elétrica de demanda contrata.

20. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	2021	2020
Matéria prima	(49.833)	
Serviços de terceiros	(23.436)	
Gastos com pessoal	(7.629)	
Despesas gerais de infraestrutura	(6.378)	
Combustível	(4.067)	
Outros	(1.792)	
	(93.135)	**-**

Em 2021 o custo total dos produtos vendidos de R$93.135 foi proveniente da comercialização de 639.368 ton de minérios. Em 2020, em virtude da inatividade operacional da cia, não houve custos.

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços pessoa jurídica	(4.940)	(2.760)
Salários e benefícios	(1.878)	(2.055)
Encargos trabalhistas	(426)	(267)
Gastos de manutenções	(786)	(147)
Energia elétrica	(153)	(20)
Locações	(221)	(16)
Outros gastos	(295)	(468)
	(8.699)	**(5.735)**

22. DESPESAS COMERCIAIS

	2021	2020
Serviços de utilização do terminal Serra Azul	(4.474)	(69)
	(4.474)	**(69)**

As despesas comerciais são em virtude de utilização de terminal de cargas ferroviário para carregamento do minério comercializado, com destino ao porto.

23. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2021	2020
Baixa de impairment custo remoção estéril	72.381	-
Baixa ajuste ao valor recuperável de estoques	22.887	-
Total outras receitas	**95.268**	**-**
Baixa imobilizado custo remoção estéril	(35.859)	-
Baixa material consumido estabilização da pilha	(13.648)	-
Baixa de imobilizado	(451)	-
Provisão para contingência	(256)	-
Depreciação/amortização	(30)	(274)
Processos judiciais	-	(1.597)
Parada de operação	-	(23.969)
Serviços de terceiros (i)	-	(15.615)
Reversão da provisão para desmobilização	-	5.718
Outros	(2.214)	(412)
Total outras despesas	**(52.458)**	**(36.149)**
	42.810	**(36.149)**

(i) Serviços referentes a adequação de segurança da pilha de estéril e rejeito, por meio da conclusão da execução de obras para estabilização da pilha.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	185.217	(41.237)
Adições	1.550	18.261
Exclusões	(118.595)	(15.299)
Compensação de prejuízos fiscais	(20.480)	-
Base de Cálculo IRPJ / CSLL	47.692	(38.275)
Despesa de imposto de renda	(7.154)	-
Despesa de imposto de renda adicional	(4.745)	-
Despesa de contribuição social	(4.292)	-
Alíquota aproximada de imposto de renda e contribuição social	9%	0%

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro real, com alíquotas para o imposto de renda de 15%, 10% (adicional de IRPJ) e 9% para contribuição social.

25. SEGUROS

A Companhia adota a política de não contratar seguros para quaisquer riscos. As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Diretores Estatutários

Rodrigo A. Valadares Gontijo – Diretor

Bernardo A. Valadares Gontijo – Diretor

Ricardo Vilas Boas
Contador – CRC/MG 067.065/O

PEUGEOT E-208 GT X PEUGEOT E-2008 GT

Testamos os dois carros de passeio elétricos da marca francesa vendidos no Brasil. Modelos compartilham muitos elementos, mas cada um reúne vantagens de seu segmento

LEÕES ELÉTRICOS: SUV OU HATCH?

FOTOS: JORGE LOPES/EM/D.A PRESS

Pedro Cerqueira

Testamos, em uma só tacada, os dois carros de passeio elétricos vendidos pela Peugeot no Brasil: Peugeot e-208 GT e Peugeot e-2008 GT. Apesar de se tratar de um hatch e um SUV compactos, os dois modelos têm muito em comum. Para começo e conversa, ambos são construídos sobre a plataforma e-CMP.

Tanto o Peugeot e-208 GT quanto o e-2008 GT trazem o mesmo trem de força. O motor dianteiro tem 136cv de potência e 26,5kgfm de torque. No comando do hatch ou do SUV, o desempenho é empolgante. E a entrega de torque imediata, típica do motor elétrico, dá a sensação que os veículos tem performance superior a esses números. Para os dois a velocidade máxima é 150km/h.

AO VOLANTE O Peugeot 208 elétrico é cerca de 100 quilos mais leve (sua massa é de 1.526 quilos), o que faz com que sua aceleração até os 100km/h seja de 8,3 segundos. Ainda que os dois carros tenham centro de gravidade baixo, já que as baterias estão sob o assoalho, é o hatch que dá mais confiança nas curvas, mas o SUV também não vai mal nesse quesito.

Já Peugeot e-2008 GT pesa 1.630 quilos, acelerando até os 100km/h em 9,9 segundos. Tanto o hatch quanto o SUV trazem três modos de direção: econômico, normal e esportivo. A tração é dianteira, assim como a posição do motor.

VISUAL No visual, ambos mandam muito bem! O Peugeot e-208 GT é um dos hatches compactos mais bonitos do mercado, e não apenas no Brasil. Além das linhas que estamos acostumados, essa versão GT tem detalhes esportivos como grade sem moldura, teto e retrovisores em preto, rodas de 17 polegadas, molduras nas caixas de roda, aerofólio e extrator. O único senão é a lanterna de neblina, que ninguém sabe a hora certa de usar e acaba só servindo para ofuscar a visão dos demais motoristas.

O Peugeot e-2008 GT já é a segunda geração do SUV compacto, enquanto o modelo equipado com motor a combustão ainda se encontra na primeira geração. Porém, já no próximo ano, o 2008 vendido no Brasil já deverá ser o de segunda geração, agora vinda da Argentina. O visual é lindo, um SUV com linha de cintura elevada e vincos.

A receita esportiva dessa versão GT é a mesma do irmão menor, porém, com rodas de 18 polegadas. Ambos os modelos calçam pneus run-flat, estruturados para continuar rodando (a média velocidade) caso furem. No lugar de estepe, os veículos trazem kit de reparo com compressor de ar.

Lanternas traseiras do hatch são unidas por elemento em preto brilhante, mas não é luminoso

O SUV tem a linha de cintura elevada e a coluna C mais larga, além do teto em cor diferente

INTERIOR O interior do Peugeot e-208 GT é muito semelhante ao do e-2008 GT. Volante esportivo, o belo quadro de instrumentos 3D, tela de 10 polegadas do multimídia; acabamento soft touch simulando fibra de carbono e luz ambiente. O hatch mantém uma pegada mais esportiva, com os bancos revestidos em Alcantara, enquanto o SUV tem couro.

O Peugeot e-2008 tem 2,60 metros de distância entre-eixos, que permite mais conforto para os passageiros de trás, além de um porta-malas de 434 litros, volume para um SUV. Já o e-208 tem 2,54m de distância entre-eixos e 265 litros de porta-malas. Ambos têm teto solar, porém, só o do SUV se abre.

NA TOMADA Ambos os modelos têm baterias de 50kWh. O Peugeot e-208 GT tem autonomia de 220 quilômetros no ciclo do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBVE), e 340 quilômetros no ciclo WLTP. O Peugeot e-2008 GT tem autonomia de 234 quilômetros no PBVE e 345 quilômetros no WLTP. Para ambos, a recarga (até 80%) em um sistema rápido (de 100kW DC) dura 30 minutos, enquanto em um wallbox caseiro (de 7,4kW AC) ela é feita em seis horas.

CONTEÚDO Para ambos, destaque para o Peugeot Drive Assist Plus, que traz assistentes semiautônomos: alerta de colisão com frenagem de emergência; reconhecimento de placa de velocidade; correção de permanência em faixa; assistente de farol alto; monitoramento de ponto cego; e piloto automático adaptativo.

CONCORRENTES Custando a partir de R$ 221.990, o Peugeot e-208 GT tem como principal concorrente o Fiat 500e, por R$ 224.990. Já o Peugeot e-2008 GT custa R$ 259.990, que é um preço que coloca o SUV entre outros hatches como o Renault Zoe (R$ 239.990) e o Mini elétrico (R$ 257.990).

Interior dos modelos é praticamente idêntico, com bom acabamento

O SUV leva vantagem no porta-malas maior, com 434 litros

Motor dianteiro tem 136cv de potência e 26,5kgfm de torque

AVG EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS S.A.

PÁGINA 1 DE 2

CNPJ: 16.565.897/0001-30

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCIO ENCERRADO EM 31/12/2021

Senhores Acionistas,
A administração da AVG Empreendimentos Minerários S.A, cumprindo disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Notas	2021	2020 Não auditado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.414	37.990
Títulos e valores mobiliários	5	42.575	-
Contas a receber	6	156	7.765
Impostos a recuperar CP	7	3.925	3.210
Estoques	8	2.631	8.431
Adiantamentos	9	1.100	1.346
Outros créditos CP		778	1.971
Total do ativo circulante		**53.579**	**60.713**
Ativo não circulante			
Outros créditos LP		9	9
Títulos e valores mobiliários	5	10.775	-
Investimentos	10	45.548	45.548
Partes relacionadas	11	16.844	145
Imobilizado	12	7.591	7.551
Total do ativo não circulante		**80.767**	**53.253**
Total do ativo		**134.346**	**113.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020 Não auditado
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos CP	13	1.459	47
Fornecedores		4.371	3.430
Obrigações sociais e trabalhistas	14	425	314
Obrigações tributárias	15	2.601	3.888
Outras obrigações CP		1.883	1.802
Juros sobre capital próprio a pagar		3.338	-
Total do passivo circulante		**14.077**	**9.481**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	13	4.625	2.000
Outras obrigações LP		3.104	3.088
Obrigações tributárias LP	15	340	461
Partes relacionadas LP	11	20.671	16.245
Total do passivo não circulante		28.740	21.794
Patrimônio líquido	**16**		
Capital social		27.046	27.046
Reserva de capital		60	60
Reserva legal		5.383	-
Ajustes de avaliação patrimonial		823	823
Reserva de lucros		58.217	-
Lucros acumulados		-	54.763
Total do patrimônio líquido		**91.529**	**82.692**
Total do passivo e patrimônio líquido		**134.346**	**113.967**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019 (Não auditado)	**27.046**	**60**	**-**	**-**	**823**	**(3.377)**	**24.552**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.140	58.140
Saldo em 31/12/2020 (Não auditado)	**27.046**	**60**	**-**	**-**	**823**	**54.763**	**82.692**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.491	14.491
Reserva legal	-	-	5.383	-	-	(5.383)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(2.316)	(2.316)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(3.338)	(3.338)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	58.217	-	(58.217)	-
Saldo em 31/12/2021	**27.046**	**60**	**5.383**	**58.217**	**823**	**-**	**91.529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AVG Empreendimentos Minerários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% nacional, com sede em Sabará, Minas Gerais, Brasil.

A Companhia tem como objetivo o aproveitamento de jazidas minerais próprias ou de terceiros IMe resíduos de minérios em todo o território nacional, avaliação, pesquisa, extração, transporte e beneficiamento de minérios, comercialização e exportação de minérios, prestação de serviços de perfuração, desmonte e carregamento de minérios, recuperação ambiental em áreas degradadas e a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades.

No exercício de 2021, toda sua produção foi oriunda de uma pilha finos de minérios que a Companhia possui em sua antiga planta, na mina do Brumado. Esse material, vem sendo retirado como medida de segurança, em atendimento a decisão judicial, para remoção dessa pilha de finos.

No primeiro trimestre de 2021 além de comercializar diretamente os finos com o cliente Pedreira Um Valemix, a Companhia também enviou finos para beneficiamento na planta industrial da Itaminas Comercio de Minérios S.A. Após o beneficiamento destes finos, foi obtido um concentrado com maior teor de ferro que foi comercializado diretamente para empresa Porto Sudeste Exploração e Comercio S.A.

A partir do segundo trimestre 2021, o grupo AVG assumiu o controle societário da Empresa de Mineração Esperança S.A e toda produção de finos da AVG Empreendimentos Minerários S.A passou a ser comercializada diretamente para esta empresa do grupo AVG, que passou a beneficiar o material em sua planta industrial e comercializar diretamente os produtos obtidos desse beneficiamento no mercado interno para siderurgias e para empresas comerciais exportadoras.

2. EFEITOS DA PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Com a permanência da crise sanitária que se estendeu por todo o exercício de 2021, a Administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações, bem como desenvolvendo planos de contingências para manter a continuidade de suas atividades operacionais em uma situação de normalidade, de forma que seus colaboradores e demais partes relacionadas, mediante treinamento, tenham consciência das medidas preventivas da COVID19, bem como a importância da vacinação como medida principal de proteção.

O segmento de mineração, como diversos outros segmentos econômicos, se beneficiou financeiramente durante a pandemia, devido a elevação do preço do minério de ferro no mercado internacional, chegando no pico, a uma alta superior a 100% em 2021 em relação ao início da pandemia no final de 2019.

A Administração da Companhia possui a consciência de que esse ciclo de alta será pontual, e não se descuida em manter rígidos controles sobre os custos de suas operações, de forma a maximizar a rentabilidade durante este ciclo de altas e manter rentabilidade em níveis satisfatórios às expectativas dos acionistas, no caso de quedas futuras de preços de minérios no mercado internacional.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 27 de novembro de 2022.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.3.

3.2. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real ("BRL" ou "R$").

3.3. RESUMO DA PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTABEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela AVG Empreendimentos Minerários S.A. está descrito a seguir:

3.3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Refere-se aos valores disponível em caixa, bancos e aplicações financeiras, registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos de aplicação, e que não apresentam riscos significativos de mudança de valor.

3.3.2. Contas a receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de minério, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia realiza estudo anualmente com intuito de verificar a recuperabilidade de suas contas a receber, tendo como premissa a avaliação dos títulos vencidos a mais de 360 dias. Em 31 de dezembro de 2021, considerando o perfil das contas a receber, não foram reconhecidas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

3.3.3. Impostos a Recuperar: Impostos e contribuições a recuperar previstos em legislação, bem como os pagamentos a maior passíveis de compensação.

3.3.4. Adiantamentos: Valores repassados a terceiros por conta de bens a serem produzidos ou comercializados ou serviços a serem prestados são classificados como adiantamentos a fornecedores.

3.3.5. Partes Relacionadas: Todas as transações são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes. Integram também a rubrica os adiantamentos para futuro aumento de capital.

3.3.6. Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados. São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Todos os itens são depreciados com base no método linear considerando os anos de vida útil, como demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	20
Instalações	10
Máquinas e aparelhos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos AVG Empreendimentos Minerários S.A., são revisados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido ao valor recuperável, deve ser constituída uma estimativa de não recuperabilidade do ativo ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último, é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data das demonstrações financeiras.

Para o exercício de 2021, a Administração não identificou ativos que necessitassem de constituição de provisão para perdas por impairment.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.3.7. Fornecedores: Valores decorrentes de aquisições a prazo ou parceladas, pagamento posterior ao encerramento do exercício. São registrados pelo custo amortizado.

3.3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.3.9. Capital Social: A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

3.3.10. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social.

3.3.11. Juros sob capital próprio: A Companhia realiza pagamento de juros sob capital próprio aos seus acionistas, a título de dividendos, dentro das determinações legais e de seu Estatuto Social. Os juros são calculados com base na TJLP e o resultado deduzido dos dividendos mínimos obrigatórios.

3.3.12. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo ("at a point in time") ou ao longo do tempo ("over time"), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir:

1) identificação do contrato;
2) identificação das obrigações de desempenho;
3) determinação do preço da transação;
4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

3.3.13. Provisões para riscos: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legal ou presumida, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

3.3.14. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

3.3.15. Instrumentos Financeiros: Instrumentos financeiros incluem títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e operações com partes relacionadas, assim como empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria	Ativo financeiro	Mensuração
Custo amortizado	• Caixa e equivalentes de caixa • Contas a receber de clientes • Adiantamentos a fornecedores • Créditos a receber de partes relacionadas	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
Valor justo por meio do resultado	• Títulos e valores mobiliários (aplicações em fundo de investimento exclusivo)	Mensurado pelo valor justo utilizando o método de valorização da cota na data do fechamento de cada período para reconhecimento de receitas ou despesas financeiras.

a) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:
A Companhia mensura o valor recuperável de seus ativos financeiros, considerando a perda de crédito esperada. A metodologia inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito, bem como qualquer aumento no risco de perda do valor recuperável de seus ativos desde o reconhecimento inicial.

b) Baixa de instrumentos financeiros: A Companhia baixa um instrumento financeiro apenas quando os contratos vinculados aos fluxos de caixa do instrumento expiram, ou quando a Companhia transfere o instrumento financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	2021	2020
Fundo fixo		
Depósitos bancários	4	2.993
Aplicações financeiras	2.410	34.997
	2.414	**37.990**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos, aplicações financeiras em investimentos de curto prazo, não expostas a risco significativo de mudanças de valor.

5. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Banco BTG	30.056	-
Banco Itaú	5.048	-
Banco Safra	17.391	-
XP Investimentos S.A.	855	-
	53.350	**-**
Circulante	42.575	-
Não circulante	10.775	-

Em busca de alcançar renda por meio de Fundos de Investimento, a Companhia e as instituições financeiras acima demonstradas estabeleceram contrato para aplicação de parte do capital da entidade em diversos fundos de investimentos, ações de outras companhias e renda fixa.

Em função de sua Política de Investimentos e da estratégia perseguida pelo fundo, os ativos financeiros estão sujeitos às oscilações dos mercados em que são negociados. Em especial pelos mercados de taxas de juros e índices de preços, que, por suas características, apresentam-se sujeitos a riscos que são originados por fatores que compreendem, mas não se limitam a: (i) fatores externos; (ii) fatores macroeconômicos; e (iii) fatores de conjuntura política.

Estes riscos afetam seus preços e produzem flutuações no valor das cotas do fundo, que podem representar ganhos ou perdas para os cotistas. Os ativos financeiros do fundo têm seus valores atualizados diariamente (marcação a mercado) e tais ativos são contabilizados pelo preço de negociação no mercado ou pela melhor estimativa de valor que se obteria nessa negociação, motivo pelo qual o valor da cota do fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive num mesmo dia. As políticas de resgates variam de D+1 a D+1800.

Parte mais significativa desses investimentos encontra-se aplicados em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras segregados da seguinte forma:

Fundo de Investimentos	Rentabilidade (a.a%)
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	11,95
Safra Serviços de Administração Fiduciária Ltda.	38,63
Itaú Unibanco S.A	0,42
XP Investimentos S. A	4,21

6. CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis de venda de Minérios a terceiros.

	2021	2020
JL&M Mineração Ltda	156	-
Pedreira Um Valemix - MICON	-	2.512
Porto Sudeste Exportação e Comercio S/A	-	5.253
	156	**7.765**

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRRF s/aplicações financeiras	249	60
ICMS a recuperar	3.653	3.150
PIS a recuperar	23	-
	3.925	**3.210**

8. ESTOQUE

	2021	2020
Estoque finos de barragem	2.553	3.441
Estoque finos minério - filial 2	-	72
Minério de ferro - adquiridos terceiros	-	381
Minério pellet feed	-	4.535
Almoxarifado geral	78	2
	2.631	**8.431**

9. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores diversos	1.086	1.346
Adiantamento de férias	14	-
	1.100	**1.346**

Os valores de adiantamentos são representados por adiantamentos a fornecedores, líquidos de provisão para perdas quando aplicável.

10. INVESTIMENTOS

	2021	2020
Ágio (a)	45.544	45.544
Santa Mariana Distrib. Comb. Ltda (b)	4	4
	45.548	**45.548**

(a) O ágio registrado no valor de R$45.544 (quarenta e cinco milhões quinhentos e quarenta e quatro mil reais) na conta de investimentos, é proveniente da incorporação da Mineração Brumado realizada pela AVG Empreendimentos Minerários S.A ocorrida em 31 de dezembro de 2012. A Mineração Brumado foi constituída a partir da cisão da M.S.A Mineração Serra Azul Ltda, que possuía em seu investimento ágio pela aquisição da AVG Empreendimentos Minerários S/A.

(b) A Companhia possui 4.150 quotas do capital social da Santa Mariana Distribuidora de Combustíveis Ltda, Empresa essa que não possui atividades operacionais até o momento.

11. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes.

	2021	2020
Ativos		
MSA - Mineração Serra Azul Ltda	16.691	-
AVG Perfurações & Sondagens Ltda	8	8
Saitama Veículos e Peças ltda	137	137
Santanense Mineração S/A	8	-
	16.844	**145**
Passivos		
Empresa de Mineração Esperança S/A	20.617	-
AVG Incorporações Imobiliárias SPE	41	41
OPM Empreendimentos S/A	8	-
Novas Fronteiras Agronegócios Ltda	5	5
MSA - Mineração Serra Azul Ltda	-	12.025
Rodrigo Andrade Valadares Gontijo	-	1.386
Bernardo Andrade Valadares Gontijo	-	1.386
Mariana Andrade Valadares Gontijo	-	1.386
	20.671	**16.229**

Os saldos acima mencionados a ativo e passivo, são operações de mútuo entre as partes. A Companhia possui operações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico, sendo seu saldo total representado por vendas as empresas Empresa de Mineração Esperança S.A., mantendo a seguinte composição:

Descrição	Receita 2021	Receita 2020
Empresa de Mineração Esperança S.A - Venda de minério de ferro (nota 17)	36.080	-

12. IMOBILIZADO

	2021	2020
Terrenos	2.465	2.465
Edificações	378	376
Máquinas e equipamentos	312	307
Veículos e implementos	313	221
Móveis e utensílios	120	104
Informática e processamento de dados	231	105
Bombas e motores	7	7
Equipamentos elétricos e hidráulicos	868	868
Ferramentas	39	39
Equipamentos de comunicação	496	496
Benfeitorias imóveis de terceiros	795	795
Instalações	475	475
Imobilizado em andamento	1.941	1.831
Total custo imobilizado	**8.440**	**8.089**
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
Edificações	(38)	(25)
Máquinas e equipamentos	(91)	(86)
Veículos	(128)	(92)
Móveis e utensílios	(66)	(63)
Ferramentas	(12)	(5)
Bombas e motores	(1)	(1)
Informática e processamento de dados	(49)	(17)
Equipamento de comunicação	(94)	(2)
Instalações	(180)	(142)
Equipamentos elétr. e hidráulicos	(190)	(105)
Total depreciação acumulada	**(849)**	**(538)**
Total do imobilizado líquido	**7.591**	**7.551**

12.1. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

[illegible]

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxas %	Vencimento	2021	2020
Banco Safra - CDC	14,95% a.a.	10/01/2022	3	47
Banco Itau S/A-C.Giro	10,95% a.a.	13/04/2023	4.439	2.000
Banco Itau FGI	8,34% a.a.	27/08/2024	1.642	-
			6.084	**2.047**
Circulante			1.459	47
Não circulante			4.625	2.000

O cronograma de pagamento dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos valores nominais são como segue:

	2022	2023	2024
Banco Safra - CDC	3	-	-
Banco Itaú S/A-C. Giro	881	3.558	-
Banco Itaú FGI	575	623	444
Total	**1.459**	**4.181**	**444**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2021 é como segue:

	2021
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2020	**2.047**
(+) Captações	13.592
(+) Juros incorridos	423
(-) Pagamento de principal	(9.475)
(-) Juros pagos	(503)
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2021	**6.084**

Os emprestimos possuem como garantia avais de sócios e alienação fiduciária de veículo.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Férias provisionadas	210	98
Salários e ordenados a pagar	73	47
INSS provisionados	57	27
INSS a pagar	46	35
FGTS provisionado	17	8
FGTS a pagar	13	13
INSS por conta de terceiros	6	83
Contribuição sindical a pagar	3	3
	425	**314**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2021	2020 Não auditado
Receita operacional líquida	**17**	**97.299**	**163.228**
Custo do produto vendido	18	(41.293)	(89.323)
Lucro operacional bruto		**56.005**	**73.905**
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas	19	(12.061)	(9.316)
Comerciais	20	(22.333)	(1.284)
Tributárias		(133)	(13)
Outros resultados operacionais		236	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**21.714**	**63.292**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.067	1.398
Despesas financeiras		(3.891)	(565)
		(1.824)	**832**
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		**19.890**	**64.125**
Imposto de renda e contribuição social	21	(5.399)	(5.985)
Lucro líquido do exercício		**14.491**	**58.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2021	2020 Não auditado
Resultado do exercício		**14.491**	**58.140**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		**14.491**	**58.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020 Não auditado
Das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	14.491	58.140
Depreciação	312	183
Provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa	-	615
Ganho com títulos e valores mobiliários	(225)	-
Perda com aplicação em renda variável	1.760	-
Perda em estoque	461	-
Juros incorridos	423	10
Decréscimo (acréscimo) os ativos:		
Contas a receber	7.609	(6.478)
Impostos a recuperar	(715)	(3.210)
Adiantamento a fornecedores	246	684
Estoques	5.339	(3.568)
Outros créditos	1.193	(259)
Depósitos judiciais	-	10
(Decréscimo) acréscimo nos passivos:		
Fornecedores	941	3.159
Obrigações sociais e trabalhistas	111	138
Obrigações tributárias	(1.408)	3.936
Adiantamentos de clientes	-	(1.880)
Pagamentos de juros sob empréstimos	(503)	(230)
Outras obrigações	82	(70)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**30.117**	**51.180**
Imobilizado	(352)	(251)
Títulos e valores mobiliários	(44.110)	-
Partes relacionadas	(16.699)	9
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(61.161)**	**(242)**
Capitação de empréstimos e financiamentos	13.592	2.155
Pagamentos de empréstimos	(9.475)	-
Partes relacionadas PLP	4.442	(18.198)
Pagamento de dividendos	(2.316)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**6.243**	**(16.043)**
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**(24.801)**	**34.895**
No início do exercício	37.990	3.095
No fim do exercício	13.189	37.990
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	**(24.801)**	**34.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ s/lucro a recolher	4.346	1.493
CSLL a recolher	1.043	751
IRPJ-Estimativa Mensal	(2.610)	-
CSLL-Estimativa mensal	(1.318)	-
IRRF outras retenções	589	-
CFEM a recolher	705	1.727
COFINS a recolher	87	163
Outros tributos	99	215
	2.941	**4.349**
Circulante	2.601	3.888
Não circulante	340	461

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

Descrição	%Participação	2021	2020
Rodrigo Andrade Valadares Gontijo	33,334%	9.016	9.016
Bernardo Andrade Valadares Gontijo	33,334%	9.016	9.016
Mariana Andrade Valadares Gontijo	33,332%	9.014	9.014
		27.046	**27.046**

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$27.046 (vinte e sete milhões e quarenta e seis mil reais), representado por 27.046 (vinte e sete milhões e quarenta e seis mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cujos valores unitários são de R$1 (um real).

b) Reserva Legal:. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída a Reserva Legal no percentual de 5% do lucro líquido, respeitando o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R$725 do limite estabelecido por Lei das Sociedades por Ações.

Em 2021, a Companhia constituiu os valores de reserva legal não constituída nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, nos montantes de R$412, R$1.339 e R$2.907, respectivamente. **c) Reserva de lucros**: Em 31 de dezembro de 2021, foi constituída a Reserva de Lucros considerando os lucros acumulados até aquela data

17. RECEITA LÍQUIDA

Em 2021 a receita operacional foi proveniente da comercialização da produção de finos de minério de ferro, no mercado interno e de concentrado (pellet) destinado a empresa comercial exportadora.

	2021	2020
Vendas mercado interno	57.324	24.891
Vendas mercado externo	49.475	148.329
Receita bruta	**106.799**	**173.220**
(-) Deduções e abatimentos		
COFINS s/faturamento	(4.357)	(732)
CFEM s/extração	(3.552)	(6.114)
PIS s/faturamento	(946)	(159)
T.F.R.M	(645)	(1.052)
Devolução de vendas	-	(465)
Abatimentos s/vendas	-	(1.469)
ICMS s/vendas	-	(1)
(-) Tributos incidentes sobre serviços	**(9.500)**	**(9.992)**
Receita operacional líquida	**97.299**	**163.228**

A Companhia possui operações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico, sendo seu saldo total representado por vendas as empresas Empresa de Mineração Esperança S.A., mantendo a seguinte composição:

Descrição	Receita 2021	Receita 2020
Empresa de Mineração Esperança S.A - Venda de minério de ferro (nota 17)	36.080	-

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de retirada de finos	(5.806)	-
Custo de finos Minério da Barragem	(1.051)	(255)
Custo Minério de Ferro – Run Of Mining	(135)	-
Custo produto vendido mercado interno	**(6.992)**	**(255)**
Custo Minério Pallet Feed	(34.301)	(89.068)
Custo mercado externo	**(34.301)**	**(89.068)**
Total custo produto vendido	**(41.293)**	**(89.323)**

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços pessoa jurídica	(7.414)	(3.287)
Indenizações	(2.015)	(2.099)
Telefonia	(568)	(543)
Taxas/registros	(430)	(90)
Gastos de manutenções	(356)	(99)
Locações	(324)	(745)
Salários e benefícios	(275)	(957)
Depreciações	(312)	(183)
Benefícios funcionários	(115)	(100)
Encargos trabalhistas	(86)	(271)
Outros gastos	(166)	(942)
	(12.061)	**(9.316)**

20. DESPESAS COMERCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Fretes	(22.085)	(2)
Salários e benefícios	(102)	(50)
Benefícios funcionários	(94)	(78)
Encargos trabalhistas	(31)	(16)
Outros gastos	(14)	(24)
Serviços pessoa jurídica	(7)	(500)
Perdas operação crédito	-	(614)
	(22.333)	**(1.284)**

As despesas comerciais, são provenientes dos custos de transporte rodoviário de minério quando esses são assumidos pela companhia. Em 2020 a totalidade dos valores referentes aos fretes eram assumidos pelo comprador. A partir de abril de 2021, a Companhia passou a assumir a despesa com frentes de transporte dos produtos.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2020, a Companhia apurou o IRPJ/CSLL com base no lucro presumido sendo essa presunção sobre o faturamento de 8% para IRPJ e 12% para CSL, adicionada ainda das demais receitas e ganho de capital. O montante de IRPJ e CSLL respectivamente, recolhido em 2020 foi de R$3.931 e R$2.054.

Em 2021, a Companhia optou pela tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro real, com alíquotas para o imposto de renda de 15%, 10% (adicional de IRPJ) e 9% para contribuição social, como demonstrado na tabela abaixo:

	2021
Lucro antes do imposto de renda	**19.889**
Adições	968
Exclusões	-
Compensação de prejuízos fiscais	0
Juros sob capital próprio	(3.338)
Base de Cálculo IRPJ	**17.519**
Despesa de imposto de renda (15%)	2.628
Despesa de imposto de renda adicional (10%)	1.728
Alíquota aproximada de imposto de renda	25%
Lucro antes da Contribuição Social	19.890
Adições	2
Exclusões	-
Compensação de base negativas CSLL	(4.966)
Juros sob capital próprio	(3.338)
Base de Cálculo CSLL	**11.588**
Despesa de contribuição social	1.043
Alíquota aproximada da Contribuição Social	5%

22. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração entende que a Companhia não possui contingências materiais nas áreas cível, tributária, trabalhistas e administrativa para as quais o reconhecimento ou a divulgação sejam aplicáveis.

23. SEGUROS

A Companhia adota a política de não contratar seguros para quaisquer riscos. As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Diretores Estatutários

Rodrigo A. Valadares Gontijo – Diretor
Bernardo A. Valadares Gontijo – Diretor

Responsável técnico
Ricardo Vilas Boas
Contador – CRC/MG 067.065/O

CARLOS PRATES

Aeroporto na Região Noroeste de BH encerra atividades, após pressão de moradores preocupados com acidentes e mortes frequentes. Empresas que atuam no local vivem momento de incertezas

Pousos e decolagens estão proibidos a partir de hoje

FOTOS GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A.PRESS

Com o fim das atividades, alguns aviões migrarão do Aeroporto Carlos Prates para o aeródromo de Pará de Minas, no Centro-Oeste do estado

Caroline Velásquez, sócia-proprietária de escola de aviação: “Dívidas, contas para pagar, de alunos e nossas. Foi um prazo muito curto, inviável para todos nós”

ISABELA BERNARDES E MAICON COSTA

A partir de hoje, pousos e decolagens estão proibidos no Aeroporto Carlos Prates, na Região Noroeste de Belo Horizonte, por determinação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O governo de Minas confirmou o fechamento por meio de nota enviada à imprensa. Desde terça-feira, o governador Romeu Zema, que esteve em Brasília, tentava prorrogar o prazo de desmonte do terminal por seis meses, mas o pedido foi negado pelo governo federal. Em nota, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade informou que levou em conta a complexidade da operação de desmonte, mas apesar dos esforços, respeita a decisão de manter o fechamento a partir de hoje. O terminal está sendo fechado após pressão de moradores preocupados com os acidentes e mortes nos últimos anos. Por outro lado, tristeza, preocupação, desânimo e incertezas marcaram o último dia de funcionamento do terminal entre as empresas que atuam no local, como escolas de pilotagem e oficinas de manutenção de aeronaves, terão suas atividades paralisadas.

O ambiente foi de desolação e questionamentos entre usuários. Caroline Velásquez, de 38 anos, diretora e sócia-proprietária da VelAir, escola de aviação civil, relatou o desânimo e afirmou que uma pequena parte dos aviões do Aeroporto Carlos Prates irá para o aeródromo de Pará de Minas, no Centro-Oeste de Minas. Segundo ela, o da Pampulha já está fechado para novas aeronaves. “Coração muito apertado, todo mundo preocupado, sem saber o que vai fazer. Dívidas, contas para pagar, de alunos e nossas. Foi um prazo muito curto, inviável para todos nós”.

Caroline contou que com a impossibilidade de esvaziar os locais, há um temor de que aconteçam furtos de maquinário. Segundo ela, nenhum dos usuários sabe o que fazer em relação ao problema. “A preocupação é gigante e o medo de invasões também. Não foi possível tirar muitas coisas, ferramentas, peças, todo o administrativo. Estamos sem saber, não temos notícias. Estamos esperando alguma resposta de alguém”.

Cláudio Jorge da Silva, de 56 anos, é proprietário da Claro Aviação, empresa de Manutenção e Hangaragem de Aeronaves. Ele disse que o momento é de tensão, pois cerca de 500 funcionários perderão o emprego e as empresas não têm para onde ir. “Está impactando mais de 2 mil pessoas, se contarmos as famílias dos funcionários, sem contar os empregos indiretos que são gerados, restaurantes da região, motoboys. Nesse tipo de trabalho você não sai de um emprego e entra em outro, porque não tem”.

O empresário disse que a Associação Voa Prates ainda está em contato com autoridades para tentar um adiamento do fechamento, mas que no momento só podem aguardar. “Nós não somos contra fechar o Prates. Nós somos contra fechar sem ter uma alternativa, que é um aeroporto na Grande BH. Aí nós saímos daqui e vamos para lá, mas o argumento que aqui é um lugar perigoso não se sustenta. Todas as estatísticas mostram o contrário. É tudo vontade política”.

Funcionários do aeroporto dividiram suas atividades ontem entre fazer manutenção nas aeronaves e guardar peças que seriam levadas para outros locais. Rafael Paranhos, de 29 anos, é auxiliar de manutenção de aeronaves e teme não conseguir se reinserir no mercado de trabalho após o fechamento do Aeroporto Carlos Prates. “Eu estou iniciando agora minha carreira e com o aeroporto e minha empresa fechando, vou perder meu emprego, o que vai interromper minha carreira. Eu peço para olharem para a parte tecnológica do aeroporto. Quando fecha o Prates, encerra áreas tecnológicas avançadas. São áreas muito específicas e técnicas”.

Marcos dos Santos, de 47 anos, trabalha como técnico em pintura de aeronaves. Com um filho que passa por problemas de saúde em casa, o profissional relatou muita preocupação e sentimento de desamparo em relação ao futuro de sua família. “Muita tristeza. Não sei o que vou fazer mais. Estou, praticamente, saindo da aviação. Estamos esperando dar 17h para largar serviços, sem saber o que vamos fazer na segunda-feira”.

Um lugar bastante citado para ser destino das aeronaves é o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, mais conhecido como aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. Apesar da sugestão de local, a solução não é tão fácil. De acordo com a Associação Voa Prates, a Pampulha passa longe de ter a capacidade de comportar a quantidade de aeronaves provenientes do Aeroporto Carlos Prates. Procurada pela reportagem do **Estado de Minas**, a administração do aeroporto da Pampulha afirmou que decisões sobre mudanças na operação do aeroporto dependem do governo federal e que não há mudanças no funcionamento e movimentação do local.

Pedido de prorrogação é negado

O governador Romeu Zema esteve em Brasília nesta semana para tentar negociar a prorrogação da retirada do material das empresas, mas não obteve êxito. “Apesar dos esforços empreendidos, o Governo de Minas respeita a decisão do governo federal de manter o plano de desmobilização e se coloca à disposição da Prefeitura de Belo Horizonte e dos cidadãos para contribuir no processo de desmonte, observando as limitações legais”, disse o governo do Estado, em nota.

De acordo com a administração estadual, “o pedido levou em conta a complexidade da operação, que envolve diferentes atores atuantes no aeroporto, bem como a necessidade de um adequado planejamento para minimizar os impactos sociais, incluindo possíveis perdas de empregos e a não execução de serviços já contratados”. A ideia era, segundo o governo estadual, “realizar e implementar um planejamento a respeito do aeródromo de maneira mais adequada, organizada e segura e com tempo hábil para reorganização de todos os envolvidos”.

A sócia-proprietária da VelAir, escola de aviação civil, Caroline Velásquez disse que nenhuma informação em relação a um adiamento foi repassada aos usuários. “A prorrogação não aconteceu, até o momento. Estamos aguardando. Temos feito algumas tentativas com autoridades, mas não tivemos retorno neste prazo tão curto. Estamos esperando algo acontecer, mas não sabemos de onde, nem de quem”.

MORADORES Se entre empresas e funcionários do Carlos Prates há tristeza e temor com o fechamento do terminal, entre a maioria dos moradores o sentimento é de alívio, embora tenha que seja contra a desativação. Vinícius dos Santos, de 30 anos, morador do Bairro Jardim Montanhês, na Região Noroeste de Belo Horizonte, afirmou que o fechamento do aeroporto trará mais segurança à população. “Não fica uma data boa sem cair um avião. Passa um tempo, vai e cai outro. O medo de todo mundo é que chegue um dia que o avião caia em cima de um na rua”.

Maria de Lourdes Pinto, de 66 anos, também moradora do Jardim Montanhês, comemorou a saída do aeroporto. “O que eu já vi de avião caindo aqui, meu Deus do céu. Tem dia que nem televisão dá para assistir por causa do barulho, muito cedo já começa as decolagens. A gente tem que ser firme, mas fico com medo”. Marta Rodrigues, por sua vez, também moradora da região do aeroporto, afirma que é contra o fechamento, por causa do desemprego que será causado em decorrência da desativação dos serviços. “Esse negócio de cair são acidentes, igual tem de carro. Eu só não concordo porque os funcionários do aeroporto vão trabalhar onde? São 500 pessoas empregadas”.

MARIA DE LOURDES/EM/D.A.PRESS

Maria de Lourdes comemora fechamento: “O que eu já vi de avião caindo aqui, meu Deus do céu”

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMATA LTDA. - SICOOB CREDIMATA. SICOOB CREDIMATA

CNPJ: 01.152.097/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMATA LTDA. - SICOOB CREDIMATA.

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDIMATA.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade Rede, Agenda de Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIMATA é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90,94% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda dois Agentes de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, Regimento Interno do Conselho Fiscal, Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIMATA registrou o total de 48 (quarenta e oito) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 13 (treze) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.
Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes dos Juros ao Capital	46,43%	11.487.097,04	7.844.578,91
Patrimônio Líquido	21,27%	59.098.640,40	48.734.701,81
Ativos	29,84%	482.480.192,08	371.609.668,39
Depósitos na Centralização Financeira	23,95%	172.171.294,85	138.903.045,87

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	15,63%	26.127	22.595

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 17,11% da carteira, no montante de R$ 46.359.929,69.

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	5,20%	55.049.159,21	52.327.092,24
Carteira Comercial	30,45%	214.195.631,51	164.199.934,64
Total	24,35%	269.244.790,72	216.527.026,88

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 15,97% da captação, no montante de R$ 57.587.760,07.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	11,67%	117.972.714,28	105.639.768,92
Depósitos sob aviso	-28,74%	63.316,64	88.854,44
Depósitos a prazo	33,13%	199.446.753,72	149.815.190,56
LCA	73,70%	26.110.415,56	15.031.579,01
LCI	0,00%	15.589.245,88	0,00
Total	32,75%	359.182.446,08	270.575.392,93

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	20,05%	53.829.022,25	44.840.499,29

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**482.480.192,08**	**371.609.668,39**
DISPONIBILIDADES	4	**5.918.807,65**	**5.764.554,02**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**475.654.133,85**	**360.864.176,91**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	18.159.482,51	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	8.977.691,05	-
Relações Interfinanceiras		172.171.294,85	138.904.695,37
Centralização Financeira	4	172.171.294,85	138.903.045,87
Outras Relações Interfinanceiras	7	-	1.649,50
Operações de Crédito	8	269.244.790,72	216.527.026,88
Outros Ativos Financeiros	9	7.100.874,72	5.432.454,66
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(14.086.358,68)**	**(11.559.689,11)**
(-) Operações de Crédito	8	(12.854.600,04)	(10.888.728,16)
(-) Outras	9.1	(1.231.758,64)	(670.960,95)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10	**363.360,86**	**358.901,19**
OUTROS ATIVOS	11	**2.947.608,59**	**1.986.305,69**
INVESTIMENTOS	12	**-**	**6.695.347,16**
IMOBILIZADO DE USO	13	**18.896.514,36**	**13.613.556,60**
INTANGÍVEL	14	**3.081,00**	**-**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13 e 14	**(7.216.955,55)**	**(6.113.484,07)**
TOTAL DO ATIVO		**482.480.192,08**	**371.609.668,39**

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**482.480.192,08**	**371.609.668,39**
DEPÓSITOS	15	**317.482.784,64**	**255.543.813,92**
Depósitos à Vista		117.972.714,28	105.639.768,92
Depósitos Sob Aviso		63.316,64	88.854,44
Depósitos a Prazo		199.446.753,72	149.815.190,56
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**88.129.951,11**	**52.501.812,92**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	16	41.699.661,44	15.031.579,01
Relações Interfinanceiras		41.384.426,97	34.283.631,75
Repasses Interfinanceiros	17	41.372.746,48	34.283.621,20
Outras Relações Interfinanceiras	18	11.680,49	10,55
Outros Passivos Financeiros	19	5.045.862,70	3.186.602,16
PROVISÕES	20	**3.192.059,63**	**2.751.834,84**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	21	**1.837.297,68**	**1.649.131,85**
OUTROS PASSIVOS	22	**12.739.458,62**	**10.428.373,05**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	**59.098.640,40**	**48.734.701,81**
CAPITAL SOCIAL		25.966.157,82	23.591.408,38
RESERVAS DE SOBRAS		22.782.709,59	18.379.599,49
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		10.349.772,99	6.763.693,94
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**482.480.192,08**	**371.609.668,39**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**22.763.790,91**	**(894.455,32)**	**15.806.648,62**	**-**	**4.471.232,45**	**42.147.216,66**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(447.123,25)	(447.123,25)
Constituição de Reservas		-	-	223.561,62	1.564.931,36	(1.788.492,98)	-
Distribuição de sobras para associados		2.182.663,02	-	-	-	(2.235.616,22)	(52.953,20)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.595.464,10	755.523,36	-	-	-	2.350.987,46
Por Devolução (-)		(2.809.962,69)	-	-	-	-	(2.809.962,69)
Estorno de Capital		(1.615,00)	-	-	-	-	(1.615,00)
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**95.801,87**	**95.801,87**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**7.844.578,91**	**7.844.578,91**
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	784.457,89	-	(784.457,89)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(392.228,95)	(392.228,95)
Saldos em 31/12/2021		**23.730.340,34**	**(138.931,96)**	**16.814.668,13**	**1.564.931,36**	**6.763.693,94**	**48.734.701,81**
Saldos em 31/12/2021		**23.730.340,34**	**(138.931,96)**	**16.814.668,13**	**1.564.931,36**	**6.763.693,94**	**48.734.701,81**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(338.184,70)	(338.184,70)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	(1.488.012,67)	(1.488.012,67)
Constituição de Reservas		-	-	3.381.846,97	-	(3.381.846,97)	-
Distribuição de sobras para associados		1.535.882,87	-	-	-	(1.555.649,60)	(19.766,73)
Outros Eventos/Reservas		**-**	**-**	**332.275,05**	**-**	**-**	**332.275,05**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.924.914,15	(42.797,09)	-	-	-	1.882.117,06
Por Devolução (-)		(1.036.029,49)	-	-	-	-	(1.036.029,49)
Estorno de Capital		(7.221,00)	-	-	-	-	(7.221,00)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**(472.986,77)**	**472.986,77**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**132.651,46**	**132.651,46**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**11.487.097,04**	**11.487.097,04**
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	1.161.974,85	-	(1.161.974,85)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(580.987,43)	(580.987,43)
Saldos em 31/12/2022		**26.147.886,87**	**(181.729,05)**	**21.690.765,00**	**1.091.944,59**	**10.349.772,99**	**59.098.640,40**
Saldos em 30/06/2022		**25.494.768,16**	**(121.897,83)**	**20.420.076,73**	**1.339.648,69**	**4.931.179,48**	**52.063.775,23**
Outros Eventos/Reservas		**-**	**-**	**108.713,42**	**-**	**-**	**108.713,42**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		1.231.523,53	(59.831,22)	-	-	-	1.171.692,31
Por Devolução (-)		(575.004,82)	-	-	-	-	(575.004,82)
Estorno de Capital		(3.400,00)	-	-	-	-	(3.400,00)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**-**	**(247.704,10)**	**247.704,10**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**132.651,46**	**132.651,46**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**6.781.200,23**	**6.781.200,23**
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	1.161.974,85	-	(1.161.974,85)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(580.987,43)	(580.987,43)
Saldos em 31/12/2022		**26.147.886,87**	**(181.729,05)**	**21.690.765,00**	**1.091.944,59**	**10.349.772,99**	**59.098.640,40**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**37.703.557,21**	**66.138.662,79**	**37.761.830,82**
Operações de Crédito	25	26.461.698,93	47.213.144,15	31.392.184,84
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	10.431.659,91	18.115.320,27	6.369.645,98
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	810.198,37	810.198,37	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**26**	**(19.768.264,92)**	**(33.245.915,70)**	**(13.707.835,60)**
Operações de Captação no Mercado	15.d	(13.862.198,88)	(22.955.968,45)	(7.005.051,19)
Operações de Empréstimos e Repasses	17.b	(1.370.202,24)	(2.574.261,19)	(1.168.947,96)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.535.863,80)	(7.715.686,06)	(5.533.836,45)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**17.935.292,29**	**32.892.747,09**	**24.053.995,22**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(9.801.068,60)**	**(19.465.338,12)**	**(15.009.735,68)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	4.532.604,11	8.432.246,20	7.536.702,33
Rendas de Tarifas	28	4.052.847,90	7.882.694,37	6.978.713,44
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29	(11.056.163,22)	(21.508.304,54)	(16.958.731,01)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30	(8.691.040,53)	(16.863.558,01)	(14.317.910,56)
Dispêndios e Despesas Tributárias	31	(342.697,31)	(612.524,42)	(581.894,94)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	32	2.692.141,36	5.098.442,55	3.960.533,73
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	33	(988.760,91)	(1.894.334,27)	(1.627.148,67)
PROVISÕES	**34**	**(245.083,89)**	**(449.585,31)**	**(318.363,71)**
Provisões/Reversões para Contingências		(128.187,01)	(220.406,44)	(140.541,18)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(116.896,88)	(229.178,87)	(177.822,53)
RESULTADO OPERACIONAL		**7.889.139,80**	**12.977.823,66**	**8.725.895,83**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**35**	**72.087,88**	**91.764,66**	**(13.573,86)**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**7.961.227,68**	**13.069.588,32**	**8.712.321,97**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**24**	**(525.775,17)**	**(928.239,00)**	**(867.743,06)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(317.236,91)	(564.487,12)	(492.946,39)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(208.538,26)	(363.751,88)	(374.796,67)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		**(654.252,28)**	**(654.252,28)**	**-**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**6.781.200,23**	**11.487.097,04**	**7.844.578,91**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**6.781.200,23**	**11.487.097,04**	**7.844.578,91**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**6.781.200,23**	**11.487.097,04**	**7.844.578,91**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**7.961.227,68**	**13.069.588,32**	**8.712.321,97**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(884.413,07)	(884.413,07)	(235.120,35)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(337.277,05)	(190.331,42)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.535.863,80	7.715.686,06	5.533.836,45
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		116.896,88	229.178,87	177.822,53
Provisões/Reversões para Contingências		128.187,01	220.406,44	140.541,18
Atualização de Depósitos em Garantia		-	(42.093,71)	(47.502,81)
Depreciações e Amortizações		629.153,07	1.226.758,94	1.129.313,28
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**12.486.915,37**	**21.197.834,80**	**15.220.880,83**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(18.159.482,51)	(18.159.482,51)	-
Títulos e Valores Mobiliários		(2.074.987,53)	(2.282.343,89)	-
Relações Interfinanceiras		76.598,73	1.649,50	38,50
Operações de Crédito		(35.200.064,94)	(56.902.386,70)	(62.302.362,01)
Outros Ativos Financeiros		(1.200.020,00)	(2.630.719,98)	(2.007.147,07)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(223.411,53)	(4.459,67)	(358.764,35)
Outros Ativos		360.616,83	(961.302,90)	34.444,63
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		13.919.488,97	12.332.945,36	(2.016.872,55)
Depósitos sob Aviso		3.012,38	(25.537,80)	(74.094,56)
Depósitos a Prazo		33.563.311,44	49.631.563,16	23.712.337,25
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		12.737.446,02	26.668.082,43	5.013.650,54
Relações Interfinanceiras		(151.028,59)	7.100.795,22	25.429.133,32
Outros Passivos Financeiros		4.300.607,25	1.859.260,54	961.049,93
Provisões		2.327,30	(9.360,52)	(22.862,48)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		135.206,01	127.669,89	144.411,54
Outros Passivos		(1.625.489,97)	1.656.833,29	4.479.222,39
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES.		-	(338.184,70)	(447.123,25)
FATES - Atos Cooperativos		(580.987,43)	(580.987,43)	(392.228,95)
Outras Destinações		-	(1.488.012,67)	-
Imposto de Renda Pago		-	(492.946,39)	(278.368,24)
Contribuição Social Pago		-	(374.796,67)	(178.537,43)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**18.370.057,80**	**36.326.112,36**	**6.916.808,04**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	35.061,28	8.560,99
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	302.215,77	181.770,43
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		884.413,07	884.413,07	235.120,35
Aquisição de Intangível		(3.081,00)	(3.081,00)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4.011.178,93)	(5.406.245,22)	(1.500.447,90)
Aquisição de Investimentos		-	-	(407.803,00)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(3.129.846,86)**	**(4.187.636,10)**	**(1.482.799,13)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.171.692,31	1.882.117,06	2.350.987,46
Devolução de Capital à Cooperados		(575.004,82)	(1.036.029,49)	(2.809.962,69)
Estorno de Capital		(3.400,00)	(7.221,00)	(1.615,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(19.766,73)	(52.953,20)
Reversão/Realização de Fundos		132.651,46	132.651,46	95.801,87
Outros Eventos/Reservas		108.713,42	332.275,05	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**834.652,37**	**1.284.026,35**	**(417.741,56)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**16.074.863,31**	**33.422.502,61**	**5.016.267,35**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período	**4**	162.015.239,19	144.667.599,89	139.651.332,54
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	**4**	178.090.102,50	178.090.102,50	144.667.599,89
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**16.074.863,31**	**33.422.502,61**	**5.016.267,35**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMATA LTDA. - SICOOB CREDIMATA.**, doravante denominado **SICOOB CREDIMATA**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **20/05/1995**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA** – **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIMATA, sediado à **RUA ELIAS BOUHID, N° 38, CENTRO, VOLTA GRANDE - MG**, possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ALÉM PARAÍBA - MG, SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - MG, SAPUCAIA - RJ, SENADOR CORTES - MG, LEOPOLDINA - MG, LARANJAL - MG, RECREIO - MG, PALMA - MG, ITAMARATI DE MINAS - MG, SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG, MARIPÁ DE MINAS - MG, ROCHEDO DE MINAS - MG, RIO NOVO - MG, JUIZ DE FORA CENTRO - MG, MAR DE ESPANHA - MG, BICAS - MG, PIRAPETINGA - MG, DESCOBERTO – MG, JUIZ DE FORA BENFICA – MG, JUIZ DE FORA MOINHO – MG, CATAGUASES – MG, TERESÓPOLIS - RJ e PA DIGITAL.

O SICOOB CREDIMATA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **16/03/2023**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 42.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB n° 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n° 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIMATA contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos. Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIMATA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

SICOOB Credimata

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMATA LTDA. - SICOOB CREDIMATA. SICOOB CREDIMATA

CNPJ: 01.152.097/0001-10

• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa
O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	5.918.807,65	5.764.554,02
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) – Nota 37.2 (a)	172.171.294,85	138.903.045,87
TOTAL	**178.090.102,50**	**144.667.599,89**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira - Nota 37.2 (b)	10.431.659,91	18.115.320,27	6.369.645,98

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas (a)	18.159.482,51	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**18.159.482,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de 101,00% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	810.198,37	810.198,37	0,00

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito - Nota 37.2 (a)	0,00	8.832.472,41	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	145.218,64	0,00	0,00
TOTAL (a)	**0,00**	**8.977.691,05**	**0,00**	**0,00**

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN n° 4.817/2020.

7. Outras Relações Interfinanceiras Ativas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Correspondentes No País	0,00	0,00	1.649,50	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**1.649,50**	**0,00**

8. Operações de Crédito
a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	93.946.837,05	78.292.569,26	**172.239.406,31**	73.420.670,00	62.254.910,39	**135.675.580,39**
Financiamentos	14.446.415,88	27.509.809,32	**41.956.225,20**	10.111.077,87	18.413.276,38	**28.524.354,25**
Financiamentos Rurais	20.516.725,11	34.532.434,10	**55.049.159,21**	21.165.407,46	31.161.684,78	**52.327.092,24**
Total de Operações de Crédito	**128.909.978,04**	**140.334.812,68**	**269.244.790,72**	**104.697.155,33**	**111.829.871,55**	**216.527.026,88**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.044.317,52)	(5.810.282,52)	**(12.854.600,04)**	(5.425.503,52)	(5.463.224,64)	**(10.888.728,16)**
TOTAL	**121.865.660,52**	**134.524.530,16**	**256.390.190,68**	**99.271.651,81**	**106.366.646,91**	**205.638.298,72**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível	Percentual de Risco	Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	8.271.859,45	2.252.231,80	12.425.376,18	22.949.467,43	0,00	24.090.806,58	0,00
A	0,5%	Normal	48.024.183,36	12.750.369,95	23.964.159,32	84.738.712,63	(423.693,71)	67.650.984,12	(338.255,05)
B	1%	Normal	57.426.189,02	18.928.174,69	13.244.537,22	89.598.900,93	(895.989,16)	64.431.486,15	(644.315,00)
B	1%	Vencidas	195.795,12	10.727,67	0,00	206.522,79	(2.065,38)	265.778,92	(2.657,93)
C	3%	Normal	37.148.463,93	5.718.240,87	3.488.562,34	46.355.267,14	(1.390.658,16)	40.990.001,98	(1.229.700,20)
C	3%	Vencidas	868.726,07	145.059,09	0,00	1.013.785,16	(30.413,70)	695.816,43	(20.874,63)
D	10%	Normal	6.150.684,85	898.810,17	559.969,07	7.609.464,09	(760.946,56)	7.152.991,02	(715.299,24)
D	10%	Vencidas	1.978.978,17	397.094,79	94.598,28	2.470.671,24	(247.067,27)	573.102,64	(57.310,40)
E	30%	Normal	1.993.421,21	228.609,91	959.630,72	3.181.661,84	(954.498,70)	1.290.946,66	(387.284,14)
E	30%	Vencidas	912.625,90	93.115,81	9.366,25	1.015.107,96	(304.532,53)	688.797,61	(206.639,42)
F	50%	Normal	1.136.660,55	74.755,43	14.017,63	1.225.433,61	(612.716,94)	1.418.994,77	(709.497,53)
F	50%	Vencidas	2.081.928,62	92.421,32	288.942,20	2.463.292,14	(1.231.646,21)	816.792,95	(408.396,62)
G	70%	Normal	381.685,58	32.379,32	0,00	414.064,90	(289.845,57)	277.014,44	(193.910,25)
G	70%	Vencidas	895.048,13	77.994,55	0,00	973.042,68	(681.129,97)	696.416,54	(487.491,68)
H	100%	Normal	1.544.383,88	114.887,16	0,00	1.659.271,04	(1.659.271,04)	1.768.986,27	(1.768.986,27)
H	100%	Vencidas	3.228.772,47	141.352,67	0,00	3.370.125,14	(3.370.125,14)	3.718.109,80	(3.718.109,80)
Total Normal			**162.077.531,83**	**40.998.459,30**	**54.656.252,48**	**257.732.243,61**	**(6.987.619,84)**	**209.072.211,99**	**(5.987.247,68)**
Total Vencidos			**10.161.874,48**	**957.765,90**	**392.906,73**	**11.512.547,11**	**(5.866.980,20)**	**7.454.814,89**	**(4.901.480,48)**
Total Geral			**172.239.406,31**	**41.956.225,20**	**55.049.159,21**	**269.244.790,72**	**(12.854.600,04)**	**216.527.026,88**	**(10.888.728,16)**
Provisões			**(10.917.802,96)**	**(1.072.238,11)**	**(864.558,97)**	**(12.854.600,04)**		**(10.888.728,16)**	
Total Líquido			**161.321.603,35**	**40.883.987,09**	**54.184.600,24**	**256.390.190,68**		**205.638.298,72**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	55.080.011,60	38.866.825,45	78.292.569,26	172.239.406,31
Financiamentos	4.049.464,88	10.396.951,00	27.509.809,32	41.956.225,20
Financiamentos Rurais	5.396.167,02	15.120.558,09	34.532.434,10	55.049.159,21
TOTAL	**64.525.643,50**	**64.384.334,54**	**140.334.812,68**	**269.244.790,72**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	12.413.931,30	1.345.949,37	0,00	13.759.880,67	**5,11%**
Setor Privado - Indústria	9.665.953,58	674.280,51	0,00	10.340.234,09	**3,84%**
Setor Privado - Serviços	107.894.963,49	24.781.752,07	1.748.506,18	134.425.221,74	**49,93%**
Pessoa Física	39.784.690,78	15.090.801,44	53.300.653,03	108.176.145,25	**40,18%**
Outros	2.479.867,16	63.441,81	0,00	2.543.308,97	**0,94%**
TOTAL	**172.239.406,31**	**41.956.225,20**	**55.049.159,21**	**269.244.790,72**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**10.888.728,16**	**8.697.643,66**
Constituições/ Reversões no período	6.151.838,71	4.842.123,91
Transferência para prejuízo no período	(4.185.966,83)	(2.651.039,41)
Saldo Final	**12.854.600,04**	**10.888.728,16**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	5.579.276,42	2,06%	2.933.984,96	1,35%
10 Maiores Devedores	32.649.509,47	12,05%	21.674.920,83	9,95%
50 Maiores Devedores	68.095.193,02	25,13%	50.044.978,59	22,98%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**14.403.229,96**	**13.933.726,05**
Valor das operações transferidas no período	5.189.020,76	2.998.575,61
Valor das operações recuperadas no período	(5.756.585,54)	(1.618.251,15)
Valor das operações renegociadas no período	(562.230,89)	(641.929,39)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(266.101,69)	(268.891,16)
Saldo Final	**13.007.332,60**	**14.403.229,96**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

9. Outros Ativos Financeiros
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.363.769,52	0,00	800.027,36	0,00
Rendas a Receber (b)	2.518.439,33	0,00	1.584.154,44	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	331.266,58	339.003,79	235.024,84	422.504,60
Títulos e Créditos a Receber (d)	364.188,73	0,00	262.838,38	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	2.184.206,77	0,00	0,00	2.127.905,04
TOTAL	**6.761.870,93**	**339.003,79**	**2.882.045,02**	**2.550.409,64**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 45.841,61); Rendas de Cartões (R$ 391.161,06); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 1.955.442,53); e outros (R$ 125.994,13);
(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;
(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 364.188,73);
(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R$ 629.605,56); Pis Folha (R$ 410.713,89); COFINS (R$ 1.018.544,41); e outros (R$ 125.342,91).

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros
A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.121.318,67)	0,00	(653.639,52)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(103.822,37)	(6.617,60)	(6.061,39)	(11.260,04)
TOTAL	**(1.225.141,04)**	**(6.617,60)**	**(659.700,91)**	**(11.260,04)**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível	Percentual de Risco	Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	0,5%	Normal	0,00	170.927,57	170.927,57	(854,65)	96.178,12	(480,90)
B	1%	Normal	0,00	20.976,38	20.976,38	(209,77)	0,00	0,00
C	3%	Normal	0,00	365.900,88	365.900,88	(10.977,05)	561.351,32	(16.840,56)
D	10%	Normal	0,00	15.630,00	15.630,00	(1.563,02)	0,00	0,00
E	30%	Vencidas	145.875,84	0,00	145.875,84	(43.762,77)	85.628,70	(25.688,63)
F	50%	Vencidas	208.590,01	0,00	208.590,01	(104.295,03)	87.494,07	(43.747,06)
G	70%	Vencidas	120.142,99	0,00	120.142,99	(84.100,13)	142.336,09	(99.635,30)
H	100%	Vencidas	889.160,68	96.835,54	985.996,22	(985.996,22)	484.568,50	(484.568,50)
Total Normal			**0,00**	**573.434,83**	**573.434,83**	**(13.604,49)**	**657.529,44**	**(17.321,46)**
Total Vencidos			**1.363.769,52**	**96.835,54**	**1.460.605,06**	**(1.218.154,15)**	**800.027,36**	**(653.639,49)**
Total Geral			**1.363.769,52**	**670.270,37**	**2.034.039,89**	**(1.231.758,64)**	**1.457.556,80**	**(670.960,95)**
Provisões			**(1.121.318,67)**	**(110.439,97)**	**(1.231.758,64)**		**(670.960,95)**	
Total Líquido			**242.450,85**	**559.830,40**	**802.281,25**		**786.595,85**	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	363.017,87	0,00	358.901,19	0,00
Imposto de Renda a Recuperar	342,99	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**363.360,86**	**0,00**	**358.901,19**	**0,00**

11. Outros Ativos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	44.581,14	0,00	141.353,34	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	349.220,94	0,00	253.176,79	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	328.460,39	0,00	62.991,00	0,00
Pagamentos a Ressarcir	27,09	0,00	4.668,49	0,00
Devedores Diversos – País (a)	163.931,42	0,00	33.143,24	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	66.955,91	1.422.458,41	1.150.157,40	0,00
Despesas Antecipadas (c)	571.973,29	0,00	340.815,43	0,00
TOTAL	**1.525.150,18**	**1.422.458,41**	**1.986.305,69**	**0,00**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 58.787,82); Seguros Contratados a Receber (R$ 7.645,69); Plano de Saúde a Receber (R$ 0,00); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 23.072,36); e outros (R$ 74.425,55);
(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

12. Investimentos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito - Nota 37.2 (a)	0,00	6.550.128,52
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	0,00	145.218,64
TOTAL (a)	**0,00**	**6.695.347,16**

(a) Em atendimento a Resolução CMN n° 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

13. Imobilizado de Uso
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		3.683.708,97	601.301,43
Terrenos		362.732,27	362.732,27
Edificações	4%	1.660.916,16	1.660.916,16
Instalações	10%	1.269.772,07	1.108.327,98
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.538.663,75	2.723.156,38
Sistema de Processamento de Dados	20%	5.089.548,03	4.417.338,65
Sistema de Segurança	10%	1.478.664,66	1.189.688,45
Sistema de Transporte	20%	517.119,91	325.566,34
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		1.295.388,54	1.224.528,94
Total de Imobilizado de Uso		**18.896.514,36**	**13.613.556,60**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(866.630,93)	(804.453,65)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(630.299,47)	(548.003,51)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(5.332.140,95)	(4.422.223,24)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(242.750,66)	(244.306,93)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(144.890,48)	(94.496,74)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(7.216.712,49)**	**(6.113.484,07)**
TOTAL		**11.679.801,87**	**7.500.072,53**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

14. Intangível
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	3.081,00	0,00
Intangível		**3.081,00**	**0,00**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(243,06)	0,00
Total de Amortização de ativos Intangíveis		**(243,06)**	**0,00**
TOTAL		**2.837,94**	**0,00**

15. Depósitos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	117.972.714,28	0,00	105.639.768,92	0,00
Depósito Sob Aviso (b)	63.316,64	0,00	88.854,44	0,00
Depósito a Prazo (b)	199.055.709,07	391.044,65	149.747.834,40	67.356,16
TOTAL	**317.091.739,99**	**391.044,65**	**255.476.457,76**	**67.356,16**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".
c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	8.407.778,45	2,33%	6.866.936,26	2,53%
10 Maiores Depositantes	39.868.979,10	11,06%	23.905.348,48	8,79%
50 Maiores Depositantes	85.909.331,36	23,82%	52.922.846,63	19,46%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(3.779,72)	(7.041,84)	(4.751,01)
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.443.769,93)	(19.347.854,40)	(6.084.137,46)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.190.343,88)	(1.945.406,41)	(521.816,72)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(979.479,64)	(1.204.316,95)	(5.172,51)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(244.825,71)	(451.348,85)	(389.173,49)
TOTAL	**(13.862.198,88)**	**(22.955.968,45)**	**(7.005.051,19)**

16. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	15.589.245,88	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	22.934.064,48	3.176.351,08	15.031.579,01	0,00
TOTAL	**38.523.310,36**	**3.176.351,08**	**15.031.579,01**	**0,00**

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 15.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

17. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses
São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:
a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	12.133.198,41	29.239.548,07	11.261.442,24	23.022.178,96
TOTAL	**12.133.198,41**	**29.239.548,07**	**11.261.442,24**	**23.022.178,96**

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,09 % ao ano, com vencimento até 26/09/2030.
b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.370.202,24)	(1.370.202,24)	(805.578,67)
Outras Instituições	0,00	(1.204.058,95)	(363.369,29)
TOTAL	**(1.370.202,24)**	**(2.574.261,19)**	**(1.168.947,96)**

18. Outras Relações Interfinanceiras Passivas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Correspondentes no País	11.680,49	0,00	10,55	0,00
TOTAL	**11.680,49**	**0,00**	**10,55**	**0,00**

19. Outros Passivos Financeiros
Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	4.755.906,25	0,00	2.952.483,45	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	152.415,40	0,00	88.626,31	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	137.541,05	0,00	145.492,40	0,00
TOTAL	**5.045.862,70**	**0,00**	**3.186.602,16**	**0,00**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R$ 8.009,99); Ordens de Pagamento (R$ 4.657.689,03); e outros (R$ 90.207,23);
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 106.228,15); Municipais (R$ 25.344,64); e outros (R$ 5.968,26).

20. Provisões
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	742.783,17	29.805,96	525.206,04	18.204,22
Provisão Para Contingências (b)	2.419.470,50	0,00	0,00	2.208.424,58
TOTAL	**3.162.253,67**	**29.805,96**	**525.206,04**	**2.226.628,80**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	31.695.777,18	24.464.093,37
TOTAL	**31.695.777,18**	**24.464.093,37**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais
Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.
Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	629.605,56	629.605,56	617.378,33	617.378,33
PIS FOLHA	542.994,27	410.713,89	428.741,53	380.139,73
COFINS	1.018.544,41	1.018.544,41	998.763,81	998.763,81
Trabalhistas	8.035,17	8.035,17	8.035,17	8.035,17
Outras Contingências	220.291,09	117.307,74	155.505,74	123.588,00
TOTAL	**2.419.470,50**	**2.184.206,77**	**2.208.424,58**	**2.127.905,04**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIMATA, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ 3.165.841,04**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

21. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	928.239,00	0,00	867.743,06	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	46.423,14	0,00	58.454,44	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	715.506,12	0,00	642.155,04	0,00
Outros	147.129,42	0,00	80.779,31	0,00
TOTAL	**1.837.297,68**	**0,00**	**1.649.131,85**	**0,00**

22. Outros Passivos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	7.188.754,71	0,00	4.458.308,46	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.455.004,74	0,00	1.253.889,99	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	2.843.975,66	0,00	2.676.538,14	0,00
Credores Diversos – País (d)	1.251.723,51	0,00	2.039.636,46	0,00
TOTAL	**12.739.458,62**	**0,00**	**10.428.373,05**	**0,00**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	654.252,28	0,00	0,00	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	16.500,00	0,00	15.000,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.933.797,83	0,00	2.910.075,57	0,00
Fundos Voluntários	1.488.012,67	0,00	0,00	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.096.191,93	0,00	1.533.232,89	0,00
TOTAL	**7.188.754,71**	**0,00**	**4.458.308,46**	**0,00**

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;
(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$ 2.166.227,14); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 58.125,07); Seguro Prestamista (R$ 276.473,46); Despesas com Cartões (R$ 83.252,84); Compensação (R$ 133.719,18); e outros (R$ 126.177,97);
(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 81.294,66); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R$ 55.442,34); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 191.732,35); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 90.009,61); Créditos De Terceiro.- Ativos Não Fin. Mant. p/ Ven. (R$ 659.602,32); Desconto Folha Pgto. - Crédito Consignado (R$ 89.991,36); e outros (R$ 83.650,87).

23. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	25.966.157,82	23.591.408,38
Associados	26.127	22.595

b) Fundo de Reserva
Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.
No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R$ 108.713,42.
Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".
c) Outras – Reserva Estatutária
Constituída para cobertura de operações de crédito reestruturada.
d) Sobras Acumuladas
As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:
• 5% para FATES, no valor de R$338.184,70;
• 22% para Fundo para cobertura de despesas oriundas de Processo Judicial, no valor de R$1.488.012,67;
• 50% para Fundo de Reserva, no valor de R$3.381.846,97;
• 23% para os associados, no valor de R$1.555.649,60;
e) Destinações Estatutárias e Legais
A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	**11.487.097,04**	**7.844.578,91**
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	132.651,46	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**11.619.748,50**	**7.844.578,91**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(1.161.974,85)	(784.457,89)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(580.987,43)	(392.228,95)
(+) Reversão/Realização de Reservas	472.986,77	0,00
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	95.801,87
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**10.349.772,99**	**6.763.693,94**

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

24. Resultado de Atos Não Cooperativos
São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**6.073.707,58**	**6.009.976,09**
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.571.862,15)	(985.499,65)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.326.181,92)	(2.968.519,49)
Resultado operacional	**2.175.663,51**	**2.055.956,95**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	91.764,66	(13.573,86)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.267.428,17**	**2.042.383,09**
IRPJ/CSLL	(928.239,00)	(867.743,06)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(2.473.667,64)	(1.623.710,20)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**(1.134.478,46)**	**(449.070,18)**

25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	175.416,93	326.570,56	252.620,51
Rendas de Empréstimos	15.412.116,68	27.951.944,98	18.935.955,69
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.846.522,77	5.806.356,46	2.093.294,06
Rendas de Financiamentos	3.780.846,07	6.598.400,97	3.995.086,79
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.658.800,56	3.025.957,95	2.530.855,52
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	161.411,16	232.881,24	29.366,29
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	502.243,44	1.231.404,61	1.276.228,56
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	72.913,40	136.341,89	2.190,85
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	68,92	1.763,38	8.874,73
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	851.359,00	1.901.522,11	2.267.711,84
TOTAL	**26.461.698,93**	**47.213.144,15**	**31.392.184,84**

26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(13.862.198,88)	(22.955.968,45)	(7.005.051,19)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.370.202,24)	(2.574.261,19)	(1.168.947,96)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.448.038,82	7.350.597,51	5.095.797,19
Reversões de Provisões para Outros Créditos	96.806,23	152.045,57	160.109,29
Provisões para Operações de Crédito	(6.999.259,22)	(13.501.092,25)	(9.937.915,15)
Provisões para Outros Créditos	(1.081.449,63)	(1.717.236,89)	(851.827,78)
TOTAL	**(19.768.264,92)**	**(33.245.915,70)**	**(13.707.835,60)**

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	910.097,02	1.763.755,92	1.563.022,30
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	0,00	21.603,56
Rendas de Convênios	134.374,55	273.155,17	267.607,46
Rendas de Comissão	2.216.916,28	3.955.981,65	3.644.408,29
Rendas de Credenciamento	0,00	2.833,27	2.867,68
Rendas de Cartões	825.315,75	1.565.588,65	1.432.816,79
Rendas de Outros Serviços	445.900,51	870.931,54	604.376,25
TOTAL	**4.532.604,11**	**8.432.246,20**	**7.536.702,33**

28. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.526.496,40	3.015.788,41	2.499.716,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	271.922,85	534.439,46	563.651,60
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	8.839,75	15.885,45	14.227,21
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.245.588,90	4.316.581,05	3.901.118,13
TOTAL	**4.052.847,90**	**7.882.694,37**	**6.978.713,44**

29. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(94.314,90)	(191.612,19)	(185.172,38)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(970.992,34)	(1.898.173,29)	(1.625.270,79)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.976.315,18)	(3.878.772,79)	(2.520.690,65)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.120.292,28)	(4.210.370,23)	(3.442.303,74)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.864.875,22)	(11.258.840,70)	(9.159.751,45)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(29.373,30)	(70.535,34)	(25.542,00)
TOTAL	**(11.056.163,22)**	**(21.508.304,54)**	**(16.958.731,01)**

30. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(192.686,66)	(500.445,28)	(523.697,28)
Despesas de Aluguéis	(1.028.610,14)	(1.994.476,80)	(1.453.347,77)
Despesas de Comunicações	(525.332,95)	(1.005.747,73)	(1.081.551,44)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(333.581,45)	(639.221,91)	(426.162,02)
Despesas de Material	(82.780,92)	(177.469,89)	(205.585,97)
Despesas de Processamento de Dados	(832.567,49)	(1.563.430,00)	(1.443.138,45)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(299.566,64)	(533.633,32)	(232.195,11)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(80.156,33)	(150.368,53)	(83.962,13)
Despesas de Publicações	0,00	0,00	(2.993,90)
Despesas de Seguros	(96.858,17)	(145.553,06)	(42.065,88)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.520.790,89)	(2.861.734,75)	(2.264.507,52)
Despesas de Serviços de Terceiros	(598.899,13)	(967.622,48)	(650.358,16)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(695.613,32)	(1.560.253,52)	(1.626.077,77)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(233.931,31)	(630.498,23)	(830.917,68)
Despesas de Transporte	(301.691,70)	(658.867,62)	(540.515,39)
Despesas de Viagem no País	(172.656,92)	(259.008,96)	(129.369,18)
Despesas de Amortização	(243,06)	(243,06)	0,00
Despesas de Depreciação	(628.910,01)	(1.226.515,88)	(1.129.313,28)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(143.923,83)	(289.986,10)	(152.130,62)
Despesas Rateadas da Central - Nota 37.2 (b)	(322.594,05)	(572.942,49)	(664.545,92)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(125.662,80)	(230.129,20)	(197.917,64)
Despesa de Contribuição a OCE	(47.459,43)	(87.008,48)	(69.303,39)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(139.500,67)	(302.251,54)	(154.988,76)
Despesas de Serviços de Tesouraria do Banco Sicoob	0,00	0,00	(267,90)
Outras Despesas Administrativas	(287.022,66)	(506.149,18)	(412.997,40)
TOTAL	**(8.691.040,53)**	**(16.863.558,01)**	**(14.317.910,56)**

31. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(57.409,33)	(91.383,52)	(69.204,85)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(132.103,83)	(237.916,27)	(228.147,58)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(131.771,32)	(242.948,31)	(240.399,04)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(21.412,83)	(40.276,32)	(44.143,47)
TOTAL	**(342.697,31)**	**(612.524,42)**	**(581.894,94)**

32. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	18.970,24	366.053,54	327.319,22
Imposto de Renda - Reversão de Provisões Operacionais 10.031,07		0,00	0,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	22.026,23	22.026,23	0,00
Dividendos	0,00	35.061,28	8.560,99
Distribuição de sobras da central	0,00	302.215,77	181.770,43
Atualização depósitos judiciais	0,00	42.093,71	47.502,81
Rendas de Repasses Interfinanceiros	374,69	809,93	1.639,40
Outras rendas operacionais	81.636,36	155.229,81	117.188,13
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	1.684.720,77	3.290.539,21	3.031.401,33
Juros ao Capital Recebidos da Central	884.413,07	884.413,07	235.120,35
TOTAL	**2.692.141,36**	**5.098.442,55**	**3.960.533,73**

33. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(15.913,52)	(35.370,73)	(223.316,27)
Outras Despesas Operacionais	(329.356,35)	(603.170,45)	(220.298,03)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(37.054,44)	(71.152,60)	(55.980,43)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(311.319,95)	(582.868,72)	(399.068,02)
Outras Contribuições Diversas	(176.366,09)	(328.333,03)	(373.310,35)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(25.603,06)	(108.369,77)	(69.870,92)
Perdas - Fraudes Externas	0,00	0,00	(1.018,46)
Perdas - Práticas Inadequadas	0,00	(31.967,29)	(187.869,16)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	(450,22)	(615,16)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(93.147,50)	(132.651,46)	(95.801,87)
TOTAL	**(988.760,91)**	**(1.894.334,27)**	**(1.627.148,67)**

34. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	**(128.187,01)**	**(220.406,44)**	**(140.541,18)**
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(324,02)
Provisões para Contingências	(130.887,01)	(230.106,44)	(167.656,49)
Reversões de Provisões para Contingências	2.700,00	9.700,00	27.439,33
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(116.896,88)**	**(229.178,87)**	**(177.822,53)**
Provisões para Garantias Prestadas	**(564.086,88)**	**(1.036.477,76)**	**(697.997,82)**
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	447.190,00	807.298,89	520.175,29
TOTAL	**(245.083,89)**	**(449.585,31)**	**(318.363,71)**

SUPERLOTAÇÃO

Tomando como referência a Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves, juiz de BH determina que 400 detentos permaneçam em casa em dias e horários pré-definidos

Pena em regime domiciliar

Larissa Cavalcante*

Por causa da superlotação nos presídios da Grande BH, o juiz de direito da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, Luiz Carlos Rezende e Santos, determinou ontem que 400 detentos cumpram pena em regime domiciliar, por falta de vagas no regime semiaberto.

A decisão foi tomada a partir de um caso específico. A Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves, estava transferindo os presos para a Casa do Albergado Presidente João Pessoa, em Belo Horizonte. Entretanto, o local é destinado exclusivamente a policiais que cometeram crimes, e não poderia ser usado para abrigar presos dos regimes aberto e semiaberto.

Segundo a decisão, os detentos deverão ficar em casa durante os dias de semana, entre 19h30 e 6h. Durante sábados, domingos e feriados deverão permanecer em casa das 6h às 15h30.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) informou que adotará todas as medidas judiciais cabíveis para reverter a decisão, tendo em vista que cabe ao Poder Executivo a gestão de vagas estadualizada do sistema prisional, cuja ocupação é bastante dinâmica, devido às constantes solturas e prisões.

Até o momento da publicação desta reportagem, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) informou que não havia sido notificada formalmente da decisão jurídica.

DIVULGAÇÃO

Presídios mineiros, como o José Maria Alkimin, estão lotados

* Estagiária sob supervisão do subeditor João Alberto Aguiar

INCÊNDIO DESTRÓI 50 VEÍCULOS

DIVULGAÇÃO

Cerca de 50 veículos estacionados no pátio do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), no Bairro Goiânia, Região Nordeste de Belo Horizonte, se queimaram depois que um incêndio atingiu o local no início da noite de ontem. Aproximadamente 15 militares do Corpo de Bombeiros (CBMMG) atuaram no combate às chamas. Informações iniciais davam conta de que o fogo teria começado em uma área de vegetação, ao lado do pátio, se alastrado e atingido os carros. Até o fechamento desta edição não havia informações sobre o que teria provocado o fogo. A ocorrência ainda está em andamento.

FLORESTA

1 LUGAR CERTO COMPRA E VENDA

[RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE]

F

Floresta

3 QUARTOS 31-99607-9687 Armários, sala 2 amb. 2 bhs, cozinha, dce, garagem cob. privativa, 2 and. 450 mil C1815

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Apto 150 m2 próx. pça Liberdade, 3qtos, porteiro, 1vg, vazio J26 RB1678- 550mil
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

L

Lourdes

LOURDES
Cobertura linear em frente ao Minas, área 684m2, 4 suítes, varanda, sauna, 6 vagasj26 RB 562
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

LOURDES
Apartamento 180m2 próx. praç. Marília de Dirceu, 4qtos, varandão, 3vgas, lazer completo, jardins j26 RB 1654
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

LOURDES
Apartamento 130m2 Alvarenga Peixoto 3 qts c/armarios ,suite, 2vagas, lazer completo, sala ampla portaria 24hrs j26 RB 1654
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

S

Santo Agostinho

SANTO AGOST.
Apto 182m2, 4 quartos, varanda, linda vista, 2 suítes, 3 vagas, ar. serv., andar alto j26 RB 820
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

Serra

SERRA
Apto 150m2, 3 qtos, suíte, 2 vagas, elevador,local plano e silencioso J26 RB336 - 575 mil
99985-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[LOTES E ÁREAS]

Grande Belo Horizonte

ESMERALDAS 31-99607-9687 Andiroba, lote plano, 360m2,matriculado, C1815

GRANDE BELO HORIZONTE

LAGOA SANTA 31-99683-5888 Troco ótimo lote em Lagoa Santa na grande BH/MG por apartamento na praia, volto diferença de valores, tratar proprietário.

1 LUGAR CERTO ALUGUEL

[RESIDENCIAIS BELO HORIZONTE]

F

Funcionários

FUNCIONÁRIOS
Apto 90 m2, 2 qtos c/ armários, suíte, varanda, 2vgs, lazer completo. CaparaóJ26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

FUNCIONÁRIOS
Casa comercial 250m2 na R. Pernambuco, 3 salas, 5 quartos, 5 bhs, 4 vgs, exc. localização J26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[RESIDENCIAIS GRANDE BH]

NOVA LIMA

Vila Del Rey

NOVA LIMA
Casa em condomínio, 900m2, ampla área verde, 4 suítes, varanda com vista, lazer completo. j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

[COMERCIAIS]

Belo Horizonte

BARRO PRETO 99406-3775 Aluga-se exc. sala 43M2 Av. Augusto de Lima n 1646 sala 1707 com gar., perto do Forúm. Tratar direto com proprietário.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL ONLINE E PRESENCIAL ABERTO PARA LANCES

EDIFÍCIO GARAGEM NO MÉIER/RJ

Rua Venceslau, nº 19
Área Nobre da Zona Norte

10 Andares e Subsolo - Área edificada c/ 7.495m²

Capacidade total para 500 veículos, sendo 250 vagas demarcadas

UTILIZAÇÃO: Este imóvel tem como atividade fim todos os tipos de serviços/comércio afeitos a veículos automotivos, a saber: Oficina mecânica; revenda de automóveis; estacionamento rotativo e mensal (para empresas frotistas, locadoras de veículos, particulares, agências de revenda), podendo o imóvel ser transformado em um shopping car, semelhante aquele localizado em frente ao Barra Shopping. Pode ser utilizado ainda como estoque de loja de departamentos, lojas virtuais e afins. VISITAÇÃO: terças, quintas e sábados à partir de 04/04, incluindo dia 18/04 das 10h às 15h. Antes destas datas, a visitação poderá ser combinada com o Leiloeiro.

1ª data: Dia 11/04/2023, às 15 h,
pela avaliação R$ 6.000.000,00
2ª data: Dia 18/04/2023, às 15 h,
melhor oferta, a partir de R$ 4.200.000,00

LOCAL DO LEILÃO
Presencial: Rua Venceslau, nº 19 - Méier/RJ e Online através do site:
www.alexandrecostaleiloes.com.br
Alexandre Costa – leiloeiro público oficial, matrícula 071 Jucerja
(21) 2242-9547 www.alexandrecostaleiloes.com.br

BELO HORIZONTE

BARRO PRETO
Ótima Sala Edif. Clóvis Bevilacqua. Ót. preço $350 Prop.
31-99950-7690

STO AGOSTINHO
Sala com. 35m2 bho 1vg port/segurança 24h.,px Colégio Loyola 700 reais j26
3275-1510
RB imóveis RBIMOVEIS.com.br

4 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

[COMÉRCIO E NEGÓCIOS]

Equipamentos

LANTERNAGEM Vdo **SIBORE (Girafa) compl. 100Ton. R$ 5Mil **Aparelho de oxigênio 2cilindros compl. $3Mil 31-98822-7280/3464-5146

Postos de Abast

POSTOS ABASTEC.
Postos para Iniciantes . Alugo e Treino. Ótimos. C10421
(31) 99982-2215 - Darci

[TURISMO E LAZER]

Imóv. Temporada

CABO FRIO 31-99342-5398 Praia Forte fam bom gosto,tod equip.9pes 2vgs 31-2514-7860

Para anunciar, ligue: (31)3263-5531
ESTADO DE MINAS

FRED MELO PAIVA

DA ARQUIBANCADA

"De resto, nos anos 80 o torcedor do América era uma ficção – bem, ele ainda o é"

>>arquibancada.em@uai.com.br

ESTA COLUNA, PUBLICADA AOS SÁBADOS, É ASSINADA POR UM TORCEDOR ATLETICANO E REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DO AUTOR

Tudo normal nas Minas Gerais

Até meados da minha adolescência, eu joguei no América. Futebol de salão. Era um ponta habilidoso, driblava e chutava bem, tinha bom passe, jogava com inteligência e o fazia com categoria e estilo. Meu problema, no entanto, residia no fato cada vez mais irrefutável de que o meu negócio era treinar. Sim, amigos, eu era o famoso, o terrível, o temido leão de treino, também conhecido como malabarista de farol – aquele que se esconde quando a vida rola pra valer.

Essa condição me proporcionou pelo menos uma grande vitória em meus quase 10 anos de carreira no América: jamais ganhei do Atlético. Agradeço a todos os meus companheiros de clube pela façanha, e os felicito por isso – afinal, todos eles, sem nenhuma exceção, eram atleticanos. Jamais necessitamos recorrer ao autogol para fazer o nosso Galo ganhar. Mas, se preciso fosse, eles sabiam poder contar comigo. Estufaria as redes e ergueria o punho cerrado do Rei.

Guardei carinhosamente a minha camisa do Coelho quando enfim encerrei minha exitosa carreira de leão. Tinha listras verdes e pretas, mangas compridas, oficial sem patrocínio, número 11, uma relíquia com a marca da minha desabrochada juventude, dos meus gloriosos dias de treino – quando brilhava nos coletivos, depois das exaustivas sessões de polichinelo. Pois eu a troquei com um torcedor do América que oferecera uma camisa falsificada do Galo. Eu era bom de negócio.

Não foi exatamente a camisa falsificada que me encheu os olhos. Foi o fato de estar diante de um torcedor do América. Eu só conhecia o pai do Daniel, e mesmo assim me parecia um impostor. De resto, nos anos 80 o torcedor do América era uma ficção – bem, ele ainda o é.

Já naquele tempo, dizia-se que havia envelhecido, mas tampouco havia velhos americanos. Talvez tivessem morrido, pensava com meus botões. E de repente estava eu diante de um exemplar daquela espécie já extinta, um Tiranossauro Rex no Jurassic Park. Entreguei-lhe a camisa como quem desejasse que ela pudesse viajar pelo espaço-tempo até o universo paralelo de onde teria vindo aquele ser exótico.

O estado de encantamento pelo torcedor do América não era sua primazia. Acontecia também com o cruzeirense. Eu morava na rua do Ouro quando correu entre a meninada a notícia bombástica: acabara de se mudar para a Bambuí uma criança cruzeirense. Descemos em polvorosa. Esgueiramo-nos por entre as pilastras do prédio para observar aquele extraterrestre: como vivia? Do que se alimentava?

Com o tempo, fomos nos aproximando do menino cruzeirense. Até que pudemos estabelecer contato e, por fim, catequizá-lo, transformando-o em atleticano. Melhor teríamos feito se o tivéssemos mantido isolado, de modo a preservar sua cultura, hoje desaparecida. Mas não tínhamos ainda essa consciência, que apenas se aplicava muito recentemente aos índios isolados da Amazônia.

A preponderância do Galo na cidade era algo tão arrebatador – e ainda o é – que avançava como um vírus, indistintamente, sobre donas de casa e militantes mulheres contra a ditadura, peões de obra e publicitários, gente com ojeriza pelo futebol e qualquer forasteiro que por essas terras se aventurasse (conheci em São Paulo, outro dia, um coreano atleticano que por BH vivera). Resultado de mais de século em que rivais foram passando – do Siderúrgica ao Sete de Setembro, do Yale ao América, do Palestra ao Crüzeiro. "Eles passarão", previu o poeta gaúcho Mário Quintana, "nós passarinho". Passarinho nada – "aqui é Galo, porra", ensinou seu conterrâneo.

Hoje acontece o primeiro jogo da final. Se o Galo terminar campeão, e a depender de apenas duas outras decisões em todo o país, será o maior campeão estadual do Brasil. O cruzeirense verá do sofá. O americano... bem, o americano não existe. Tudo normal nas Minas Gerais.

REPERCUSSÃO

Comovido com a história da senhora atleticana Myrza, presidente do Atlético, Sérgio Coelho, a convida para assistir à partida ao seu lado. Ela, porém, assegura que não vai

Da janela para o camarote

JOÃO VICTOR PENA

A história da aposentada Myrza Guimarães segue ganhando grande repercussão. Atleticana fanática, a ex-analista de sistemas é vizinha do Independência e foi surpreendida quando o América colocou uma placa em frente sua janela, que tinha vista para o campo. Presidente do Galo, Sérgio Coelho ficou comovido com a história e a convidou para assistir à final do Campeonato Mineiro em seu camarote.

"Quando eu vi a matéria fiquei sensibilizado e pedi que um assessor fosse até a casa dela. Ele avaliou se tinha alguma possibilidade de ela assistir ao jogo em uma laje ou em qualquer coisa que quisesse, com opção também de assistir comigo lá em nosso camarote. A casa dela não oferece nenhuma outra opção de ver o jogo se não pela janela, então não tem como ela assistir por lá", disse o mandatário com exclusividade ao Estado de Minas/Superesportes.

"Foram entregues a Myrza dois convites, para que ela e um acompanhante possam ir lá assistir com a gente. Ela disse que está um pouco aborrecida, mas que iria pensar se vai ou não (ao Independência)", complementou.

Em contato com a reportagem, Myrza disse que não irá ao camarote. A idosa tem planos de assistir em casa ao primeiro jogo da final do Estadual, onde ela recebe costumeiramente sua turma de amigos. Sem opção de acompanhar pela janela, ela instalará uma televisão no local e não irá ao Horto pois "tomou ódio do estádio".

O duelo de ida da decisão entre América e Atlético será disputado hoje, às 16h30. O segundo jogo estava previsto para 8 de abril (sábado), mas terá de ser remarcado provavelmente para domingo, dia 9, por causa do compromisso do Galo na quinta-feira, contra o Libertad do Paraguai, pela estreia na Copa Libertadores.

NO MINEIRÃO Myrza, no entanto, não ficará alheia à final do Estadual, Ela irá participar de uma ação promovida pela Ambev no segundo jogo da final. A empresa a convidou para assistir a partida no camarote da cerveja Brahma, no Mineirão.

RAMON LISBOA /EM/D.A PRESS

Com a placa fixada pelo América, a visão de Myrza agora está limitada ao topo das arquibancadas e cobertura do Independência

OPINIÃO DO EM

Ato não está à altura da história e tradição do América

É lamentável a atitude do América de instalar uma placa em frente à janela da casa da atleticana Myrza Guimarães, de 69 anos, e impedi-la de ter a visão dos jogos realizados no Independência. A ação não está à altura da grandeza e da história de um clube centenário, que protagonizará hoje e no próximo fim de semana clássicos com o Atlético para decidir o título mineiro de 2023. Do Independência aos Aflitos ou do Presidente Vargas ao Augusto Bauer, no Brasil, do Estádio Azul no México ao Ipurua ou ao Estádio de Vallecas, nos jogos de La Liga na Espanha, são incontáveis os exemplos de vistas "privilegiadas" a campos localizados em áreas residenciais.

Instalar uma barreira em frente à janela de uma torcedora rival, ainda que a estrutura esteja localizada em uma área privada, não traz apenas reflexos individuais, mas também parece em desacordo com uma instituição que vive trajetória de ascendente consolidação no primeiro escalão do futebol brasileiro. Por isso, um pedido: que a ação seja repensada pela diretoria americana.

CRUZEIRO

Protesto pela volta ao Mineirão

RAFAEL ARRUDA E VICTOR MOREIRA

Torcedores do Cruzeiro protestaram ontem à tarde na Praça Sete, no coração de Belo Horizonte, para que o time volte a mandar suas partidas no Mineirão. Integrantes das organizadas Máfia Azul, Pavilhão Independente, Cachazeiros, Fanáti-cruz, China Azul, Torcida Jovem, Geral Celeste, Comando Rasta e Mancha Azul se manifestaram contra a Minas Arena e a favor da abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para investigar o contrato de operação do estádio.

Em 2023, a gestão de Ronaldo Fenômeno no Cruzeiro esfriou a relação com a Minas Arena por discordar das taxas cobradas para atuar no estádio. "O Mineirão é mais uma herança maldita que a gente recebeu do passado. As taxas abusivas que o Mineirão operava conosco, ou com qualquer outro clube, não iremos mais aceitar. Nós não estamos negociando com eles mais", disse o ex-camisa 9, em uma de suas lives na Twitch.

Sem o Gigante da Pampulha, o Cruzeiro adotou o Independência como palco no Mineiro e chegou a mandar jogos em estádios fora de Belo Horizonte, como a Arena do Jacaré, em Sete Lagoas, e o Estádio Kléber Andrade, em Cariacica. Curiosamente, o time celeste não ganhou nenhum confronto em casa em 2023: foram três empates e duas derrotas.

SEM ACORDO Com o apoio do patrocinador Pedro Lourenço, do Supermercados BH, a diretoria do Cruzeiro se encontrou na quinta-feira com representantes da Minas Arena para tentar um acordo. Em declaração veiculada no ge.globo, o CEO da SAF, Gabriel Lima, disse que a proposta apresentada pela concessionária foi pior que os moldes anteriores.

"Pela primeira vez, a gente recebeu uma proposta formal da Minas Arena para voltar a jogar no Mineirão. A proposta não é benéfica para o Cruzeiro. Ela, inclusive, está pior do que tínhamos no passado. Mas a gente sempre se manteve aberto a discutir e vamos responder esta proposta hoje".

O diretor, contudo, mostra-se aberto a novas conversas, pois, segundo ele, o interesse do Cruzeiro é de jogar no Gigante da Pampulha. "Deixamos bem claro que nossa ideia é voltar para o Mineirão o quanto antes. Pedimos celeridade, e a promessa do governo é que haja reunião ainda em abril. Para a gente, o quanto antes, melhor. O Mineirão é a casa do Cruzeiro, e nós gostaríamos de voltar para lá".

SÉRIE B 2022 O Cruzeiro fez do Mineirão um ponto importante de apoio na campanha da Série B de 2022. Dos 19 jogos do time em casa, 16 ocorreram no maior estádio de Minas Gerais. E o retrospecto foi bastante favorável: 13 vitórias, dois empates e uma derrota.

Campeão da segunda divisão com 78 pontos em 38 rodadas, a Raposa alcançou média de público de mais de 41 mil espectadores e uma renda bruta de R$ 29,5 milhões, considerando também o Independência, em BH, e o Mané Garrincha, em Brasília.

ADIDAS NA BERLINDA Após revolta dos cruzeirenses nas redes sociais, a Adidas retirou do site oficial da empresa a frase em que citava o Atlético como o maior de Minas Gerais. No lugar, a fornecedora de material esportiva dos dois clubes escreveu: 'Pra mostrar todo seu amor pelo Galo Mineiro'.

A Adidas, inclusive, é parceira do clube celeste desde 2020. Já com o Atlético, o acordo foi firmado em julho do ano passado.

O Cruzeiro tem contrato com a Adidas até 2025. No entanto, Ronaldo, sócio majoritário da SAF cruzeirense, já especulou uma possível troca, onde a Raposa e o Real Valladolid, outro clube comandado pelo Fenômeno, estampariam a marca da Nike.

VICTOR MOREIRA/TV ALTEROSA

Torcidas organizadas da Raposa se manifestaram na Praça Sete pela volta ao Gigante da Pampulha e por uma CPI para investigar a operação do estádio

DECISÃO DO MINEIRO

América e Atlético iniciam no Independência a briga pelo caneco com metas distintas: o Alviverde busca o título após sete anos e o Alvinegro almeja a quarta conquista seguida

HORA DA VERDADE

SAMUEL RESENDE

Agora vale título. América e Atlético iniciam hoje, às 16h30, no Independência, a disputa pela taça do Campeonato Mineiro de 2023. Enquanto o Coelho busca voltar a vencer o Estadual após sete anos, o Galo quer o quarto título seguido, o que não ocorre há 40 anos.

O Alvinegro começa o jogo de ida em vantagem. Isso porque teve a melhor campanha da primeira fase e pode empatar as duas partidas ou vencer uma e perder outra pela mesma diferença de gols que ainda fica com o troféu. O confronto da volta, com mando atleticano, será no próximo domingo, às 16h40, no Mineirão.

Nas semifinais, inclusive, o Galo eliminou o Athletic devido ao regulamento. Após perder o jogo de ida por 1 a 0, em São João del-Rei, bateu o rival pelo mesmo placar no Horto e garantiu ida à final.

O Coelho, por sua vez, teve a segunda melhor campanha na fase de grupos e ainda está invicto na competição e na temporada. O confronto direto entre os times terminou empatado em 1 a 1 na sétima rodada, no Mineirão.

O Coelho derrotou o Cruzeiro nas duas partidas das semifinais: a primeira por 2 a 0, na Arena do Jacaré, e a segunda por 2 a 1, no Independência.

Justamente pelo bom desempenho até o momento, os americanos acreditam que o time não deve mudar a postura para sair com a vitória. "A melhor estratégia é continuar nosso estilo de jogo. Queremos pensar em segurar um pouco o resultado, a equipe do Atlético tem qualidade. Mas colocar o time para trás, uma hora vai dar ruim", avaliou o capitão Juninho.

Já do lado atleticano, a humildade prevalece. Apesar do maior investimento, de ter um time mais forte e ainda contar com a vantagem, a ordem é respeitar o adversário para conquistar o título.

"O América tem um bom time. A gente vai fazer o melhor para disputar as finais. Não podemos chegar como favoritos ou nada assim, porque vai ser um jogo muito difícil, como foi o que jogamos. São finais. Tem que matar ou morrer", avaliou o zagueiro Mauricio Lemos.

SEM DESFALQUES O América não tem desfalques para o clássico. A novidade na escalação deverá ser a entrada do zagueiro Éder no lugar de Iago Maidana. Outro que retorna do departamento médico, mas provavelmente ficará como opção no banco de reservas, é o atacante Wellington Paulista.

O Atlético, por sua vez, tem cinco atletas em recuperação de lesões: os zagueiros Bruno Fuchs e Igor Rabello, o lateral-esquerdo Guilherme Arana, o volante Allan e o atacante Alan Kardec. Para completar, o técnico Eduardo Coudet perdeu os atacantes Eduardo Sasha e Ademir, negociados com Bragantino e Bahia, respectivamente.

Algumas disputas estão mais abertas na escalação do Atlético. Os laterais-esquerdos Rubens e Dodô duelam pela posição na defesa alvinegra, enquanto Pedrinho, Patrick, Zaracho e Edenílson brigam por três vagas na terceira linha do 4-1-3-2 de Coudet.

MOURÃO PANDA/AMÉRICA

O eficiente Juninho rejeita a possibilidade de o Coelho jogar atrás, esperando o adversário

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO

Um dos destaques do Galo nesta temporada, Mauricio Lemos prega humildade à equipe

AMÉRICA	ATLÉTICO
Matheus Cavichioli; Arthur, Ricardo Silva, Éder e Nicolas; Alê, Juninho e Benítez; Matheusinho, Aloísio e Felipe Azevedo	Everson; Saravia, Mauricio Lemos, Jemerson e Dodô (Rubens); Otávio, Pedrinho (Edenílson), Zaracho e Patrick; Paulinho e Hulk
TÉCNICO: *Wagner Mancini*	TÉCNICO: *Eduardo Coudet*

Jogo de ida da final campeonato Mineiro

ESTÁDIO: Independência
HORÁRIO: 16h30
ÁRBITRO: Paulo César Zanovelli
ASSISTENTES: Magno Arantes Lira e Pablo Almeida Costa
VAR: Marco Aurélio Fazekas Ferreira
TV: Globo, SporTV 3 e Premiere

VIZINHANÇA DESPERTA CONCORRÊNCIA

THIAGO MADUREIRA

América e Atlético, que começam hoje a decidir o título mineiro, protagonizaram a primeira grande rivalidade do futebol do estado nas primeiras décadas do século 20. Naquele momento, os clubes chegaram a ser vizinhos de rua e dividiam a preferência da elite mineira. Contudo, as grandes crises vividas pelo Coelho, e a ascensão do Cruzeiro, fizeram o clássico perder prestígio. Agora, o time alviverde busca resgatar seu protagonismo, enquanto o Galo pretende garantir a hegemonia estadual, com o tetracampeonato.

A disputa entre América e Atlético dividia seletos grupos da elite de Belo Horizonte, que se inseriram e construíram a imagem do futebol como sendo elegante e cosmopolita. Ainda nos primeiros anos do século, os clubes chegaram a ser separados por uma rua, a conhecida Avenida Augusto de Lima, no Centro da cidade.

Essa proximidade acirrou a rivalidade, explica o historiador Marcus Vinícius Costa Lage, que estudou o "mito da decadente história americana" no doutorado, na UFMG.

"A palavra rivalidade vem do latim rivales, que quer dizer as sociedades que disputam a mesma margem de um rio. Essa metáfora transportada para o esporte, em particular para o futebol, significa que quanto mais um clube está perto do outro, uma torcida está perto de outra, maior são as tensões e emoções. Essa proximidade não tem a ver com uma questão física, mas é curioso a gente pensar que o América praticamente nasce de frente para o Atlético. O primeiro campo oficial do América está onde hoje se encontra o Mercado Central, ao passo que o Atlético estava do outro lado da Avenida Augusto de Lima, onde hoje é o Minascentro", disse.

"A gente pode dizer que a origem da rivalidade entre América e Atlético tem relação até pela disputa pelo espaço físico. Evidentemente que, durante as primeiras competições, essa proximidade não era apenas física, mas tinha a ver com a própria competição dos dois clubes no cenário futebolístico local, a proximidade entre América e Atlético dizia respeito à disputa entre os dois. O concorrente do América durante o decacampeonato foi o Atlético. Nesse sentido, essa proximidade de disputa acabou forjando a rivalidade", acrescentou o historiador.

IMPRENSA E CAMPOS A rivalidade chegou a parar nas páginas da imprensa. Em 1914, a revista "Vita", na época um dos principais veículos de comunicação da elite mineira, publicou matéria exaltando o Atlético e solicitando aos poderes públicos apoio financeiro ao clube.

No exemplar seguinte, um americano ilustre publicou carta divulgada pela revista indignado com a afirmação da superioridade atleticana.

A disputa entre os clubes foi estudada por Euclides de Freitas Couto, professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Nos primeiros anos do futebol em BH, América e Atlético dividiam os maiores públicos da cidade.

"Estima-se por meio de dados colhidos em entrevistas que, nos campos do Atlético e do América, situados na Avenida Paraopeba e no Prado Mineiro, de mil a mil e quinhentas pessoas, em média, assistiam aos jogos entre os anos de 1914 e 1920. O espetáculo promovido pelo futebol passou a ser ponto de encontro da elite belo-horizontina e os jogos realizados nas tardes de sábado ou domingo passaram a ser esperados com ansiedade", lê-se na dissertação de Couto.

Naquele momento, contudo, o futebol ainda não era um esporte popular. "É muito importante entender que os primeiros sinais de rivalidade nos anos 1910 e 1920 tem reação com um momento em que o futebol não era um fenômeno de massa, até porque Belo Horizonte não era uma capital populosa, e a popularização do futebol guarda relação com próprio processo de expansão do futebol mineiro. É nesse momento de criação das grandes torcidas que o América perde esse protagonismo", diz Lage.

A partir dos anos 1930, o América entra em decadência. No período de ouro do futebol brasileiro, entre os anos 1950 e 1970, quando a Seleção venceu o tricampeonato mundial (1958, 1962 e 1970), o Coelho vê o Cruzeiro passar a brigar pela hegemonia do futebol no estado com o Atlético.

O declínio do América possivelmente fez muitos torcedores jovens do clube migrarem para o Cruzeiro. Esse provável movimento foi chamado de Coligação, já que ambos os times tinham algo em comum: a aversão ao Atlético.

E★M

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

DISPONÍVEL NA NETFLIX

Estrela do longa "Mistério em Paris" (**foto**), Jennifer Aniston afirma que "o mundo precisa de mais humor"

PÁGINA 3

Espetáculo "Dominguinhos: isso aqui tá bom demais" é construído como se fosse "uma fração de segundo infinita do pensamento e da memória" do músico pernambucano, morto em 2013

ENTRE O DOCUMENTAL E O POÉTICO

PRISCILA PRADES / DIVULGAÇÃO

A montagem, que estreou no ano passado, em São Paulo, terá duas sessões neste fim de semana em Belo Horizonte; Liv Moraes, filha do sanfoneiro, está no elenco

DANIEL BARBOSA

Uma homenagem que se relaciona com uma amizade estreita está na gênese do musical "Dominguinhos: isso aqui tá bom demais", que estreou em São Paulo, em outubro do ano passado, fez escala em Santos e chega a Belo Horizonte neste fim de semana, com duas apresentações no Grande Teatro do Sesc Palladium, dentro da programação do festival Teatro em Movimento.

O espetáculo, idealizado pela diretora musical Myriam Taubkin e pelo encenador Gabriel Fontes Paiva, tem texto criado pela dramaturga e jornalista Silvia Gomez e conta com elenco formado por músicos de destaque no cenário nacional: Zé Pitoco, Jam da Silva, Cosme Vieira, Hugo Linns, Wilson Feitosa, Luiza Fittipaldi e Liv Moraes, que é filha de Dominguinhos.

O início da história que desembocou no musical remonta aos anos 1990 e está intrinsecamente ligado ao projeto Memória Brasileira, que Myriam Taubkin dirige há 35 anos e que consiste na realização de shows com recortes em determinados instrumentos ou segmentos, que ganham registros audiovisuais para a posteridade.

Foi por meio dessa iniciativa que a diretora musical do espetáculo conheceu o homenageado. Ela conta que estava elaborando para o projeto o especial "Brasil da sanfona", dedicado ao instrumento. "Convidei Dominguinhos para que ele pudesse me dar um panorama dos grandes mestres da sanfona do Nordeste. Ele acabou se tornando um grande amigo meu e da minha família, nos frequentávamos nos momentos de alegria e de tristeza", diz.

Memória brasileira

Ela explica que, a partir daquele primeiro contato, no fim da década de 1990, Dominguinhos participou diversas outras vezes de apresentações concebidas no bojo do Memória Brasileira. Em 2004, Gabriel Paiva se juntou ao projeto e passou a assinar a direção dos espetáculos juntamente com Myriam. Ele se recorda do convívio com Dominguinhos.

"Nós o convidamos algumas vezes para participar, porque ele sempre foi uma unanimidade, as pessoas tinham um carinho muito especial por ele", afirma, destacando o que considera o traço mais marcante do músico nascido em Garanhuns (PE), em 1941. "Dominguinhos tinha uma enorme sofisticação musical, e aprendi com ele que a simplicidade acompanha a sofisticação, faz parte dela. Por ter uma essência sofisticada, ele era uma pessoa simples", aponta o diretor.

Myriam conta que se criou uma intimidade, um laço afetivo estreito entre os três e, quando Dominguinhos morreu, em 2013, logo a dupla de diretores teve a ideia de prestar uma homenagem. "Pensamos num show, convidando várias pessoas, e o Gabriel veio com essa ideia de fazer um musical. Com o Memória Brasileira, tenho um histórico de 35 anos de espetáculos, mas musical eu nunca tinha dirigido", comenta.

Elenco de músicos

Ela, no entanto, considerou uma boa proposta, que resultaria de uma somatória de saberes, já que a formação e a experiência de Gabriel estão mais ligadas ao teatro. "Dominguinhos: isso aqui tá bom demais" é, dessa forma, um espetáculo cênico-teatral que, em boa medida, tem ares de show, em função do elenco de cantores e instrumentistas presente no palco.

"Diferentemente de um musical usual, em que atores ficam à frente, cantam, dançam, com uma banda de apoio colocada atrás, neste caso o elenco é de músicos; são eles que atuam, tocam, cantam e dançam, então é muito genuíno, não tem artifícios. É uma homenagem sincera a Dominguinhos", diz Myriam.

Paiva ressalta que este é um ponto distintivo do espetáculo. "A diferença deste para outros do gênero é justamente o apuro musical. Não foi feita uma audição para escolha do elenco; a gente, que já trabalha na curadoria do Memória Brasileira, foi garimpando", diz. Myriam destaca que o elenco é formado principalmente por conterrâneos de Dominguinhos, alguns contemporâneos e outros representantes de uma nova geração da música pernambucana.

Ela observa que Zé Pitoco, por exemplo, tocou com Dominguinhos e era amigo pessoal dele. O paulista Cosme Vieira, de 25 anos, tem, segundo a diretora musical, uma trajetória que começa similar à do homenageado. Ambos, quando criança, tocaram para ícones que foram seus padrinhos. No caso de Dominguinhos, ele tocou para Luiz Gonzaga, já conhecido como o Rei do Baião. Cosme, por sua vez, teve como mestre o próprio Dominguinhos.

Herdeira direta

"A Liv Moraes, que é filha, é o maior acervo de Dominguinhos, começou cantando com o pai, então é herdeira direta em todos os sentidos", sublinha Myriam. Com relação a Hugo Linns, Jam da Silva e Luiza Fittipaldi – todos de Pernambuco –, ela diz que trazem a experimentação e têm fluência na linguagem da eletrônica. "Essa junção é maravilhosa, porque aí a gente dá uma cara nossa para o espetáculo".

Zé Pitoco, Cosme Vieira e Wilson Feitosa – único nome do elenco que, além de músico, tem também uma formação efetiva como ator – se revezam no papel de Dominguinhos. Paiva observa que o musical não é realista, não há um Dominguinhos caracterizado, e que, assim, os três podem estar em cena ao mesmo tempo dando vida ao célebre sanfoneiro.

O diretor do espetáculo é mineiro – integra o Grupo 3 de Teatro, ao lado de Débora Falabella e Yara de Novaes –, assim como Silvia Gomez. Ele a considera uma referência da dramaturgia e destaca que seu trabalho para "Dominguinhos: isso aqui tá bom demais" é repleto de poesia. "Não é um drama, é uma linguagem mais narrativa, mais lúdica e poética, tanto em termos de texto quanto de encenação", explica Paiva.

Segundo ele, o musical até segue certa ordem cronológica, mas se constitui de recortes de momentos que os realizadores consideraram marcantes na trajetória do homenageado. "Por exemplo, essa história de ele, ainda criança, tocar para Luiz Gonzaga, sem o conhecer. Gonzaga ficou impressionado com o que ouviu e, depois, o levou para o Rio de Janeiro para tocar com ele", cita.

Sobre o processo de construção da dramaturgia, Silvia Gomez conta que o texto foi escrito ao longo de dois anos, a partir de entrevistas com pessoas que conviveram com Dominguinhos, como a cantora e compositora Anastácia e Liv Moraes, além dos próprios Gabriel Fontes Paiva e Myriam Taubkin. Além disso, o jornalista especializado em música Lucas Nobile cuidou de fazer uma pesquisa documental que apoiou a escrita dramatúrgica.

> "Dominguinhos tinha uma enorme sofisticação musical, e aprendi com ele que a simplicidade acompanha a sofisticação, faz parte dela. Por ter uma essência sofisticada, ele era uma pessoa simples"
>
> ■ **Gabriel Fontes Paiva,** diretor

Fontes de pesquisa

"Lucas trouxe um material vasto de linha do tempo, músicas, motivações, notícias e casos da vida desse mestre. O mergulho na obra incluiu programas, documentários, entrevistas e reportagens de jornais e revistas de época, além de livros como 'O Brasil da sanfona', de Myriam Taubkin. Nós os baseamos em fatos reais e em depoimentos públicos de Dominguinhos", comenta a autora.

Ela diz que a dramaturgia explora a combinação entre o documental e o poético. "Há um certo lugar delirante em minhas dramaturgias e, aqui, pude expressá-lo no recorte escolhido como procedimento narrativo: em seu último momento de vida, Dominguinhos é visitado pelas histórias que marcaram sua carreira, como se tudo se passasse numa fração de segundo infinita do pensamento e da memória", acrescenta.

Myriam chama a atenção para o espaço que o musical reserva a Anastácia. Ela diz que a coautora de grandes sucessos gravados por Dominguinhos e por outros nomes da MPB segue completamente desconhecida do grande público. "O musical tem um foco profundo nela, achamos importante dar a Anastácia a visibilidade que ela merece", diz.

Casal fértil

Ela pontua que muitas músicas que as pessoas atribuem a Gilberto Gil, por exemplo – como "Eu só quero um xodó" ou "Tenho sede" –, são parcerias de Anastácia e Dominguinhos, "o casal mais fértil da música brasileira", nas palavras da diretora. Eles mantiveram um relacionamento por 12 anos, entre 1966 e 1978, e foi graças a ela que Dominguinhos começou a compor, segundo Myriam.

"Antes de conhecê-la, por volta de 1965 ou 1966, ele não se sabia compositor. Dominguinhos improvisava na sanfona, já acompanhava Luiz Gonzaga, fazia parte do Trio Nordestino, tocava com vários outros artistas, mas ele não se sabia compositor, se colocava no lugar de músico acompanhante", conta.

O desabrochar para a criação veio durante uma turnê de Luiz Gonzaga em que ambos integravam a banda que o acompanhava. "Anastácia ouviu Dominguinhos tocando um tema e fez a letra, 'Um mundo de amor', que ficou uma coisa maravilhosa. Foi aí que ele sacou que compunha, e a partir daí fizeram centenas de músicas. Uma delas, 'Eu me lembro', do início da parceria, foi o primeiro sucesso de Dominguinhos no Nordeste", diz a diretora.

Diversidade da obra

Ela pontua, a propósito, que o roteiro musical do espetáculo inclui, naturalmente, os grandes sucessos do homenageado, mas também composições pouco conhecidas – como "Um mundo de amor" – e temas instrumentais, que considera "uma loucura de maravilhosos". Para Myriam, o repertório do musical dá a dimensão da diversidade da obra de Dominguinhos, que, além de forró, xote e baião, inclui sambas, valsas, choros e canções.

"Ele saiu do Nordeste e ampliou sua criação para o universo da música brasileira. Quisemos, com esse espetáculo, mostrar as músicas conhecidas – que muita gente não sabe que são dele –, as desconhecidas, as instrumentais, enfim, a paleta de cores musicais de Dominguinhos, com sua variação de ritmos", afirma, ressaltando que se tratou de um trabalho colaborativo.

"O que eu curto nesse trabalho de direção é fazer junto com os músicos, e isso foi o mais legal, todo mundo criou, todo mundo deu palpite e, assim, todo mundo se sente um pouco dono, o que é muito bacana. Todo mundo tem espaço para criar, se inspirar e tocar a cada dia de um jeito diferente. Dominguinhos era isso: um criador que tocava com espontaneidade, cada dia de um jeito."

"DOMINGUINHOS: ISSO AQUI TÁ BOM DEMAIS"

Neste sábado (1º/4), às 20h, e no domingo (2/4), às 19h, no Grande Teatro do Sesc Palladium (Rua Rio de Janeiro, 1.046, Centro, 31.3270-8100). Classificação indicativa: livre. Duração: 110 min. Ingressos para plateia 1 a R$ 80 e R$ 40 (meia), plateia 2 a R$ 70 e R$ 35 (meia) e plateia 3 a R$ 50 e R$ 25 (meia). À venda na bilheteria do teatro e no site Sympla.

ANNA MARINA

>>anna.marina@uai.com.br

'Vem do Sul o campeão no uso da *Cannabis sativa* em tratamentos de saúde'

Paraná está na frente

A prescrição de substâncias à base de *Cannabis sativa* para o tratamento de diferentes tipos de patologias está cada vez mais difundida em todo o Brasil. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), apenas em 2021, 40 mil pacientes foram autorizados a importar medicamentos derivados da maconha, número que já chega a 71 mil pessoas em quatro anos.

A planta *Cannabis sativa* tem diferentes princípios ativos medicinais, como flavonoides, terpenos e fitocanabinoides, que são os mais conhecidos e têm mais destaque nos estudos médicos. Já são mais de 50 substâncias com efeitos terapêuticos.

Entre elas estão o canabidiol (CBD), tetrahidrocanabinol (THC), cannabigerol (CBG) e canabinol (CBN), que atuam em nosso organismo através do sistema endocanabinoide, conforme explica Vitor Jorge Brasil, especialista em medicina preventiva do Eco Medical Center, em Curitiba.

"Esse sistema é uma rede, que envolve os sinais químicos dos receptores celulares espalhados por todo o organismo. O corpo produz substâncias canabinoides e as enzimas que as degradam, quando necessário. Esse sistema se reflete em tudo: humor, apetite, sono, percepção de dor e até na imunidade. O uso de medicamentos derivados da *Cannabis* ajuda a regular esse sistema e, consequentemente, traz melhorias em diferentes aspectos. Fazendo analogia com uma orquestra, podemos dizer que o sistema endocanabinoide é o maestro do nosso corpo", afirma.

O neurocirurgião Guerino Salmazo Neto, integrante do Eco Medical Center, ressalta que todas as células do nosso organismo possuem receptores canabinoides. "Principalmente as do sistema nervoso (Receptores CB1) e do sistema imunológico (Receptores CB2). Esses receptores são ativados fisiologicamente principalmente pela substância anandamida, produzida naturalmente pelo sistema nervoso central em maiores níveis durante o sono. O sistema endocanabinoide, é responsável por colaborar com o bom funcionamento geral dos órgãos e sistemas, especialmente no que se refere à imunomodulação, neurofisiologia e fisiologia gastrointestinal", explica.

Entre os efeitos terapêuticos conhecidos pela ciência estão o antiepiléptico, analgésico, antidepressivo e anti-inflamatório, além do controle de enjoos e da ansiedade. Existem estudos em andamento sobre a eficácia da *Cannabis* no tratamento do câncer, mas ainda em fases muito iniciais.

PIXABAY

Medicamentos à base da planta da maconha ganham espaço no Brasil

Vitor Brasil afirma que pacientes oncológicos são beneficiados pela *Cannabis* na redução dos efeitos colaterais do tratamento. "Quem faz quimioterapia pode conseguir melhorar o apetite e reduzir os quadros de enjoos causados pelo medicamento".

O Conselho Federal de Medicina permite o uso da *Cannabis* principalmente para o tratamento de síndromes epilépticas na infância.

"Tendo em vista a relativa segurança da medicação, sua tolerabilidade, mecanismo de ação e a liberdade do médico em propor o tratamento ao paciente com o seu consentimento, a terapia canabinoide vem ganhando espaço para uso em diversas condições de saúde", observa Vitor Brasil.

"Nós a aplicamos de maneira adjuvante principalmente em pacientes com dores crônicas, portadores de mal de Alzheimer, doença de Parkinson e transtorno do espectro autista. Ela também ajuda pessoas com doenças incuráveis ou terminais como medida de conforto e bem-estar, assim como nos casos de quadro sequelar devido a traumatismo cranioencefálico", afirma o especialista.

Pelo menos 2.015 pacientes realizam tratamento com substâncias derivadas da *Cannabis sativa* no Paraná. O estado está entre os cinco com o maior número de prescrições médicas para esse tipo de terapia em todo o Brasil. Os dados são do levantamento realizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicann) e da Anvisa. Apenas em 2021, 2.015 pacientes daquele estado foram autorizados a importar a substância.

Especialistas enfatizam que é indispensável passar por consulta médica para saber se a *Cannabis* é realmente indicada para o paciente.

HORÓSCOPO

CLAUDIA HOLLANDER

ÁRIES (20 mar. a 20 abr.)
Sua capacidade de mudar está reforçada pelo astral, que lhe dá condições de analisar as coisas com profundidade e lhe permite não se perder em detalhes. DICA: você poderá adotar atitude mais flexível e compreensiva no trato com todos. Isso facilitará os relacionamentos afetivos.

TOURO (21 abr. a 20 mai.)
Atividades culturais e intelectuais estão especialmente favorecidas pelo bom aspecto de Mercúrio com Saturno. Os dois planetas acentuam o poder que você tem de absorver novos conhecimentos e informações. Eles também favorecem os estudos e as leituras. DICA: faça uma coisa por vez.

GÊMEOS (21 mai. a 20 jun.)
Sua popularidade está em alta. O período promete ser especialmente badalado, rico em convites, reuniões e contatos pessoais. Aproveite para confraternizar com todos e dê vazão a seu lado mais expansivo e sociável. DICA: você está com boa cabeça para se organizar e colocar tudo em dia.

CÂNCER (21 jun. a 21 jul.)
Saturno e Mercúrio energizam você, ampliam sua visão de mundo e lhe permitem ver mais longe, o que é enriquecedor do ponto de vista intelectual. DICA: sua necessidade de viver novas situações e aventuras está em alta. Viajar, mudar de ambiente e respirar novos ares lhe fará muitíssimo bem.

LEÃO (22 jul. a 22 ago.)
Os astros se aliam no sentido de lhe fortalecer espiritualmente, fazendo com que a fase seja excelente para mentalizações. Sua fé anda poderosíssima, por isso você pode atrair a realização de tudo de bom que deseja para si e para a coletividade. DICA: é essencial pensar positivamente.

VIRGEM (23 ago. a 22 set.)
Seu planeta Mercúrio se harmoniza com Saturno, que está no signo oposto ao seu, e assinala uma fase em que você pode perceber o que se passa na cabeça das outras pessoas. Você anda muito mais perspicaz em seus contatos, o que evita mal-entendidos. DICA: a Lua favorece a meditação.

LIBRA (23 set. a 22 out.)
Saturno se alia a Mercúrio no sentido de lhe proporcionar um dia estimulante, durante o qual os processos de autoconhecimento estarão bastante beneficiados. Os romances estão em alta, mesmo porque você tende a expressar melhor seus sentimentos. DICA: a mente anda muito aguçada.

ESCORPIÃO (23 out. a 21 nov.)
Você está sob o efeito do contato harmonioso de Mercúrio com Saturno, portanto aproveite para se dedicar a quem você gosta e procure não se envolver em atritos desnecessários. DICA: evite o excesso de compromissos, aproveite este dia para relaxar e se reequilibrar.

SAGITÁRIO (22 nov. a 21 dez.)
Assuntos caseiros e relativos à família são favorecidos pelos astros, que lhe tornam mais presente e atuante no ambiente doméstico. Você pode reavaliar objetivamente o passado, o que lhe ajuda a aprender com antigas vivências. DICA: os momentos dedicados à autoanálise serão esclarecedores.

CAPRICÓRNIO (22 dez. a 20 jan.)
Agora seu regente Saturno está em harmonia com Mercúrio, por isso você terá condições de agir com especial bom senso, o que evita entrar em fria. Você tende a pensar melhor antes de tomar qualquer iniciativa e não dará ponto sem nó. DICA: não reprima a livre expressão de sua afetividade.

AQUÁRIO (21 jan. a 19 fev.)
O fato de Saturno estar em bom aspecto com Mercúrio torna o período excelente para você organizar as coisas e cuidar de detalhes para os quais não tem tempo. DICA: o momento é ótimo para adotar uma dieta leve, saudável e natural. Purifique e recicle seu organismo.

PEIXES (20 fev. a 20 mar.)
Graças a Mercúrio e Saturno, a fase promete ser favorável para você sair, se divertir e desligar a mente das preocupações cotidianas. Ir ao teatro, ao cinema, a festas ou reuniões será gratificante. DICA: converse mais com quem ama, pois isso contribuirá para que vocês se conheçam mais profundamente.

SUDOKU

				2			8	3
	9	3		8	1			
		2	6				7	8
	3				5			1
6		1				4		
1		6				2		4
				7			1	
4							3	

Para jogar basta completar cada linha, coluna e quadrado 3 x 3 com números de 1 a 9. Não há nenhum tipo de matemática envolvida.

SOLUÇÃO ANTERIOR

7	8	5	9	1	6	3	4	2
4	6	1	5	3	2	7	9	8
3	9	2	8	4	7	1	6	5
1	2	9	6	8	4	5	3	7
5	3	6	2	7	9	4	8	1
8	7	4	3	5	1	9	2	6
6	4	3	7	2	5	8	1	9
2	1	7	4	9	8	6	5	3
9	5	8	1	6	3	2	7	4

QUADRINHOS

JUVENTUDE / Chantal

CRUZADAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

(?) Belmiro, estádio do Santos (fut.)
Documento comercial emitido pelo vendedor
Interjeição que denota surpresa
Instrumento antigo de rituais xamânicos
"Arma" do gambá
1.001, em romanos
Um dos grupos aptos a receber o auxílio emergencial (2020)
Vizinhos; contíguos
Referência na determinação da altitude
Bruno (?), cantor de "The Lazy Song"
Forma farmacêutica de remédio ocular
Espancamento
Único trecho da viagem sem volta
Transporte concorrente do Uber
Serviço internacional dos Correios
Treme
Pássaro da família do pombo
Concede
200 (?): equivalem a 2 reais
Sedal
Utensílio escolar
Gordura de porco
A roupa utilizada no dia a dia
União Nacional dos Estudantes (sigla)
René Lacoste, ex-tenista francês
Confusão; desordem (fig.)
Cervídeo que habita a tundra ártica
Doença tratada com insulina
Ente
Imagens da Igreja Ortodoxa
Obtém (lucro ou vantagem)
Esticado
Dígrafo com o mesmo som do "ç"
Tempestade comum no verão dos EUA
Local de aplicação do desodorante
Artista como Homero (Ant.)
Região de Pisa e Florença, na Itália
Jogo entre colecionadores de figurinhas
Sucesso da banda Raimundos
Honrada e honesta
Goiás (sigla)
(?) Niña, fenômeno climático do Pacífico
(?) Johnson, ator de "Belaventura"
Deus, em inglês
Fabulista de "A Raposa e as Uvas"
Tipo de ditongo (pl.)

BANCO 2/la. 3/god. 4/aedo. 5/esopo. 6/aufere. 7/toscana.

52

Solução

CINEMA

Estrela de "Friends" diz que ficou difícil fazer comédia, pois o público acha quase tudo ofensivo. A atriz e Adam Sandler protagonizam "Mistério em Paris", lançamento da Netflix

Jennifer Aniston receita mais humor para o mundo

NETFLIX/REPRODUÇÃO

No filme "Mistério em Paris", o casal Audrey (Jennifer Aniston) e Nick Spitz (Adam Sandler) se mete em confusão na capital francesa

O mundo precisa de mais humor, especialmente os Estados Unidos, acredita a atriz Jennifer Aniston, que estrela, ao lado de Adam Sandler, a comédia policial "Mistério em Paris", sequência de "Mistério no Mediterrâneo" (2019). Os dois filmes estão disponíveis na plataforma Netflix.

"A comédia evoluiu, os filmes mudaram. Agora é mais difícil, porque você tem de ter muito cuidado, o que dificulta para os atores, porque a beleza da comédia é rir de nós mesmos, rir da vida", declarou Aniston em entrevista para divulgar o filme, em Paris.

"O mundo precisa de mais humor! Especialmente os Estados Unidos, que estão muito divididos politicamente", enfatizou.

"FRIENDS" Para ela, a série "Friends", que a tornou famosa nos anos 1990, não seria possível atualmente com o mesmo roteiro.

"Há toda uma nova geração, jovens que agora assistem a episódios de 'Friends' e os consideram ofensivos", disse. "Hoje em dia, todo mundo acha algo ofensivo."

"Houve coisas que nunca foram intencionais, e outras em que talvez devêssemos ter pensado mais. Mas não havia a mesma sensibilidade que há agora", observou a atriz.

Adam Sandler comentou, em tom sarcástico: "Você sabe outra coisa que mudou nas comédias? O figurino".

"Você se lembra de quando começamos a fazer comédias?", perguntou Aniston, que conheceu o colega de elenco na adolescência.

"Eles davam a você um orçamento pequeno (para o figurino), diziam faça o que puder com isso. E agora querem que você apareça formidável. Então, agora é hora de trabalhar mais", afirmou Sandler. Os dois atores são também produtores do novo longa-metragem.

Em "Mistério em Paris", que sucede a "Mistério no Mediterrâneo", Aniston e Sandler agem como "peixes fora d'água", segundo ela.

Além do figurino tipicamente utilizado por turistas, os protagonistas se comportam de forma inconveniente, o que é a fórmula de sucesso da produção.

O primeiro filme acompanha as aventuras de um investigador de polícia que recebe ajuda inesperada da esposa cabeleireira para resolver um caso.

Embalado pelo golpe de sorte, em "Mistério em Paris" o casal abre uma agência de detetives que vai de mal a pior. Até que o sequestro do amigo milionário Maharajah, vivido pelo britânico Adeel Akhtar, leva a dupla à capital francesa, onde Nick e Audrey Spitz se envolvem em várias confusões.

PRODUTORES Aniston e Sandler podem parecer turistas sem noção na tela, mas nenhum detalhe lhes escapa no momento de produzir o filme, afirmaram os atores franceses Danny Boon e Mélanie Laurent.

"Um grupo de roteiristas constantemente revisa o roteiro ao mesmo tempo em que gravamos", contou Dany Boon, que interpreta o policial francês Croix, também um tanto inconveniente.

"Às vezes, quando você filma com atores americanos icônicos, tem medo de se decepcionar. Mas é um presente trabalhar com eles", disse Mélanie Laurent, referindo-se a Sandler e Anniston. (**AFP**)

> *O mundo precisa de mais humor! Especialmente os Estados Unidos, que estão muito divididos politicamente"*
>
> ■ **Jennifer Aniston**, atriz

"MISTÉRIO EM PARIS"

EUA, 2023. Direção de Jeremy Garelick. Com Adam Sandler, Jennifer Aniston, Mark Strong, Danny Boon, Adeel Akhtar e Mélanie Laurent. A comédia está disponível na Netflix.

HELVÉCIO CARLOS

>>helveciofigueiredo.mg@diariosassociados.com.br

AUTISMO

DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO

O artista visual Bruno Grossi e Samuel Vitor, poeta de apenas 8 anos, vencedor do Concurso Capa de Livro, abrem, neste domingo (2/4), às 15h, a programação do CCBB Educativo voltada para possibilidades da arte visando o desenvolvimento de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Bruno e Samuel vão partilhar suas histórias e desafios como pessoas com TEA.

●●●

O encontro será mediado pela professora Maria Luísa Nogueira, coordenadora do Programa de Atenção Interdisciplinar ao Autismo da UFMG. Além do bate-papo, Samuel contará a história de sua autoria "A galinha que não sabia esperar" e Bruno fará a leitura de seu livro "DoroTEA, a peixinha autista". O CCBB fica na Praça da Liberdade, 450.

MEDALHA

HOMENAGEM À ACMINAS

O advogado e presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas, José Anchieta da Silva, será condecorado com a Medalha do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. A sessão está marcada para 23 de abril, no auditório do Museu Inimá de Paula.

FOTOS: STUDIO CERRI/DIVULGAÇÃO

Leônidas Oliveira, secretário de Estado da Cultura e Turismo, e a nova consulesa da Itália em BH, Nicoletta Gomiero, com Livia Raponi, diretora do Istituto Italiano di Cultura, e Massimo Cavallo

Natalie Oliffson, Lucas Amorim e Ana Vilela

Inês Peixoto e Eduardo Moreira

Nina e Fernando Pacheco

Jô Vasconcelos

MOSTRA

DANTE REVISITADO

A abertura da exposição "O inferno de Dante – Valentina Vannicola" movimentou a Casa Fiat, em BH. Obras da italiana Valentina transpõem cenas clássicas do inferno de *A divina comédia*, clássico de Dante Alighieri, para fotografias criadas no gênero tableau vivant, com imagens performadas. A expografia é assinada pelo arquiteto Paulo Waisberg.

●●●

A nova consulesa da Itália em Belo Horizonte, Nicoletta Gomiero, foi apresentada pelo presidente da Casa Fiat de Cultura, Massimo Cavallo. A exposição contou com a parceria do Istituto Italiano di Cultura do Rio de Janeiro, do Consulado da Itália em Belo Horizonte e do Ministério da Cultura, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

MÚSICA

Banda mineira volta aos palcos de BH, neste sábado, com show no 25º andar de prédio histórico na Praça Sete. Repertório terá canções antigas e inéditas em arranjos acústicos

Graveola nas alturas... e mais intimista

Carolina Ramos*

Diretamente do 25º andar do Edifício Dona Júlia, na Praça Sete, no Centro de BH, a banda Graveola está de volta aos palcos da capital, neste sábado (1º de abril), no Mira!. Tocando de hits da carreira às músicas que quase nunca fazem parte dos shows, o grupo promete relembrar as canções que moldaram sua história, desde o primeiro disco em 2008, além de apresentar as novidades do próximo álbum.

No final desta tarde, a partir das 16h, a banda planeja se apresentar em três blocos, mesclando músicas antigas, sucessos e inéditas em arranjos acústicos.

José Luís Braga, o Zé, vocalista e fundador da banda Graveola, conta sobre o novo formato de show: "Vamos experimentar e mudar os arranjos das músicas antigas, essa formação mais acústica pode ser interessante para os projetos que planejamos gravar este ano".

O músico completa: "O nosso trabalho mais recente está em estado cru ainda. Não temos um arranjo pronto, então o público também vai ter oportunidade de acompanhar o processo de elaboração do novo disco, são músicas em primeira mão."

OCTAVIO CARDOZZO/DIVULGAÇÃO

Graveola planeja lançar o sétimo álbum ainda em 2023. O show de hoje será oportunidade para tocar novos arranjos

SENSORIAL Zé Luís revela que a banda está ansiosa por tocar no Mira! – será uma das primeiras a estrear o local. O grupo se sente honrado. Para fazer jus à bela vista da cidade, Graveola planeja um show à altura do momento. "Estamos com a expectativa lá em cima, esperamos que a nossa música possa somar com a paisagem, vamos inaugurar com o pôr do sol", diz o vocalista.

Com gosto de novidade, é diferente das apresentações que a banda tem costume de fazer. "É o clima gostoso do fim de tarde de sábado, no Centro da cidade. Uma experiência cinéstesica, que vai além da experiência visual e musical, o ambiente faz com que seja hiper sensorial. É um espetáculo em todos os sentidos", conta Zé Luís.

PROJETOS Em atividade desde 2004, Graveola planeja lançar seu sétimo álbum, ainda sem data prevista. O formato do evento inaugurado neste sábado é novidade. O show faz parte dos projetos do grupo mineiro para 2023. "É uma festa produzida pela banda, esperamos que seja o primeiro de muitos pores do sol", afirma o vocalista.

Com expectativa para um novo ciclo depois dos anos de pandemia, Zé Luís espera corresponder às expectativas do público que já consome a arte da banda. "E também expandir para pessoas que não nos conhecem ", acrescenta. "Tem muitas surpresas boas. Músicas que dialogam com nosso legado e a discografia que lançamos, creio que sejam bastante atuais", revela.

NOVA BATERISTA Graveola também está à espera da estreia de Cecília Collaço, a nova integrante do grupo. Natural de Florianópolis, a baterista integra mais uma das várias formações.

Não é a primeira vez que o grupo abarca novos talentos. "A banda já passou por saídas e entradas de integrantes, isso sempre soma muito para a qualidade do som", afirma Zé Luís. Ele completa: "Cada integrante que chega é um alimento, um combustível para o nosso universo criativo e para continuarmos regando e cultivando os nossos sonhos".

Cecília ainda não estreará ao lado de Zé, Luiza, Thiago e Bruno, mas fará parte da construção do próximo álbum e logo subirá aos palcos para interpretar as novidades que virão em 2023.

Estagiária sob a supervisão da subeditora Tête Monteiro

BANDA GRAVEOLA
Show neste sábado (31/3), às 16h, no Mira! (Rua Rio de Janeiro, 600, 25º andar – Centro). Ingressos esgotados (Sympla).

"(O show) é uma experiência cinéstesica, que vai além da experiência visual e musical, o ambiente faz com que seja hiper sensorial. É um espetáculo em todos os sentidos"

"Tem muitas surpresas boas por vir, músicas que dialogam com nosso legado e a discografia que lançamos, creio que sejam bastante atuais"

■ **Zé Luís,** vocalista e fundador do Graveola

"Valsa no tempo" é delicadeza nestes tempos conturbados

Augusto Pio

OCTAVIO CARDOZZO

Beth Amin, Álvaro Faleiro e Yaniel Matos mandam para plataformas digitais o álbum "Valsa no tempo"

Com 10 faixas inéditas, o álbum "Valsa no tempo" traz canções compostas por Beth Amin e Álvaro Faleiro, e também a participação do músico cubano Yaniel Matos, que toca piano, cello, faz vocais e assina os arranjos. O disco traz ainda a participação da cantora Tatiana Parra nas faixas "Cheiro bom" e "Mandala de seda".

O projeto gráfico traz concepção visual, pintura e desenhos do artista plástico e ilustrador Fernando Vilela. Parceiros de longa data, os três se reuniram no estúdio Arsis, em São Paulo, para registrar as canções.

Beth Amin explica que tem parceria de muitos anos com o poeta Álvaro Faleiros.

"Tudo começou em 2012. A primeira canção que a gente musicou está em um disco meu que se chama 'Preguiça'. Li esse poema em um dos livros dele e fiquei com vontade de musicar e musiquei. A partir daí, surgiu uma parceria muito importante e profícua. Ele me manda poemas e coloco música. Mando música para ele, que coloca poemas. Parece que ele adivinha. É uma coisa muito incrível essa nossa parceria, pois parece que acontece algo meio transcendente."

Segundo a artista, quando Álvaro completou 50 anos, ele disse: "Olha, queria dar uma festa, mas depois dessa pandemia e tudo o que a gente passou, queria fazer mesmo era um disco com as nossas músicas. Queria dar esse presente para mim e para você".

"Fiquei meio surpresa na hora, porque também estava ainda remoendo algumas coisas da pandemia, em um momento difícil, sensível da minha vida, muito reflexivo", conta ela. "Aquilo tudo que estava me incomodando se transformou em um trabalho que ficou muito bonito, delicado e forte ao mesmo tempo."

Para esse trabalho, Beth e Álvaro convidaram o pianista cubano, radicado em São Paulo, Yaniel Matos. "Trabalho com ele há 15 anos. Na verdade, é um trabalho entre amigos e as músicas do disco foram escolhidas de acordo com o que achamos que teria apelo universal. A 'Valsa no tempo' e o 'Redemunho' falam disso: 'Se um dia volto ao porto/Não é mais de onde parti/Tenho comigo algum tesouro e na pele cicatriz'."

As canções de "Valsa no tempo", todas inéditas, falam também de amores. "Tem uma coisa que é singela, amorosa, forte ao mesmo tempo. As melodias e harmonias são minhas, as letras do Álvaro e os arranjos do Yaniel", detalha.

Sobre o projeto gráfico de Fernando Vilela, Beth é categórica. "Um trabalho gráfico muito lindo. Já temos o encarte, as letras em livretos, tudo pronto e estamos esperando isso se concretizar para fazermos os discos. Temos um clipe que já está rodando no meu canal do YouTube, da música 'Redemunho'. 'Valsa no tempo' é um disco de comemoração dessa parceria e amizade de muitos anos. Temos músicas para mais dois álbuns. Mas escolhemos aquelas que que tinham a ver com o nosso momento. A gente entendeu que o mundo precisa de delicadeza, pois está muito estranho."

O disco traz canções como o blues "Preguiça", poema publicado anteriormente e que marca o início da parceria de Beth e Álvaro, em 2012, até outras recentemente compostas como o bolero "A gente se come", que abre o álbum e a lírica "Hoje tem sol", ambas feitas durante a pandemia.

"Cheiro bom" dá um tom de alegria e "Redemunho", "Silêncio" e "Sincera tristeza" convidam à reflexão. "Manzanas verdes", composta e cantada em espanhol, tem sua dramaticidade expressa no cello de Yaniel.

Por sua vez, a canção "Mandala de seda" faz a roda da vida girar, antes de o álbum se encerrar com "Preguiça" e a faixa-título "Valsa no tempo".

REPERTÓRIO

» "A GENTE SE COME"
» "REDEMUNHO"
» "HOJE TEM SOL"
» "CHEIRO BOM"
» "SILÊNCIO"
» "SINCERA TRISTEZA"
» "MANZANAS VERDES"
» "MANDALA DE SEDA"
» "PREGUIÇA"
» "VALSA NO TEMPO"

REPRODUÇÃO

"VALSA NO TEMPO"
- Disco de Beth Amin, Yaniel Matos e Álvaro Faleiros
- Disponível nas plataformas digitais

Antena

JAIRO GOLDFLUS/DIVULGAÇÃO

Lenine e o filho Bruno Giorgi fazem show gratuito neste sábado (1º de abril), em cidade da Grande BH

FESTIVAL DE LUZ
EM PEDRO LEOPOLDO

Pedro Leopoldo, na Grande BH, realiza neste fim de semana o Festival de Luz, na Praça da Estação (Rua Dr. Rocha, s/nº, Centro). Neste ano, o tema é "Felicidade", e a programação gratuita conta com shows de Lenine e seu filho Bruno Giorgi, na turnê "Rizoma", neste sábado (1º de abril), a partir das 21h. No domingo (2/4), haverá apresentação da Orquestra Sinfônica Cachoeira Grande (12h) e da Banda The Souldiers – Elvis Presley (15h). Os musicais "Rei Leão" e "Os saltimbancos" também integram as atividades do evento, que realiza ainda o Circuito Gastronômico. Informações e programação completa pelo Instagram: @festivaldeluzoficial.

ISIS MEDEIROS/DIVULGAÇÃO

"CIRCO ZEBRUK"
PARQUE MUNICIPAL

Neste sábado (1º de abril) e domingo (2/4) e nos próximos dias 15/4 e 16/4, a partir das 10h, o Parque Municipal, no Centro de BH, recebe a segunda temporada do "Circo Zebruk", gratuito e aberto ao público. A dupla de artistas palhaços Mulambo e Risoto (Fernando Oliveira e Francis Severino) celebra 10 anos de carreira e realiza espetáculo no formato de cabaré, compartilhando o palco com cinco artistas convidados, que apresentarão números em diferentes modalidades artísticas. Nesta edição, Mulambo e Risoto são os músicos e mestres de cerimônia. Hoje, eles recebem no palco Daniela Rosa, Bramma e a Bgirl Mi.

CHICO CÉSAR E GERALDO AZEVEDO
"VIOLIVOZ" NO PALÁCIO DAS ARTES

Chico César e Geraldo Azevedo retornam ao Grande Teatro Cemig Palácio das Artes (Avenida Afonso Pena, 1.537, Centro) para única apresentação de "Violivoz", neste sábado (1º de abril), a partir das 21h. O show marca o lançamento de "Violivoz – Ao vivo", registro audiovisual gravado na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, em Salvador. A turnê já foi vista por mais de 100 mil pessoas. O trabalho promete surpreender os fãs, com a releitura de alguns dos maiores clássicos do cancioneiro dos dois artistas, e com a performance instrumental também desses dois grandes violonistas.

●●●

O show ainda é um mergulho coletivo na genialidade destes dois grandes compositores nordestinos, mostrando a força de suas canções. No repertório estão os clássicos "Dia branco", "Deus me proteja", "Moça bonita", "Onde estará o meu amor", "Bicho de 7 cabeças" e "Mama África", além das duas canções inéditas compostas pela dupla especialmente para a turnê, "Nem na rodoviária" e "Tudo de amor". Ingressos: R$ 240 (inteira, plateia 1), R$ 200 (inteira, plateia 2) e R$ 160 (inteira, plateia superior). Vendas on-line pelo Eventim ou na bilheteria do Palácio das Artes. Mais informações: (31) 3236-7400.

MARCOS HERMES/DIVULGAÇÃO

CLIVE BARDA/DIVULGAÇÃO

Violoncelista Antônio Meneses se apresentará em duo com o pianista Cristian Budu, além de ministrar masterclass

FESTIVAL DE VIOLONCELOS
EM OURO BRANCO

A nona edição do tradicional Festival de Violoncelos de Ouro Branco começa neste sábado (1º de abril) e segue com programação gratuita até o próximo dia 8/4, na Casa de Música. Haverá apresentação especial em BH, no encerramento do evento. Concertos, master classes e concurso de violoncelos estão entre as atividades previstas. Entre os professores e convidados estão Matias de Oliveira Pinto (que é também diretor-artístico do festival), Fábio Presgrave, Kayami Satomi, Eduardo Swerts, Marcio Carneiro, Hugo Pilger, Matias Estiagarribia (núcleo infantil Suzuki). O festival deste ano recebe as atrações internacionais Henry-David Varema, Nani Celloquartett, Olaf Niessing. O duo formado pelo violoncelista Antônio Meneses e o pianista Cristian Badu também se apresenta. Programação completa em *www.casademusica.org*.

SAMBA NO TOPO
NO MIRA!

O Samba no Topo faz show neste domingo, a partir das 16h, no Mira!, localizado na cobertura do Edifício Dona Júlia, na Praça Sete, no Centro de BH (Rua Rio de Janeiro, 600, 25º andar). A roda de samba não convencional é formada por músicos, amantes de ritmos e arranjos: João Myrrha (cavaco), Mayra Tardelli (voz e pandeiro), Vitin Gontijo (violão) e Rodolfo Buarque (percussão). Nagli (voz) é o convidado desta edição. O repertório é de clássicos do samba e da música popular brasileira. Ingressos: R$ 40 pelo Sympla.

"SACI"
MICROPEÇA

O projeto Sensações Memoráveis apresenta no Memorial Vale neste sábado (1º/4) a micropeça "Saci", com Carlos Henrique, do grupo Trama. A atração faz parte do projeto Sensações Memoráveis, realizado pelo museu que fica na Praça da Liberdade. Serão quatro sessões (10h30, 11h30, 15h e 16h), de 15 minutos cada uma, para 20 pessoas no máximo, encenadas na sala Barroco Mineiro.

LUISINA FERRARI/DIVULGAÇÃO

"EU ACREDITO EM VOCÊ"
MOSTRA DE LUISINA FERRARI

"Eu acredito em você" exibe fotos documentais realizadas por Luisina Ferrari, argentina que vive em Belo Horizonte há 11 anos, ao adentrar no vasto universo religioso do Brasil. A exposição será inaugurada neste sábado (1º de abril), das 16h às 19h, no Viaduto das Artes, e propõe uma imersão em práticas de diferentes origens, além de convidar o público a refletir a espiritualidade sem preconceitos, ampliando o debate essencial sobre a liberdade religiosa. Visitação de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. No decorrer do ano, a exposição será itinerante, circulando em diversos centros culturais de Belo Horizonte. Informações: Instagram (@euacreditoemvc_).

"ENCONTRO DE VILÕES"
MUSICAL INFANTIL

O musical "Encontro de vilões" será apresentado neste domingo (2/4), às 16h, no Centro Cultural Unimed-BH Minas Tênis Clube (Rua da Bahia, 2244, Lourdes). No palco, convidados inesperados: em vez de princesas, protagonizam os vilões dos contos de fadas. Com texto inédito e direção de Fernando Bustamante, o espetáculo aponta o uso dos eletrônicos como principal vilão dos nossos tempos. Ingressos a partir de R$ 30 no site www.cyntilante.com.br ou na bilheteria do teatro.

GUTO MUNIZ/DIVULGAÇÃO

TELEMANIA

TV ABERTA

O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MUDANÇAS DE ÚLTIMA HORA NA PROGRAMAÇÃO FEITAS PELAS EMISSORAS

2 RECORD
CAT: (11) 3660-4000
www.rederecord.com.br

07:00 Brasil caminhoneiro
07:35 Fala Brasil especial
12:00 The love school
12:57 Iurd
13:00 Balanço geral
14:05 Iurd
14:08 Balanço geral
15:00 Cine aventura
17:00 Cidade alerta
19:45 Jornal da Record
21:00 Reis
23:00 Chicago fire
01:15 Iurd

SBT/DIVULGAÇÃO

No "Esquadrão da moda", no SBT/Alterosa, Lucas Anderi e Renata Kuerten têm a missão de transformar o estilo da cantora Mileine Aliaga

4 REDE TV!
CAT: (11) 3306-1000
www.redetv.com.br

08:00 Verdade e vida
08:30 Direção sobre rodas
09:00 Vitória em Cristo
09:30 Manhã do Ronnie – Melhores momentos
11:00 Iurd
12:00 Assembleia de Deus no Brás
13:00 Desce pro play
14:00 Encrenca – Melhores momentos
14:30 Polishop
15:30 Festival RedeTV plus
16:30 Encrenca – Melhores momentos
17:30 Ultrafarma
18:30 João Kleber show – Melhores momentos
19:00 Casa das empreendedoras
19:30 TV Fama
20:30 Igreja Internacional da Graça de Deus
21:30 RedeTV! news
22:10 Operação de risco
23:10 O céu é o limite
00:30 Amaury Jr.
01:30 Ultrafarma
02:30 Bola de Neve
03:00 Igreja da Graça no seu Lar

GLOBO/DIVULGAÇÃO

Sertanejos Chitãozinho & Xororó levam seus sucessos para o "Altas horas", na Globo

5 SBT/ALTEROSA
CAT: (31) 3237-6000
www.alterosa.com.br

06:00 Sábado animado
07:45 Flash Minas
08:45 Viação Cipó
09:15 Saber viver
10:00 Sábado animado
12:30 Bola na área
13:30 Don e Juan
14:00 Sábado série
15h30 Cinema em casa
17:30 Programa Raul Gil
19:45 SBT Brasil
20:30 Poliana moça – Resumo da semana
21:30 Bake off Brasil celebridades
22h30 Esquadrão da moda
00:15 Notícias impressionantes
02:00 SBT news na TV

7 BANDEIRANTES
CAT: (11) 3742-3011
www.redeband.com.br

07:15 Band motores
07:30 Cozinha campeã
07:45 Band kids
08:30 Gestão com identidade
09:00 Band kids
09:15 Momento bem estar
09:30 Ô trem bom uai
09:45 Balada country
10:00 Outras palavras
10:30 Roteiro de Minas
10:45 Momento celebridades
10:50 Band kids
11:00 André show
11:15 Mundo dos negócios
11:30 NBA action
12:00 Nosso agro
12:30 Band esporte clube
13:25 Campeonato Alemão
15:30 Band esporte clube
16:00 Brasil urgente
18:50 Entrevista coletiva
19:20 Jornal da Band
20:20 Campeonato Carioca
23:00 Warner play
23:30 SFT – MMA
01:30 Fórmula 1
04:00 Cinema na madrugada

9 REDE MINAS
CAT: (31) 3254-3000
www.redeminas.tv

07:30 Minas rural
08:00 Agro nacional
09:00 Faixa infantil
12:00 Juntos na cozinha
12:30 Agenda
13:00 Juntos na cozinha
13:30 Camarote 21
14:00 Alto-falante
15:00 Hypershow
16:00 Harmonia
17:00 Cinematógrafo
17:30 Minas da gente
18:00 Imensidão azul
19:00 Coletânea
20:00 #Partiu
20:30 +Geraes
21:00 Jornal da Cultura
22:00 Noturno
23:00 Faixa musical

12 GLOBO
CAT: (31) 4002-2884
www.redeglobo.com.br

06:50 É de casa
11:45 MGTV 1ª edição
13:00 Globo esporte
13:25 Jornal Hoje
14:10 Caldeirão com Mion
16:20 Futebol
18:35 Amor perfeito
19:20 MGTV 2ª edição
19:45 Vai na fé
20:30 Jornal Nacional
21:20 Travessia
22:25 BBB 23
23:15 Altas horas
01:05 Lollapalooza
02:05 Supercine
03:45 Vai na fé – Reapresentação
03:05 Corujão 1
04:20 Corujão 2

PAULO BELOTE/GLOBO

No "TV fama", na RedeTV!, Flavia Noronha, Fefito e Nelson Rubens revelam detalhes sobre a vida de celebridades

FILMES

WARNER BROS/DIVULGAÇÃO

Jennifer Aniston e Shirley Maclaine estão no elenco da comédia "Dizem por aí", de Rob Reiner

15h na Record

NO CORREDOR DA MORTE
EUA, 2002. Direção de Don Michael Paul. Com Steven Seagal, Morris Chestnut, Matt Battaglia, Ja Rule, Nia Peeples e Tony Plana. Prestes a ser executado por ter roubado US$ 200 milhões em ouro, Lester solicita como último pedido um encontro com Sascha Petrosevitch, prisioneiro que tem a fama de ter morrido e retornado à vida alguns minutos depois. O que ele não sabe é que Sascha é um agente do FBI infiltrado para obter informações sobre o roubo do carregamento de ouro.

15h30 no SBT/Alterosa

DIZEM POR AÍ
EUA, 2009. Direção de Rob Reiner. Com Jennifer Aniston, Kevin Costner, Shirley Maclaine e Mark Rufallo. Sarah, infeliz na carreira, é pedida em casamento pelo noivo de longa data e aceita. Embora evite, por princípio, os encontros com a família, ela será madrinha de sua irmã. Então, por ocasião do casamento, descobre um segredo de sua mãe que a levará a inusitados fatos familiares.

4h na Band

EM BUSCA DO AMOR
EUA, 2009. Direção de James Ivory. Com Anthony Hopkins, Laura Linney e Omar Metwally. Omar quer escrever a biografia de um escritor que morreu recentemente, mas não consegue a autorização da família. Determinado, ele vai à casa dos familiares do escritor a fim de convencê-los a permitirem a obra.

ARTES VISUAIS

Público prestigia mostra realizada no Pavilhão da Bienal, na capital paulista

Visitante observa "Relevo em madeira pintado", de Sérgio Camargo. É a obra mais cara da SP-Arte, avaliada em R$ 7 millhões

ADEUS AO SUFOCO

FOTOS: HELVÉCIO CARLOS/EM/D.A PRESS

CLIMA OTIMISTA MARCA A SP-ARTE, FEIRA E MOSTRA QUE REÚNE GALERIAS DO PAÍS E DO EXTERIOR, A MAIOR DA AMÉRICA LATINA. ESTA EDIÇÃO DESTACA NOVOS ARTISTAS E NOMES CONSAGRADOS NO MERCADO

HELVÉCIO CARLOS*

Pendurada discretamente em uma das galerias da SP-Arte, a tela "Relevo de madeira pintado" (1967), de Sérgio Camargo, passou quase desapercebida pelo público que circulava freneticamente, na quarta e quinta-feira (29 e 30/3), pelo Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, onde a feira ficará em cartaz até este domingo (2/4).

Quem quiser levar o quadro de Camargo para casa deve desembolsar cerca de de R$ 7 milhões ou US$ 1,48 milhão. Preço que coloca a peça como a mais cara da SP-Arte, que chega à 19ª edição reunindo 168 expositores, 86 galerias de arte brasileiras, 15 estrangeiras, 45 expositores de design e 14 editoras.

VARIEDADE O valor da obra do artista carioca, que morreu em 1990, está muito distante da realidade da grande maioria dos brasileiros. Entretanto, a feira de arte e design, apontada como a mais importante da América Latina, exibe peças para vários gostos e bolsos. Independentemente do nicho, há a expectativa de bons negócios, trazendo perspectivas favoráveis para o mercado de arte brasileiro.

O otimismo está ligado a mudanças políticas e à melhoria do quadro da saúde pública no país. "O momento é mais favorável devido ao governo que terminou, à pandemia que terminou. Foi tudo muito triste, com galerias fechadas e ausência de feiras. No ano passado, o primeiro de retorno das feiras de arte, foi possível ver o ânimo, o interesse muito grande das pessoas de estarem juntas de novo. Esse reflexo continua", afirma Alexandre Romanini, um dos sócios da Mitre Galeria, de Belo Horizonte, que participa da mostra paulista.

No entanto, ele chama a atenção para o que considera um momento economicamente conturbado do mercado. "Isso assusta um pouco. Ninguém sabe o que vai acontecer, mas acho que, no frigir dos ovos, a expectativa é muito favorável."

Romanini defende a obra de arte como investimento tangível, que proporciona valorização importante, mas desde que se conheça o que está sendo adquirido. "É para isso que serve o galerista, para dar essa orientação. Alguns compradores estão em compasso de espera. Muitos conhecem o potencial do mercado de arte e sabem que não farão mau negócio", pondera.

Flavia Albuquerque, galerista da Celma Albuquerque, também de BH, concorda. As mudanças em Brasília provocaram reflexos positivos no mercado, afirma. "Pudemos respirar. Essa história de termos o Ministério da Cultura de novo é importante. As instituições serão reativadas", observa. Flávia conta que ficou mais feliz, "com mais vontade de trabalhar".

Porfírio Valadares, que ocupa espaço na área de design, também revela expectativas positivas. "Vi como um alívio, um grande alívio (a mudança de comando em Brasília). Estávamos em uma situação horrorosa", afirma.

O arquiteto e designer mineiro levou para esta edição da SP-Arte novos produtos que seguem a característica de seu trabalho, focado em móveis artesanais criados com todo o cuidado para preservar o meio ambiente.

Com base nas duas edições anteriores da SP-Arte, realizadas no início e no final de 2022, Orlando Lemos, dono da galeria que leva seu nome, se diz "superotimista" com o resultado da feira.

"Ano passado, não tive prejuízo, mas não tive lucro. Considerei um bom resultado, por ser a primeira (feira) após a pandemia suspender nossas atividades. A primeira foi em março de 2022, quando tudo estava muito incerto. Eu precisei fazer a feira por causa da minha galeria recém-inaugurada aqui em São Paulo", comenta Lemos.

PRESTÍGIO Galeristas mineiros apostaram em novos artistas e em nomes de prestígio no mercado. Orlando Lemos, por exemplo, representa Howard Schwartzberg, um dos autores norte-americanos mais importantes do momento. "Fiquei conversando um ano com ele para conseguir trazer seu trabalho para cá. É a primeira vez que ele expõe na America Latina", conta.

A seleção da Mitre se baseou em nomes da cena contemporânea e naqueles representados pela galeria. "Artistas que chegam com o interesse do grande público", enfatiza Alexandre Romanini. Ele cita Marcos Siqueira, da Serra do Cipó, em Minas, que usa pigmentos coletados na região para pintar telas, além de Davi de Jesus Nascimento e Luana Vitra, que é de Contagem, com exposições em Nova York.

A Celma Albuquerque criou uma sala especial dedicada a Chris Tigra, que expõe instalação na sede da galeria, em Belo Horizonte.

VISIBILIDADE Marcelo Alvarenga e Suzana Bastos, sócios do espaço Alva Design, também apresentaram produtos em São Paulo. Para Alvarenga, a troca de comando no governo federal traz novos ventos para as artes e a cultura em geral.

De acordo com ele, a SP-Arte, no caso do design contemporâneo, "é mais um evento para o posicionamento de marcas e visibilidade dos trabalhos do que para comercialização em si."

* O repórter viajou a convite da organização do evento

Alexandre Romanini, sócio da Mitre Galeria, diz que compra como investimento deve ser bem pensada

Flávia Albuquerque, da galeria Celma Albuquerque, diz que mudança de governo lhe permitiu "respirar"

O mineiro Orlando Lemos se diz "superotimista" em relação ao mercado de arte

ENTREVISTA

TAMARA PERLMAN
DIRETORA DE NOVOS NEGÓCIOS DA SP-ARTE

REPRODUÇÃO

"O nosso mercado tem se mostrado muito resiliente, inclusive durante a pandemia, pós-pandemia e períodos eleitorais"

"Temos um ano de aquecimento"

Como você vê o mercado de arte no Brasil?
O mercado de arte, todas as áreas da economia e da economia de arte criativa sofrem a influência da política e da economia do país. Mais especificamente, o nosso mercado tem se mostrado muito resiliente, inclusive durante a pandemia, pós-pandemia e períodos eleitorais, como no ano passado. Usualmente, não só no Brasil, mas em outros lugares, fica-se um pouco apreensivo. A gente percebe que agora, este primeiro semestre vem em um crescente. A feira é clara demonstração disso. Os dois primeiros dias (da SP-Arte) foram fortes, com vendas acontecendo de forma bastante consistente. Existem dois aspectos. O mercado de colecionador muito forte, muito responsável, que se mantém no mercado brasileiro com capacidade de se auto manter. Há atenção maior do mundo para o Brasil, o que se reflete na SP-Arte, que recebeu mais galerias e visitantes internacionais nos últimos anos.

Qual é o impacto da pandemia sobre o setor?
A pandemia tem um impacto nisso, mas está claro o bom momento da arte brasileira. Temos excelentes artistas fazendo sucesso fora do país, temos exposições feitas no Brasil e curadas no Brasil viajando o mundo, como as mostras do Masp (Museu de Arte de São Paulo). O fato de o próximo curador da Bienal de Veneza, pela primeira vez, ser um brasileiro (Adriano Pedrosa). A arte brasileira vive excelente momento tanto do ponto de vista do país quanto internacional.

Qual é sua expectativa para esta edição da SP-Arte?
Neste momento, é um pouco difícil falar sobre como estão as vendas, se elas devem superar ou não as do ano passado (a mostra termina neste domingo, 2/4). 2022 foi muito forte, segundo o relato das galerias. Não temos os números, porque as galerias fazem as vendas e não têm a obrigação de reportá-los para a organização da feira. Mas conversando com as galerias e os colecionadores, percebemos que as vendas estão acontecendo em todas as faixas de valores. De artistas iniciantes, com preços acessíveis, a artistas estabelecidos, consagrados. Há muito pedido de propostas, negociações. Temos um ano de aquecimento.

Qual é o maior desafio da mostra?
Os desafios são desejos nossos. O desejo de buscar a renovação de expositores e artistas. Buscar boas novidades para o público, colecionadores e expositores. Realizar um evento que faça diferença para todos eles, que continue a colocar o Brasil na agenda da arte internacional. Esta é a nossa missão. O desafio constante, a cada edição, é fazer melhor.